Carta do IBRE
O difícil alinhamento de expectativas dentro da sociedade brasileira

Ponto de Vista
Por que o populismo deve perdurar nos Estados Unidos

Entrevista
Jairo Nicolau
Professor titular do FGV CPDOC



CONJUNTURA ECONÔMICA

73 anos

FGV IBRE Editada desde 1947 • www.conjunturaeconomica.com.br • Dezembro 2020 • volume 74 • nº 12 • R$ 17,00

Sem retrocesso
Os impostos no novo normal

Investimentos
Como financiá-los

Transição energética
Consolidar e avançar

Artigos
Fernanda Delgado
José Roberto R. Afonso
Kleber Pacheco de Castro
Lia Baker Valls Pereira
Luiz Augusto Horta Nogueira
Nelson Marconi
Pedro Lucas Almeida Nascimento
Samuel Pessôa

Ritmo desigual

Retomada heterogênea na transição da pandemia pode ampliar diferenças entre países – e dentro deles

ISSN 0010-5945

3AW

fgv.br/mba

FGV EM CASA
COM A QUALIDADE DE SEMPRE



CONHEÇA OS CURSOS

MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

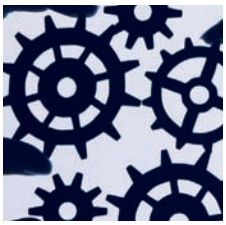
CONJUNTURA ECONÔMICA

NESTA EDIÇÃO

FGV IBRE Instituto Brasileiro de Economia | Dezembro de 2020

Carta do IBRE

6 O difícil alinhamento de expectativas dentro da sociedade brasileira



O certo equilíbrio de forças políticas e sociais em torno da agenda econômica anterior à pandemia se dissolveu. O coronavírus alterou profundamente percepções e expectativas. Para complicar, há ainda a vulnerabilidade da grande legião de trabalhadores informais que, enquanto a vacina não surgir e a economia não retornar à "normalidade", viverá momentos de muita dificuldade.

Ponto de Vista

10 Por que o populismo deve perdurar nos Estados Unidos

A comparação dos números do voto popular dos dois candidatos na eleição presidencial norte-americana sugere que o populismo será um fenômeno mais permanente. Daqui a quatro anos é provável que tenhamos um candidato populista. Será Trump ou alguém do *establishment* republicano. Não se sabe. Sabemos que, se não fosse pela epidemia, é bem possível que Trump fosse vitorioso. Considerando somente os votos aos dois candidatos competitivos, isto é, desconsiderando nulos e brancos e outras candidaturas, Trump teve agora somente 0,9 ponto percentual a menos do que obteve em 2016.

Entrevista

12 "Sem o quarteto de centro, será difícil vencer em 2022"

Depois de dedicar vários meses a uma análise detalhada do perfil do eleitor que levou o candidato Jair Bolsonaro à vitória em 2018 – registrada no livro *O Brasil dobrou à direita*, lançado em outubro –, o cientista político Jairo Nicolau se diz aliviado ao acompanhar o tom das eleições municipais deste ano. "O ruído extremista desapareceu", afirma. Isso não significa, entretanto, que o país tenha abandonado seu voto hegemonicamente conservador, refletido especialmente nas eleições legislativas. Nicolau aponta como grande derrota de Bolsonaro o fato de ele não ter aproveitado a popularidade de 2018 para fortalecer o PSL como partido de direita, abandonando-o no final de 2019. E defende que a definição do próximo presidente brasileiro deverá ser determinada pelo apoio do que chama de "quarteto de centro" – MDB, PSDB, DEM e PSD. "A grande dúvida é se esse quarteto conseguirá chegar a um nome competitivo, consensual", diz.

Macroeconomia

32 Como retomar o crescimento?

Há um fator apenas para estimular a retomada – os investimentos públicos. Novamente, sabemos que o quadro fiscal não ajuda. Mas é fundamental que o governo pense em alternativas imediatas para financiá-lo, do contrário o país não sairá deste atoleiro. A reforma administrativa, por exemplo, não exerceria impacto imediato sobre as despesas e, se considerarmos que 57% da força de trabalho de estados e 51% em municípios são profissionais de educação, saúde e segurança (segundo dados da Pnad), não há como reduzir de forma significativa o quadro de servidores e as despesas com pessoal.

Capa | Crescimento

38 Ritmo desigual



O que há poucos meses parecia pouco provável para o tempo da ciência, aconteceu. Enquanto a pandemia de Covid-19 varria o globo, fazendo mais de 1,5 milhão de mortos, laboratórios aceleraram pesquisas e testes, abrindo caminho para que ao menos sete países anunciassem o início da vacinação contra o novo coronavírus ainda em 2020. Além do alívio a uma crise sanitária sem precedentes, cujo impacto da segunda onda ainda é pouco claro, a corrida pela aquisição de vacinas também revela a capacidade de cada país de acelerar sua recuperação econômica e construir o seu novo normal. A tendência é de que os países ricos consigam a imunidade coletiva até meados de 2021, e cresçam muito no próximo ano. Mas a capacidade das fábricas ainda não atenderá à demanda mundial, e quem tiver menos poder de fogo e ficar para o fim da fila terá de conviver por mais tempo com as restrições provocadas pelo vírus, exposto ao caráter regressivo desta pandemia.

FGV IBRE
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

Primeiro Presidente e Fundador
Luiz Simões Lopes

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (**licenciado**), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (**licenciado**), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Jorge Irribarra (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Isaac Sidney Menezes Ferreira (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Solange Srour (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Vice-diretor: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estatísticas Públicas: Aloisio Campelo Junior

Superintendência de Infraestrutura e Mercados Governamentais: Túlio Barbosa

Superintendência de Inovação e Mercados: Pedro Guilherme Ferreira

Superintendência de Pesquisa, Dados e Operação: André Lavinas

Superintendência de Economia Aplicada: Armando Castelar

Superintendência de Publicações: Claudio Roberto Gomes Conceição

Superintendência de Gestão Estratégica e Organizacional: Joana Braconi

CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador
Richard Lewinsohn

Editor-Chefe
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Editor-Executivo
Claudio Roberto Gomes Conceição

Editora
Solange Monteiro

Editoria de arte: Marcelo Nascimento Utrine
Capa e projeto gráfico: Marcelo Nascimento Utrine
Ilustração da capa: Istockphoto
Revisão: Mariflor Rocha

Colaboram nesta edição: Fernanda Delgado, José Roberto R. Afonso, Kleber Pacheco de Castro, Lia Baker Valls Pereira, Luiz Augusto Horta Nogueira, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Nelson Marconi, Pedro Lucas Almeida Nascimento e Samuel Pessôa

Secretaria e apoio administrativo
Rua Barão de Itambi, 60 – 8º andar
Botafogo – CEP 22231-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3799-6840 – Fax: (21) 3799-6855
conjunturaredacao@fgv.br

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, desde novembro de 1947.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV.

A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.

Assinaturas e renovações
conjunturaeconomica@fgv.br
Rio de Janeiro: (21) 3799-6844
Outros estados: 08000-25-7788 ligação gratuita

Circulação
Bernardo Nunes Chefer
Tel.: (21) 3799-6848 – Fax: (21) 3799-6855

Publicidade
(21) 3799-6840/41

ANER www.aner.org.br
Instituto Verificador de Comunicação IVC

ISSN 0010-5945Conjuntura Econômica. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)
-.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-v. il.; 28cm. Mensal.
Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.
ISSN 0010-5945
1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.
CDD 330.5



Nota do Editor

Como se esperava, a atividade econômica se recuperou no terceiro trimestre crescendo 7,7% em relação aos 3 meses anteriores, depois do tombo de 11,0% no primeiro semestre do ano. Embora a variação tenha sido a maior desde o início da série em 1996, o país se encontra no mesmo patamar de 2017, com a atividade econômica encolhendo 5% nos 9 primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período de 2019, segundo o IBGE.

Saímos da chamada recessão técnica, quando o Produto Interno Bruto (PIB) fica negativo por dois trimestres consecutivos. Indústria e serviços puxaram a recuperação. É bom lembrar que o setor de serviços, que tem uma participação de mais de 70% no valor adicionado – 63% no PIB –, conseguiu crescer em meio à pandemia pois encontrou novas formas de atuação, com um significativo crescimento de vendas *on-line*. Mas o problema ainda está no que o IBGE classifica como outros serviços, que incluem os prestados às famílias, que ainda estavam 36% abaixo de fevereiro.

O crescimento é um alento, embora tenha sido menor do que as previsões do governo que esperava uma expansão de 8,3%. E daqui para frente? Voltamos a sofrer com o aumento de casos do coronavírus, o que pode atrapalhar os resultados previstos anteriormente para esse último trimestre do ano. Também o nível de incerteza deve se manter elevado, em função da frágil situação fiscal, com impactos diretos no consumo e nos investimentos. O desemprego não deve arrefecer, havendo projeções de que chegue perto dos 20% até o final de 2021. E a retirada do auxílio emergencial, que deu um forte impulso ao consumo, é outro elemento de aumento da incerteza. A Secretaria de Política Econômica (SPE) emitiu nota informando que, com os resultados do PIB do terceiro trimestre, não haverá necessidade de manter o auxílio emergencial.

Mesmo com a montanha de problemas que estamos acumulando, a chegada de uma vacina no começo do próximo ano – países europeus já anunciaram o início de vacinação brevemente –, tende a reduzir a incerteza e pavimentar o caminho para um crescimento mais sustentável. Mas, para isso, o país tem que equacionar a questão fiscal.

#FiquemBem

Claudio Conceição
claudio.conceicao@fgv.br

Sumário

Carta do IBRE
6 O difícil alinhamento de expectativas dentro da sociedade brasileira– *Luiz Guilherme Schymura*

Ponto de Vista
10 Por que o populismo deve perdurar nos Estados Unidos – *Samuel Pessôa*

Entrevista
12 Jairo Nicolau – *Claudio Conceição e Solange Monteiro*

Macroeconomia
18 Volta à razão e ao futuro – *José Roberto R. Afonso*

24 Imposto do futuro? Considerações sobre o ISS e a base de serviços – *Kleber Pacheco de Castro*

30 Relações entre a economia comportamental e os mercados digitais – *Pedro Lucas Almeida Nascimento*

32 Como retomar o crescimento? (2) – *Nelson Marconi*

34 Fórmulas divergentes – *Solange Monteiro*

Capa | Crescimento
38 Ritmo desigual – *Solange Monteiro*

46 Uma inflação para cada bolso – *S.M.*

Energia
50 Brasil: o país que já fez a transição energética – *Fernanda Delgado e Luiz Augusto Horta Nogueira*

Comércio Exterior
54 América Latina na "guerra comercial" entre a China e os Estados Unidos – *Lia Baker Valls Pereira*

Índices
I Índices Econômicos

X Conjuntura Estatística

O difícil alinhamento de expectativas dentro da sociedade brasileira



Luiz Guilherme Schymura
Pesquisador do FGV IBRE e doutor em Economia pela FGV EPGE

As sociedades produzem equilíbrios entre os seus múltiplos agentes sociais, econômicos e políticos com vistas a atender minimamente às expectativas e manter funcionando as formas de cooperação essenciais à vida em complexas coletividades. Esses equilíbrios, porém, costumam ser instáveis, pois são mutáveis não só os acordos entre os diversos atores, mas também as próprias expectativas que os alimentam.

Em 2013, quando a economia brasileira crescia, a massa salarial engordava e a taxa de desemprego caía, milhões foram às ruas para protestar portando diferentes bandeiras, mas a principal foi a ampliação e melhoria dos serviços públicos. Passados 7 anos, o Brasil enfrenta mais uma contração econômica, após profunda recessão seguida por um período de crescimento anêmico. O desemprego explodiu, a massa salarial se contraiu, os serviços públicos continuam tão deficientes quanto antes. Mas não há protestos nas ruas. As expectativas foram rebaixadas. Como explicar mudanças de comportamento tão drásticas dentro de um mesmo país em um intervalo tão estreito de tempo?

Em 2019, por seu turno, após a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República, parecia haver certo alinhamento e acomodação dos grupos sociais e forças políticas em torno de um diagnóstico e de um norte para as políticas públicas no campo econômico. Emblemático desse novo equilíbrio foi a aprovação de uma ampla reforma da Previdência no primeiro ano do mandato de Bolsonaro. Surpreendentemente, o novo sistema de aposentadorias e pensões foi bem aceito pelas forças políticas e aprovado pelo Congresso com votações expressivas, mesmo determinando restrições significativas a benefícios e perdas de direitos. Nunca é demais lembrar que entre o primeiro e o segundo turno na Câmara houve recesso parlamentar. Assim, os congressistas retornaram e interagiram longamente com suas bases e, na volta a Brasília, confirmaram a aprovação da reforma. Na contramão de outros países, e até da tendência das democracias de continuamente expandir direitos, houve um sinal claro de aceitação da necessidade de que o país tenha um setor público solvente.

Como consequência do avanço da maturidade fiscal, a dívida bruta em 2019 caminhava para uma trajetória sustentável de forma bem mais rápida do que o previsto. Permanecia a discussão sobre o estrangulamento que o

teto provocava nas despesas discricionárias, mas esse debate não se dava no contexto de uma emergência fiscal. Na verdade, fazia parte da questão mais ampla que começava a ganhar corpo: como acelerar o medíocre crescimento econômico brasileiro?

Foi nesse contexto que problemas associados à produtividade emergiram como temas de primeira importância. O FGV IBRE, aliás, fez da produtividade uma de suas principais linhas de pesquisa em função da clara pertinência para o momento do debate nacional. Reformas estruturais, como a tributária e a administrativa, ganharam grande relevo, pois estão intimamente ligadas à pauta dos ganhos de eficiência, essenciais para acelerar o crescimento econômico brasileiro quando se deixa para trás o auge do bônus demográfico.

A retomada do crescimento, que permitiria atender às expectativas de aumento de renda e consumo e a ampliação de serviços públicos, junto com sua melhora via reforma administrativa, parecia formar o contorno de um novo equilíbrio entre indivíduos e grupos no país, um norte para as ações do governo, da sociedade civil e do setor privado.

E então surgiu a pandemia, que chacoalhou até desfazer o equilíbrio sociopolítico e econômico de 2019. A emergência sanitária, e seu devastador impacto na economia em função da quarentena, levou Executivo e Legislativo a aprovarem grandes gastos temporários para apoiar famílias e empresas. O ano de 2020, segundo as últimas projeções do IBRE quando esta Carta for escrita, deve fechar com um déficit primário de 11,2% do PIB, déficit nominal em torno de 15,5% do PIB, e com um salto de aproximadamente 20 pontos percentuais (p.p.) do PIB da dívida pública bruta, que deve chegar a 95,7% do PIB no final do ano.

Com a piora da situação fiscal, o equilíbrio que havia sido formado em 2019 ficou comprometido. A cobrança de parte importante de formadores de opinião e de grupos de pressão organizados de que haja o rearranjo das contas públicas brasileiras fez do tema a pauta prioritária. As lideranças políticas até agora não estão dando sinais claros do caminho a seguir. O impasse está posto. O que se reflete na desvalorização da moeda que vai além da ocorrida em países semelhantes e no encurtamento da dívida pública. Adicionalmente, há risco de elevação da inflação por conta dos choques oriundos da desvalorização cambial e da alta de *commodities*, e da pressão no mercado de bens em função do auxílio emergencial e do desvio do consumo de serviços. Assim, as interações entre política monetária e fiscal voltaram à baila.

> Com a reforma da Previdência, houve um sinal claro de compreensão da necessidade de ter um setor público solvente

Enfim, aquela espécie de equilíbrio de forças políticas e sociais em torno da agenda econômica anterior à pandemia se dissolveu. O novo coronavírus alterou profundamente percepções e expectativas. Para complicar, há ainda a vulnerabilidade da grande legião de trabalhadores informais que, enquanto a vacina não surgir e a economia não retornar à "normalidade", viverão momentos de muita dificuldade.

Vale lembrar que o auxílio emergencial foi criado às pressas para evitar que esse grupo de dezenas de milhões de brasileiros escorregasse para a miséria durante longos meses de quarentena. Agora, com seu fim iminente a partir de janeiro de 2021, existe a expectativa de que algum tipo de substituto, ainda que menos ambicioso, seja implantado. O governo também cogitou essa ideia e trabalhou alguns caminhos, mas as resistências (de natureza fiscal) fizeram com que recuasse, pelo menos temporariamente.

Chega-se ao final do ano com um quadro bastante turvo em termos de qual arranjo virá em 2021 para tentar reenquadrar a política econômica e atender às diferentes expectativas e interesses de eleitores, políticos e grupos econômicos. Nas poucas semanas entre o segundo turno das eleições e o recesso do Congresso, será muito difícil for-



mular e aprovar algum substituto para o auxílio emergencial. Criar um programa novo sem inviabilizar o cumprimento do teto constitucional de gastos exigiria que outras despesas fossem cortadas. Se for um programa em caráter permanente, esses gastos a serem podados teriam que ser obrigatórios.

O orçamento já está apertadíssimo, e reduzir despesas obrigatórias esbarra nos obstáculos de sempre: ou é preciso passar emendas constitucionais ou, nos casos em que se pode atuar por leis ordinárias, há poderosas resistências corporativas ou políticas – neste último caso quando se atingem outros programas sociais, o que tende a ser extremamente impopular. É instrutivo lembrar como Bolsonaro votou a ideia de um Renda Brasil ou Cidadã financiado pela incorporação (que pode ser lida como eliminação) de outros programas, como abono salarial, salário família, seguro defeso e Farmácia Popular.

> A deflagração da pandemia chacoalhou até desfazer o equilíbrio sociopolítico e econômico de 2019, com a emergência sanitária levando à aprovação de grandes gastos

Para criar um novo benefício fora do teto de gastos, há algumas vias, mas todas complicadas e difíceis do ponto de vista político e econômico, como aponta Manoel Pires, pesquisador associado do FGV IBRE. A forma talvez mais direta seria passar uma PEC que determinasse que o novo programa, temporário ou permanente, estaria fora do teto de gastos, assim como já ocorre com itens como créditos extraordinários, Fundeb e a capitalização de estatais.

PECs têm muitas etapas de tramitação nas duas Casas, mas suponhamos que, com um hipotético consenso entre Executivo e Congresso, se tentasse fazer tudo em tempo recorde a ponto de 2021 começar já com algum substituto do auxílio. Há obstáculos muito sérios nesse caminho. Já foram emitidos sinais do Tribunal de Contas da União de contrariedade em relação a excluir novas despesas do teto de gastos, por causa dos riscos fiscais. Adicionalmente, uma forma tão acintosa de driblar o teto de gastos, mesmo que bem recebida inicialmente pelo Congresso, provavelmente causaria grande estrago nos mercados, com possibilidade de disparada do dólar e queda acentuada das bolsas – o que costuma soar o alarme dos políticos e levar ao recuo.

Uma segunda via para excluir um novo programa do teto seria prorrogar o estado de emergência e recriar o orçamento de guerra. Isso exigiria a tramitação de PEC, o que esbar-

ra, como já notado, no pouco tempo de funcionamento do Congresso até o recesso. Com a recriação do orçamento de guerra, seria possível não só criar um Renda Cidadã, mas também incorrer em qualquer despesa acima do teto, sem nenhuma amarra. Certamente seria medida também de grande impacto negativo nos mercados, a menos que uma segunda onda de Covid-19 muito forte a justificasse.

Finalmente, existe a possibilidade de fazer um programa temporário ou estender o auxílio emergencial – possivelmente com redução de valores e público-alvo – por meio de crédito extraordinário, que não está submetido ao teto. Alguns analistas alegam que isso não seria possível, pois o crédito extraordinário só se justifica legalmente diante de fatos impossíveis de prever quando o orçamento é elaborado e aprovado. E a pandemia já existe, e, portanto, é previsível. Para Pires, entretanto, uma segunda onda – sua intensidade, quando começará e terminará, como será em termos de gravidade média de casos, o percentual de óbitos, qual será a reação dos governos ao implementar novas medidas de *lockdown* etc. – pode ser caracterizada como algo impossível de prever. Da mesma forma, as despesas com a vacinação em massa, dependendo de quando esta se inicie, de qual será a logística e a velocidade, e de qual imunizante ou imunizantes serão finalmente utilizados, também é algo impossível de orçar.

Na visão do economista do FGV IBRE, é plausível que, no caso de uma segunda onda muito intensa, que leve a uma nova rodada de quarentena com impactos significativos no emprego informal, o governo possa caracterizar gastos com mais uma rodada de transferências como despesas extraordinárias, não submetidas ao teto. Para isso, seria necessária apenas a aprovação de uma medida provisória. O problema, reconhece o pesquisador, é que essa alternativa é menos "blindada" judicialmente. O Congresso e o TCU podem entender que a nova despesa não caracterizaria gasto extraordinário, o que poderia até, no fim da linha, levar à caracterização de um crime de responsabilidade.

> Segundo o economista Manoel Pires, pesquisador associado do FGV IBRE, um novo benefício assistencial fora do teto de gastos é difícil de viabilizar

De qualquer maneira, tanto a renovação do orçamento de guerra como a caracterização de um novo programa (ou extensão do auxílio) como despesa extraordinária só teriam credibilidade em termos políticos, econômicos e judiciais se ficasse cristalinamente qualificada uma segunda onda de Covid-19, que fosse desaguar em nova quarentena como a que caracterizou o início da pandemia. Embora já não haja dúvida de que ocorre, desde meados de outubro, um repique da pandemia, é muito improvável que o reconhecimento cabal de uma nova onda, que leve a mais uma rodada de isolamento social, aconteça nas poucas semanas de trabalho que faltam ao Congresso em 2020.

Parece, portanto, possível que o ano útil se encerre sem que nada seja colocado no lugar do auxílio emergencial. Nesse cenário, como o Congresso reabre em fevereiro e dificilmente algo será aprovado de imediato, o primeiro bimestre de 2020 será uma espécie de "teste" para o funcionamento da economia e a evolução da situação social com o fim do auxílio emergencial e a volta à normalidade do gasto público.

Em suma, um jogo complexo entre Executivo e Legislativo, em função da piora das expectativas fiscais, está se formando. O desejo é que o entendimento prevaleça para que um novo equilíbrio econômico, político e social seja viabilizado, atendendo tanto à ancoragem macroeconômica quanto à mitigação das mazelas sociais destes tempos tão difíceis.

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.

Por que o populismo deve perdurar nos Estados Unidos



Samuel Pessôa
Pesquisador associado do FGV IBRE

A comparação dos números do voto popular dos dois candidatos na eleição presidencial norte-americana sugere que o populismo será um fenômeno mais permanente. Daqui a quatro anos é provável que tenhamos um candidato populista. Será Trump ou alguém do *establishment* republicano. Não se sabe.

Sabemos que, se não fosse pela epidemia, é bem possível que Trump fosse vitorioso. Considerando somente os votos aos dois candidatos competitivos, isto é, desconsiderando nulos e brancos e outras candidaturas, Trump teve agora somente 0,9 ponto percentual a menos do que obteve em 2016.[1]

O fenômeno do populismo está associado aos perdedores da globalização. Tratamos do tema neste espaço na edição de fevereiro de 2017. Apesar de a globalização ter reduzido pesadamente a pobreza do mundo e também a desigualdade, os trabalhadores de média escolaridade das economias desenvolvidas foram perdedores.

Como Dani Rodrik[2] mostrou, sociedades mais abertas ao comércio internacional tendem a ter maiores cargas tributárias pois, em geral, economias mais abertas são mais sujeitas a choques. É necessário haver mais seguro social. O Estado de bem-estar social precisa ser mais abrangente.

Esse não tem sido o caso nos EUA. De 1969 até 2019, o grau de abertura – exportações somadas às importações como proporção da economia – subiu de 10% para 26%. Por outro lado, o gasto público, considerando o setor público consolidado, cresceu muito menos, de 30% para 34% do PIB.

Em particular, em algumas áreas a cobertura é marcadamente deficiente, como no setor de saúde. Na comparação com os países ricos, os EUA se desviam completamente da norma na relação entre expectativa de vida e gasto *per capita* em saúde. Em comparação ao Canadá, o gasto *per capita* estadunidense em saúde é o dobro, para uma expectativa de vida ao nascer quatro anos menor. Gasta-se mais e se morre mais cedo. Os indicadores de mortalidade infantil e mortalidade materna também são bem piores nos EUA na comparação com o resto do mundo rico.[3]

No recente *Mortes desesperadas*,[4] os professores de Princeton Anne Case e Angus Deaton, este prêmio Nobel de Economia, documentam o fenômeno das mortes de americanos brancos entre 45 e 55 anos produzidas por suicídio, alcoolismo e por overdoses de analgésicos à base de opiáceos. Há uma tendência para os países da OCDE, que era compartilhada pelos EUA, de queda da mortalidade dessa faixa etária. Avanços na prevenção e tratamento de doenças cardíacas e redução do fumo explicam boa parcela do recuo. Na segunda metade dos anos 90, os números para os EUA se descolaram da tendência geral e pararam de cair. Hoje, os EUA apresentam as mesmas 400 mortes

anuais para cada 100.000 brancos não hispânicos, entre 45 e 55 anos, observadas em 1990. Já na França houve queda de 450 por 100.000, em 1990, para 270 hoje.[5]

O comércio internacional e novas tecnologias de informática que substituíram bem o trabalho com as médias qualificações – ensino médio completo ou superior incompleto –, associados ao uso generalizado de robôs nas linhas de montagem da indústria, tiveram fortes efeitos. Esses fatores produziram um longo processo pelo qual todo um estilo de vida da classe trabalhadora, construído desde o New Deal de Roosevelt e reforçado pelo crescimento espetacular dos 30 anos gloriosos do pós-guerra, foi sendo destruído.

Não que a oferta de trabalho tenha se reduzido. Não há sinais desse fato. Mas a procura ficou mais concentrada nas ocupações com maiores escolaridades. Adicionalmente, os processos de divisão da produção em inúmeras etapas e da terceirização quebraram o poder dos sindicatos de transferir parte dos ganhos associados às quase rendas das marcas e patentes das empresas aos trabalhadores do chão de fábrica.[6]

A associação de globalização com tecnologia gerou oportunidades para que os ganhos de profissionais altamente bem-sucedidos no campo das artes, cultura, esportes e finanças, os CEOs das empresas e profissionais como médicos e advogados fossem acrescidos de alguns zeros. Uma grande empresa hoje, com toda a tecnologia da informação, pode ter inúmeras plantas em diferentes locais. Evidentemente, esse enorme retorno de escala altera o ganho dos gestores, em particular do CEO.

Diversos efeitos reforçam a tendência concentradora do sistema. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho teve dois impactos ruins para a desigualdade. Por um lado, tornou mais cara a contratação de bons professores para a rede pública. No passado as mulheres mais talentosas e bem preparadas escolhiam a carreira docente na rede, única possibilidade socialmente aceita.[7] Parte da queda da qualidade do sistema público de educação deve-se ao maior campo de escolha para as mulheres no mercado de trabalho.

Por outro lado, a maior presença da mulher no mercado de trabalho transformou seu salário em importante fonte da renda familiar. Aumentou a formação de casais com o mesmo nível de escolaridade. Homens muito educados passaram a dar preferência a mulheres muito educadas e vice-versa. O que se chama em inglês de *assortative matching* elevou a desigualdade.[8]

Nos EUA, há sinais de que todas essas tendências são reforçadas pela redução da competição e aumento do poder de mercado das grandes empresas.[9]

Tudo somado, temos o mapa eleitoral norte-americano: azul nas costas Leste e Oeste e vermelho no interior. O americano caipira, conhecido por *redneck* ou, mais modernamente, por *flyovers* – aqueles que a elite sobrevoa quando toma o avião de costa a costa –, com a vida perdendo sentido, embarca no primeiro populista de plantão que apresente uma boa teoria da conspiração para explicar seus complexos problemas.

Será que Biden será capaz de iniciar ações que mudem esse estado de coisas? Difícil dizer. A perspectiva não é positiva. Há evidências de que os EUA rejeitam a construção de serviços públicos universais de maior qualidade. Aparentemente, a segmentação racial da sociedade faz com que o branco pobre se identifique com o branco rico e não com o afro-americano ou hispânico. A heterogeneidade racial dificulta a solidariedade entre os pobres e a construção de um sentimento de pertencimento à mesma classe social e de existência de interesses comuns. A saída acaba sendo o populismo.[10]

[1]Em 2016 foram 65,9 milhões de votos para Clinton e 63,0 milhões para Trump, isto é, Trump teve 48,9% dos votos. Agora os números foram respectivamente 80,3 milhões e 74,0 milhões, ou 48,0% dos votos

[2]Dani Rodrik, Why do more open economies have bigger government?", publicado no *Journal of Political Economy*, 1998, 106(5): 997-1032.

[3]Ver https://ourworldindata.org/the-link-between-life-expectancy-and-health-spending-us-focus.

[4]*Death of despair*, Princeton University Press, 2020.

[5]*Death of despair*, página 30.

[6]Este fato é bem descrito no capítulo 6 do excelente *The third pillar*, de Raghuram Rajan, Penguim Press, 2019.

[7]Este efeito foi reforçado pela elevação do grau de compressão salarial promovida pelos sindicatos dos professores no período. Ver Pulled away or pushed out? Explaining the decline of teacher aptitude in the United States, de Caroline M. Hoxby e Andrew Leigh, publicado na *American Economic Review*, 94(2): 236-240, de maio de 2004.

[8]Ver Marry your like: assortative matching and income inequality, de Jeremy Greenwood, Nezih Guner, Georgi Kocharkov e Cezar Santos, publicado na *American Economic Review: Papers & Proceedings*, 104(5): 384-353 em 2014.

[9]Ver *The great reversal, how America gave up free markets*, de Thomas Philippon, Harvard University Press, 2019.

[10]Veja Why doesn't the United States have a European-style Welfare State? de Alberto Alesina, Edward Glaeser e Bruce Sacerdote, *Brookings Paper on Economic Activity*, v. 2, 2001.

Foto: Reprodução/YouTube/FGV



“Sem o quarteto de centro-direita, será difícil vencer em 2022”

Jairo Nicolau

Professor titular do FGV CPDOC

Claudio Conceição e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Depois de dedicar vários meses a uma análise detalhada do perfil do eleitor que levou o candidato Jair Bolsonaro à vitória em 2018 – registrada no livro *O Brasil dobrou à direita*, lançado em outubro –, o cientista político Jairo Nicolau se diz aliviado ao acompanhar o tom das eleições municipais deste ano. “O ruído extremista desapareceu”, afirma. Isso não significa, entretanto, que o país tenha abandonado seu voto hegemonicamente conservador, refletido especialmente nas eleições legislativas. Em conversa com a *Conjuntura Econômica*, Nicolau aponta como grande derrota de Bolsonaro o fato de ele não ter aproveitado a popularidade de 2018 para fortalecer o PSL como partido de direita, abandonando-o no final de 2019. E defende que a definição do próximo presidente brasileiro deverá ser determinada pelo apoio do que chama de “quarteto de centro-direita” – MDB, PSDB, DEM e PSD. “A grande dúvida é se esse quarteto conseguirá chegar a um nome competitivo”, diz.

***Conjuntura Econômica* — O que mais o impressionou nesta eleição?**

Como analista, foi a sensação de volta à normalidade, como foram as eleições de 1988 a 2016, em que o movimento no tabuleiro era feito aos poucos. Em 2016 e 2018 tivemos experiências fora do esperado, com aumento de votos brancos e nulos, chegada de *outsiders*, o PT levando o maior tombo de sua história. Este ano, entretanto, quando sentei à frente do computador para acompanhar as apurações, o mundo parecia mais normal. Partidos e nomes tradicionais voltando, imprimindo uma cara de vida partidária. Do ponto de vista analítico, foi bom perceber que o ruído extremista de-

sapareceu. Para a política, acho que a vida ordinária é melhor.

Mesmo analisando do ponto de vista de bancadas, e não de partidos?

No âmbito local, é normal passar um vereador ou prefeito de cidade média e pequena desses grupos. Este ano, no começo da campanha, muitas matérias apontaram a quantidade de candidatos com prenome pastor, bispo, delegado, major... mas a expectativa foi maior que o resultado, e isso acabou não sendo a tônica destas eleições. O resultado é como se tivéssemos voltado ao trilho, ainda que com atores diferentes, pois a política mudou, tem uma nova geração aparecendo. Guilherme Boulos (São Paulo/SP) tem poucos anos de filiação ao PSOL, mas já tinha uma vida partidária antes. Manuela Dávila (Porto Alegre/RS) é do PCdoB há décadas. Marilia Arraes (Recife/PE) é uma liderança emergente do PT, mas tem a cara do partido, não é uma *outsider*. Ou seja, nada que comprometa a sensação de que foi uma eleição mais normal. Pode ser que o contexto de isolamento, que encurtou a campanha, também tenha influenciado para isso. Mas lembre-se que no começo do ano estávamos preocupados de que a democracia estava ameaçada. Muitos achavam que não haveria eleição por conta da pandemia, com prorrogação de mandato. Logo veio a crise de Bolsonaro, gente temendo golpe. Quando terminamos o ano com uma eleição comum, típica de uma democracia estável, é para se celebrar.

Concorda com as análises de que o resultado das eleições municipais representa um enfraquecimento do presidente Bolsonaro?

Antes mesmo das eleições, já havia antecipado que Bolsonaro não poderia se dar como vitorioso. Pois mesmo que dos 60 candidatos que ele apoiou 50 tivessem ganhado, e não 20, continuaria não sendo uma vitória do presidente. Vitória significa traduzir seu prestígio em força partidária, e ele sequer tem partido. E acho que esse resultado, além de ter sido ruim, mostra uma coisa da qual não tínhamos total clareza, que é a dificuldade de organizar um partido de direita. Em 2018, o PSL registrou sua maior votação para a Câmara dos Deputados, obteve a maior bancada legislativa em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, saindo das urnas com forte apoio popular. Naquele momento, todos os analistas estimavam que em 2 anos o país finalmente teria um partido de direita orgânico, em torno do movimento bolsonarista. Este ano, o PSL teve R$ 200 milhões para gastar na campanha, ainda contava com vários bolsonaristas incluindo o filho do presidente (Eduardo Bolsonaro, deputado federal pelo PSL/SP), e com candidatos bolsonaristas em várias cidades, incluindo a capital carioca. Mesmo assim, teve 3% dos votos a vereador do país. Em 2016, foram 2%. Ou seja, foi um crescimento de um ponto percentual, mesmo com uma estrutura a favor.

> A derrota do extremismo à direita não significa que o Brasil não seja um país hegemonicamente conservador. A diferença é que o ruído extremista de 2018 sumiu

Então, acho que o grande erro do presidente foi não aproveitar a força e o sucesso eleitoral de 2018 ao deixar o PSL, desentendendo-se com várias lideranças e ficando sem partido. O resultado é que continuamos sem uma direita organizada no país, não temos uma força política orgânica em torno de Bolsonaro, e agora ele terá que fazer um caminho de volta, reconstruir-se politicamente ou com um novo partido – o que acho pouco provável – ou buscando abrigo em um partido tradicional que lhe dê condições de competição um pouco melhores em 2022.

Com o resultado deste ano, já se pode considerar que a inflexão radical à direita de 2018, como aponta em seu livro, se demonstrou insustentável?

Acho que ainda não. Temos que lembrar que em 2018 também houve uma inflexão à direita para o Legislativo, e que no Brasil o Legislativo

sempre foi dominado pela centro-direita, nunca pela esquerda – ao menos desde a redemocratização tem sido assim. Nesse período, o máximo que a esquerda conseguiu até hoje foram 25% das cadeiras. Em 2018 chegamos ao Congresso mais conservador desde a redemocratização. Mas quando falamos isso, temos que nos perguntar de qual direita estamos tratando. Naquele arrastão que foi a campanha de Bolsonaro, a vitória em cargos de Legislativo e nos governos de estado não se limitou a candidatos de extrema-direita. O arrastão também levou políticos comuns, pessoas com baixa densidade ideológica. Portanto, quem leu a retórica de Bolsonaro como expressão pura e simples da vitória de um candidato extremista, uma expressão de um movimento de opinião pública extremista, acho que leu errado. Bolsonaro tem uma camada de extremismo, mas que se concentra muito no discurso e menos no apoio popular..

Portanto, a derrota do extremismo à direita nesta eleição não significa que o Brasil não seja um país hegemonicamente conservador. A diferença é que aquele ruído extremista de 2018 sumiu. Nas redes sociais, as campanhas foram mais serenas, e as polarizações e embates, como no Recife e no Rio de Janeiro, não assumiram a dimensão nacional de 2018, do discurso antipetismo, antiesquerda. Mas, mesmo assim, ainda não se pode fazer apostas para a frente.

Você menciona a perda de oportunidade do presidente em fortalecer o PSL, mas a retórica que elegeu o presidente era antipartido. Sob esse ponto de vista, não seria precipitado dizer que essa perda o enfraquece para 2022, ou considera que Bolsonaro não será bem-sucedido se continuar no mesmo caminho?

É fato que ele nunca foi homem de partido, mas as condições objetivas estavam óbvias para isso. Ele tirou o PSL do chão e o transformou em uma grande força política. Não era preciso fazer nada, apenas não ter arrumado briga. Veja, Bolsonaro foi eleito em um movimento de opinião pública singular, e que soube aproveitar bem. Mas acho que essas condições não se repetirão. A surpresa de sua estratégia nas redes sociais já não existe, tampouco ele poderá se fiar novamente no fato de o PT ter se enroscado no episódio do Lula e demorado para lançar Fernando Haddad como candidato. Houve uma série de fatores circunstanciais que levaram àquela vitória tão contundente, mas que não são reproduzíveis.

> O que vimos este ano reforça a lição de que Bolsonaro é um homem solitário, um político que não tem nenhuma vocação para o trabalho coletivo

Então, o fato de ele nunca ter tido uma vida partidária era mais uma razão para apostar em que ele se empenharia no fortalecimento de um partido para ter dinheiro, para governar, para concorrer novamente. Mas o que vimos este ano reforça a lição de que Bolsonaro é um homem solitário, um político que não tem nenhuma vocação para o trabalho coletivo. Ele chegou à Presidência solitariamente, com um pequeno grupo que amealhou ao longo da campanha; governa com poucos apoios, e os poucos aliados são praticamente aliados de governo. O comportamento de Bolsonaro nestas eleições repete isso: ele optou por apoios individuais, idiossincráticos, feitos em *lives*, nada orgânicos. Mas agora o tempo está estreitando e o jogo é outro. Não tem mais espaço para uma liderança fora de partido. Precisará de tempo de TV, porque as redes sociais não terão o mesmo efeito. E se o PSL tivesse obtido um resultado melhor, entre os cinco mais votados, teria uma base de trabalho para 2022 .

Como avalia o futuro do PT, a partir do resultado que teve nas urnas e o surgimento de novas lideranças de esquerda de outros partidos?

Na ponta do lápis, em termos de votação, o PT não saiu do lugar. Ele até melhorou um pouco seu desempenho nas câmaras municipais, e elegeu mais prefeitos em cidades médias. Simbolicamente, entretanto,

teve uma derrota, pois estamos comparando com 2016, quando o partido sofreu um baque grande: não elegeu nenhum prefeito de capital pela primeira vez, foi mal em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Parece que Lula não conseguiu transferir seu prestígio como em outras eleições, e o Haddad, que saiu das eleições de 2018 como uma grande liderança política, desapareceu. Não quer dizer que ele não possa se recuperar em 2022 – em 2016 seu resultado foi ruim, mas mesmo assim em 2018 ele foi para o segundo turno e conquistou a maior bancada na Câmara dos Deputados.

Considerando os principais espectros políticos, quais partidos ganharam força para coordenar uma coalizão em 2022 – e onde considera que haverá mais resistência para isso?
Na esquerda, acho difícil que o PT não apresente candidato, pela importância do partido – participou de todos os segundos turnos desde 1989, e quando não houve, foi o segundo mais votado –, e o papel preponderante do Lula. Até o Jacques Wagner (PT-BA) já se anunciou disponível para candidatar-se. E tudo indica que a aproximação PSB e PDT levará a um afastamento desses partidos em relação ao PT, ao menos no primeiro turno. Então, não vejo um candidato único no campo da esquerda.

O lado da extrema-direita já está definido, com Bolsonaro candidato à reeleição. E, por inércia, uma parte dos partidos dessa direita inorgânica, pouco ideológica, da qual fazem parte algumas legendas do chamado Centrão, vão com ele.

A grande dúvida é como o quarteto de centro-direita – MDB, PSDB, PSD e Democratas (DEM) – se comportará, se conseguirá apresentar um "Alckmin para valer", digamos assim. Um candidato de centro, competitivo, viável, que possa enfrentar o PT e Bolsonaro. Mas há problema de coordenação, os quatro têm ao menos um nome em mente. Também existe a possibilidade de filiar alguém de fora. Até agora, a impressão é de que baterão muita cabeça para chegar a um nome em comum. A princípio, a coalizão mais simples é a de centro-direita, mas falta esse nome ótimo. Como faltou em 2018, pois Alckmin não era o melhor nome naquele momento, mas mesmo assim estabeleceu-se apoio em torno dele – com exceção do MDB, que lançou candidato próprio (o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles).

> Lula não conseguiu transferir seu prestígio como em outras eleições, e o Haddad, que saiu de 2018 como uma grande liderança política, desapareceu

Após eleições que valorizaram o tom político conservador, essa decisão parece ser a mais importante, não?
Acho que sim, e talvez a esquerda deva ter aprendido que, sem uma composição com esse quarteto, ou parte dele, fica difícil ganhar uma eleição presidencial. Acho que a definição da eleição presidencial de 2022 passará por esse quarteto. Porque em 2018 houve uma pulverização. Parte dos partidos pregou o voto nulo, boa parte do DEM e do PSD apoiou Bolsonaro, e o MDB se dividiu. Há um aprendizado reforçado nestas eleições locais, pois a esquerda teve muita dificuldade no segundo turno de cidades importantes, como Porto Alegre e São Paulo, onde ficou clara a disputa centro-direita contra esquerda. E em muitas cidades médias Brasil afora, onde faltou apoio para os candidatos do PT.

Mas insisto: se esse quarteto de centro não conseguir chegar a um nome competitivo, consensual, que consiga expressar o que muitos candidatos, como Bruno Covas (PSDB-SP) e Eduardo Paes (DEM-RJ) conseguiram, será tragado de novo pelo bom desempenho do PT, ou de uma esquerda não petista.

Em entrevista à *Conjuntura Econômica* (https://bit.ly/33DukrX), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso também defendeu que, sem a coesão em torno a um nome,

as chances de barrar uma reeleição de Bolsonaro caem muito. Considera que a vitória do PSDB na capital paulista e um eventual sucesso no encaminhamento da vacina Coronavac poderiam levar esse centro a formar consenso em torno de João Doria?

Na ponta do lápis, o PSDB tampouco foi bem nessa eleição. A questão do PSDB é que, remetendo à ideia de um jogo de WAR, o partido tem seus exércitos muito concentrados em São Paulo. É majoritário no estado, mas no restante do país não vai tão bem. Na cidade do Rio de Janeiro, sequer elegeu um vereador, o que expressa muito dessa fragilidade. Ele também está sofrendo muito em Minas Gerais, por conta do afastamento do Aécio Neves e saída de Antonio Anastasia (que foi para o PSD). Então, o PSDB hoje tem um grande ativo em São Paulo, mas, a meu ver, não um candidato para uma disputa nacional. Por razões que o próprio FHC já cansou de apontar, da difícil nacionalização do nome de Doria. Ele pode mostrar um bom desempenho em São Paulo, e isso irá contar quando todo mundo está tentando se firmar, construir consenso. Mas com essas limitações que apontei.

Você realizou um exercício com os resultados das eleições deste ano, apontando quantos partidos não teriam alcançado o percentual mínimo referente à cláusula de desempenho na eleição para deputados federais e estaduais. O que isso aponta a 2022?

A cláusula de desempenho só existe para eleições na Câmara dos Deputados. O gráfico que fiz com a votação para as câmaras municipais – que considero o melhor indicador da força dos partidos – aponta que 15 partidos, como PSOL, Novo, PCdoB, Rede, não chegaram a 2%. Mas é só um exercício, não tem sentido legal. Não significa que não conseguirão fazê-lo em 2022, mas que a luz está amarela para eles. Se não chegarem, ficarão sem dinheiro de fundo e sem tempo de TV até 2026. A Rede, por exemplo, que já não tinha atingido a cláusula de desempenho em 2018, teve agora 0,7% dos votos. Acho que o partido tem duas alternativas: ou continuar assim, em estado de inanição, ou pensar urgentemente em fazer aproximação com outros partidos como o Verde e o Cidadania, que foram um pouco melhor e têm certa proximidade, poderiam ser bem encaminhados numa mesma legenda. No exercício que fiz, alguns partidos ficaram com praticamente zero. A contar por esse exercício, PSTU e Democracia Cristã, por exemplo, dificilmente conseguirão cumprir a cláusula em 2022.

> A grande dúvida é como o quarteto de centro-direita – MDB, PSDB, PSD e DEM – se comportará, se conseguirá apresentar um "Alckmin para valer"

Considera que essa mudança poderá contribuir para a qualidade da composição da Câmara a partir de 2022?

O caminho que eu espero, do ponto de vista analítico e cívico, é que ao longo de 2021 e 2022 tenhamos um processo de enxugamento, de agregação de alguns desses partidos pequenos para formarem um partido médio, alguns médios para formarem um partido grande, e grandes incorporando pequenos. Isso provavelmente vai acontecer, e em 2022 teremos uma Câmara menos dispersa, mais concentrada em menos legendas, vendo um processo de mudança dos próprios políticos derrotados. Pegando somente Minas, Rio, São Paulo, o que tem de político derrotado em pequenas cidades é algo importante. Câmara municipal onde havia representação de sete partidos, e agora são dois, três. Os derrotados sabem que não poderão continuar nesses partidos, terão que migrar para outros maiores, senão estarão liquidados politicamente. Isso vai colaborar para esse processo de enxugamento do quadro partidário, que deverá ser lento, mas muito consistente.

Você já criticou o risco de um retrocesso na reforma das regras eleitorais, como moeda de troca para a votação de outras reformas no

Congresso. Considera que esse risco ainda existe?

Era previsível uma reação como essa de parte da elite política que ia ser derrotada, como foi. Mas há duas vantagens contra isso. A primeira é que o fim das coligações exige uma reforma constitucional, que é mais difícil de aprovar. A segunda é que, pelo resultado previsto pelos partidos, os que podem se dar bem – como o caso de DEM, PSDB, PT – não vão querer voltar atrás. O Gilberto Kassab (PSD) já disse ser contra a volta de coligações nas eleições para Legislativo. Claro, entre os partidos de centro-direita, foi o segundo mais votado. Coligações envolvem divisão de dinheiro – agora tem o novo fundo eleitoral, já tinha o fundo partidário – de tempo de TV, que é um bem precioso, e os políticos perceberam que não é mais uma boa manter esse quadro de pulverização. Por isso, hoje considero que é baixa a probabilidade de a lei ser alterada para 2022.

Já disse isso outras vezes, e repito: hoje estamos com o melhor sistema eleitoral desde 1945, quando adotamos a representação proporcional. Acho que isso é um patrimônio, temos que manter esse formato, que não distorce a representação como acontece com as coligações, favorecendo pequenos partidos, fazendo com que o voto do eleitor fosse transferido de maneira fajuta – você votava em uma legenda e ajudava a eleger outra legenda, às vezes completamente estranha ao campo político de sua preferência. Demos um passo extremamente importante para a democracia brasileira. Esse é um tema muito técnico, ninguém vai sair na rua defendendo as reformas do sistema eleitoral, mas como estudioso desse assunto, tenho o dever de dizer: estamos no melhor momento do sistema eleitoral brasileiro desde a redemocratização.

Em entrevista à *Conjuntura Econômica* após as eleições de 2018 (https://bit.ly/33EwaJb), o cientista político Cesar Zucco (FGV Ebape) analisou que Bolsonaro teve o ônus de apostar sozinho no impacto das mídias sociais, mas que nas eleições seguintes essa estratégia já não seria exclusividade dele, o que lhe restaria um diferencial. Como avalia a evolução do comportamento dos partidos e dos eleitores frente às redes sociais?

Hoje estamos com o melhor sistema eleitoral desde 1945, quando adotamos a representação proporcional. Isso é um patrimônio, que deve ser preservado

Não sou estudioso desse assunto, mas acho que uma série de fatores convergiram para um resultado diferente do de 2018. Um primeiro ponto é que em eleições locais o uso das mídias sociais tem efeito muito menor, porque nas pequenas e médias cidades os eleitores em geral conhecem seus candidatos, o que torna a dinâmica eleitoral diferente. Na Baixada Fluminense, por exemplo, os candidatos a vereador e prefeito são conhecidos dos moradores. Além disso, as próprias empresas criaram filtros e mecanismos para reduzir disparos em massa. Por exemplo, o WhatsApp, caminho natural de divulgação de informação rápida entre as pessoas, que foi muito usado por Bolsonaro e seus apoiadores, agora conta com uma série de limitações. Hoje, se eu quiser reenviar uma mesma mensagem para três pessoas, o aplicativo bloqueia, e não se permitem grupos grandes. A justiça eleitoral, a imprensa e a população também ficaram mais atentas com as *fake news*. Isso não significa, entretanto, que as redes não serão fundamentais. Em sociedades de massa, fazemos muita coisa de forma digital – pedir comida, hotel, carro, compras, namorar, reunir a família –, então não há por que política e campanha não acontecerem também no ambiente digital. Mas não serão as redes sociais que definirão o resultado das eleições. Serão um canal a mais de divulgação de ideias, sejam reais, sejam mentiras, como sempre existiu na política. Em 2018 poucas equipes se prepararam para valorizar esses canais. Mas, como disse o Cesar, agora todos aprenderam o truque do mágico, e elas estarão presentes em qualquer campanha.

Volta à razão e ao futuro

José Roberto R. Afonso
Economista, professor do IDP e pesquisador do CAPP/Universidade de Lisboa

O Brasil é o segundo entre os grandes países em que os cientistas se acham menos considerados e ouvidos pelos formuladores de políticas em meio à pandemia.[1] Não há uma estratégia para seu enfrentamento. Por outro lado, isso não deveria ser pretexto para se apostar em qualquer reforma ou medida, esperando que o acaso a torne útil.

A pandemia da Covid-19 está longe de acabar. Quando se observa o número de novos óbitos provocados pela doença, é fácil notar a nova onda de contágio que varre Europa e Estados Unidos e já parece ameaçar o Brasil – vide gráfico.

Seus impactos na economia e na sociedade são tão profundos que resultarão em um novo normal. A crise pandêmica vai além ao dificultar as medidas governamentais e reformas voltadas para a recuperação, porque em muito de nossas vidas e negócios não voltaremos ao que éramos. Trocar o retrovisor pelo olhar para o futuro, mas com ações no presente, seria a forma mais consistente de desenhar uma estratégia de reconstrução econômica e social.

Uma certeza do novo normal exige intensificar a digitalização drástica de nossas vidas e negócios, o que, por sua vez, demanda políticas de fomento à inovação e ao empreendedorismo e ações dos governos para se modernizarem como o setor privado.[2] O Brasil ainda precisa fazer um acerto com seu passado e recuperar o atraso na infraestrutura básica, desde transportes a comunicações.

É preciso conciliar esses desafios com o mais difícil de todos: gerar trabalho num mundo que terá cada vez menos empregos com carteira assinada.[3] As relações econômicas e sociais já vinham mudando muito antes da chegada do coronavírus. Cada vez mais se comprará pela internet. Robôs, mais rápidos, baratos e imunes a vírus substituirão ainda mais trabalhadores, dados passarão a valer tanto ou mais do que petróleo.[4, 5]

Enquanto o Brasil não consegue entrar nos trilhos da estrada para o futuro, ao menos não deve retroceder. Esta é uma hora decisiva e cabe reavaliar as ideias e projetos que até eram corretos e necessários para o velho normal, no entanto, para a realidade atual, talvez não sejam prioritários ou até dificultem a emergência do novo normal.

Antes de tudo, é preciso focar na saúde que ainda não teve a prioridade que a emergência exige. Para enfrentar a Covid-19, vacinar em massa e, sobretudo, evitar que um novo vírus provoque nova calamidade é preciso investir pesado e modernizar o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como salvar e integrar a rede privada. O SUS depende essencialmente da boa saúde fiscal dos governos estaduais e municipais, que executam 95% do gasto público com a assistência médica do país.[6] Hospitais particulares perderam muitos de seus clientes e o setor de saúde é dos que mais ajudou a afundar o PIB.

Um passo simples a se dar é questionar: como uma nova medida, reforma ou política combate diretamente os efeitos da calamidade? Depois, como ela trata do novo normal? E, como sempre, outros governos estão tentando o mesmo?

Um tema que pode se enquadrar bem no caso de hora errada diante da pandemia e sinal contrário para o futuro é o debate da reforma tributária, que só acontece no Brasil, ao contrário do resto do mundo.

Um projeto para criar um único e nacional imposto sobre valor adicio-

nado se justificava para simplificar o sistema.[7] Negligenciar a ciência e polarizar o debate se tornaram características tão fortes e peculiares do Brasil na era da Covid-19 que dominam até a agenda da reforma tributária, tradicionalmente hermética e técnica.

No lugar de se concentrar esforços em superar esses terríveis desafios, tenta-se fugir para um mundo de impostos de sonhos distantes. É uma promessa masoquista aos contribuintes que, se não morrerem e nem cerrarem suas portas, passarão a pagar impostos maravilhosos na teoria, ainda que muito distantes da prática e até no tempo, pois só vigorarão em 10 anos. Como em outras grandes pandemias, o resultado será outra economia e outra sociedade, que vai requerer um diferente sistema tributário.

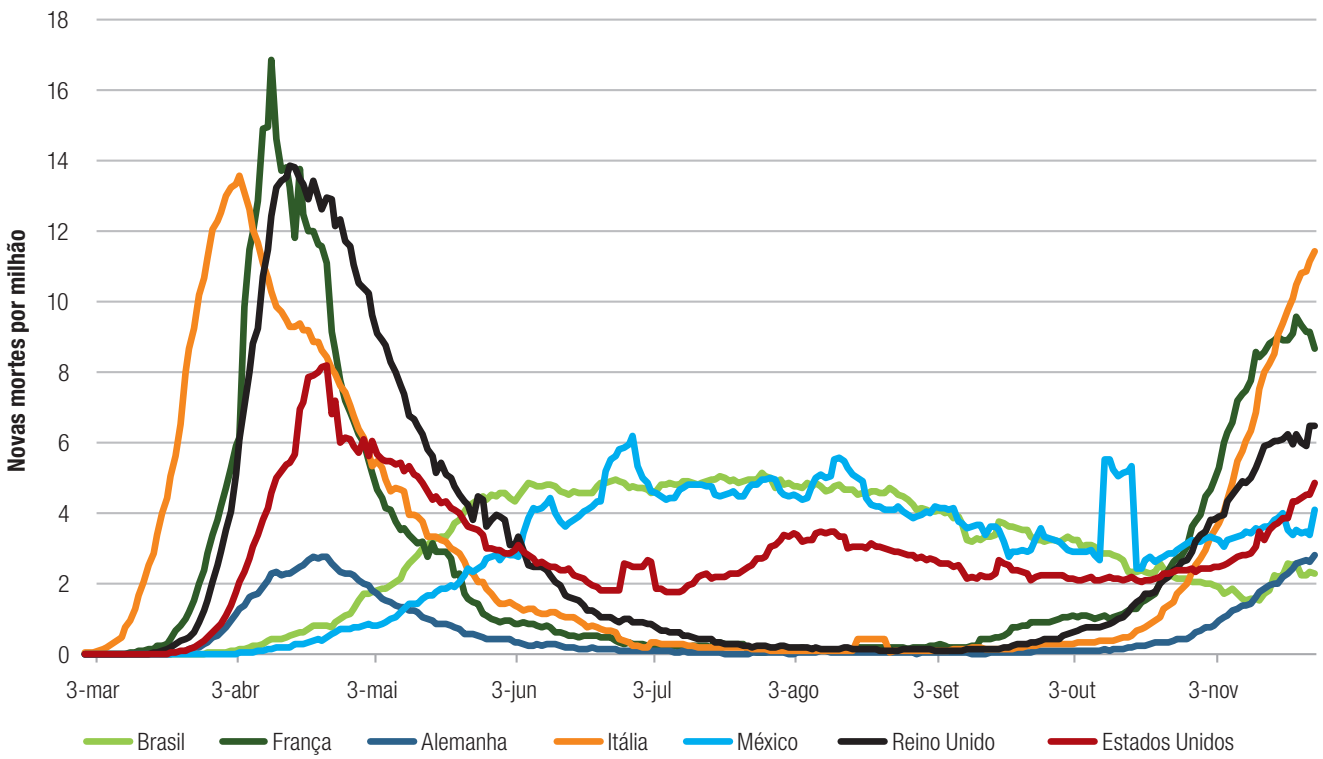
A Covid-19 mudou tudo e a mesma proposta me parece que não ajuda e cria riscos graves no combate à pandemia e, pior, sinaliza contra a necessária reconstrução da economia e da sociedade.

Do lado dos governos, o novo imposto extinguiria um imposto sobre mercadorias, o que mais arrecada e é crucial para os estados, e um sobre serviços, o mais promissor cobrado pelas prefeituras e essencial para as grandes cidades. É impossível vencer a Covid-19 no país se os governos regionais e locais perderem um centavo de receita própria, cada vez mais predominante no custeio do SUS, e, certamente, ainda precisarão mais recursos para reconstruir o sistema, a menos que se recentralize, pressionando ainda mais o teto de gastos federal.

Do lado dos contribuintes, a mudança para um imposto sobre valor adicionado inegavelmente implica transferir incidência da indústria para o agronegócio e, sobretudo, para os serviços. A saúde privada vai encarecer – o próprio governo confessou isso quando propôs criar uma contribuição semelhante, mas isentar as compras pelo SUS (que, obviamente, compra o mesmo que um hospital particular).[8] Nem mesmo a equidade tributária melhora porque, comparado o gasto com saúde à renda, os mais pobres gastam muito com

Média móvel (7 dias) de novos óbitos por Covid-19 por milhão de habitantes

Até 24 de novembro



Fonte: ***Our World*** **in Data. Elaboração Thiago Abreu.**

remédios no Brasil, que encarecerão com o corte de isenções, enquanto os mais ricos gastam muito com seguro saúde, mas aqueles que ganham por meio de empresas poderão deduzir o maior imposto por intermédio das mesmas (dados da CNseg apontam que 80% do faturamento do seguro saúde já é para pessoa jurídica[9]).

Ao contrário do que poderia caber na normalidade e antiga, a atual emergência sanitária exige medidas na direção justamente opostas e com devolução imediata. É preciso desonerar e reduzir o custo da cadeia de produção de vacinas, insumos e serviços de saúde, bem como incentivar os investimentos digitais e infraestrutura, com imediata depreciação (salvo nos casos de bens que destroem emprego de forma mais evidente) e devolução de créditos acumulados, como estão fazendo as economias mais avançadas.[10] Manter baixa ou nula a cunha fiscal do crédito para giro de microempresas e para investimentos em geral deve vigorar além dos tempos de calamidade. Enfim, há muito que se pode fazer para entrar em vigor de imediato e com efeito concreto para combater a inédita crise e construir o novo normal.

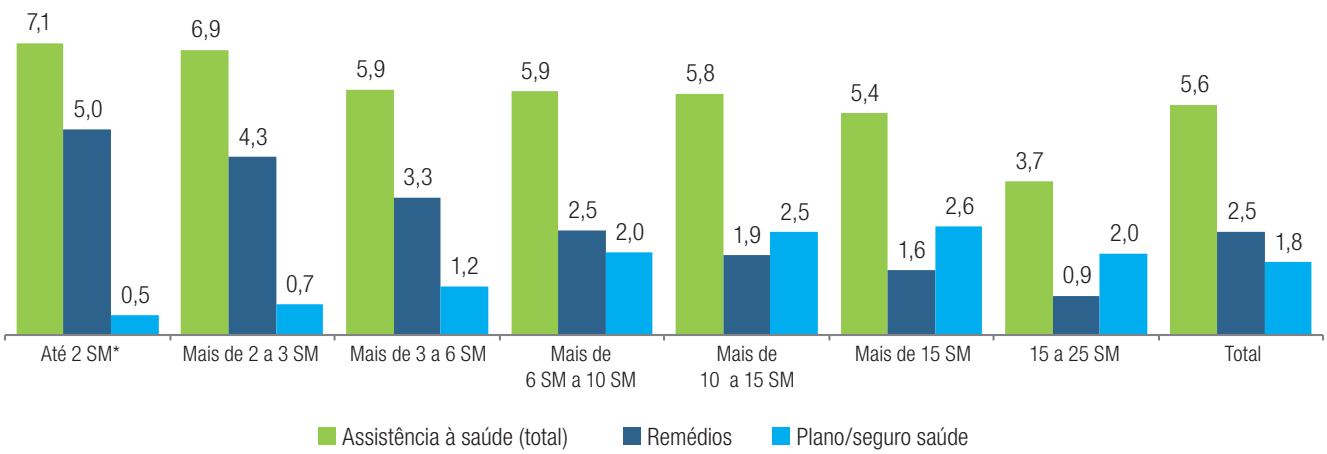
> Mais uma vez, o inegável aumento do custo tributário de contratar serviços encarece justamente os insumos e os bens de capital mais requeridos para o futuro

Para o futuro, a digitalização exigirá contratar serviços de informática eficazes, o novo trabalho será na forma de empreendedorismo e a infraestrutura básica significará muito mais energia limpa, telecomunicações avançadas e logísticas eficientes.[11] Mais uma vez, o inegável aumento do custo tributário de contratar serviços encarece justamente os insumos e os bens de capital mais requeridos para o futuro.

Alegar que se adotaria uma transição longa ignora a essência do capitalismo financeiro moderno. Não importa se será em 10 ou em 1 ano, o aumento do custo tributário pode ser facilmente identificado e será sempre precificado e descontado do retorno esperado e, por conseguinte, reduzirá o valor atual de uma empresa. O cálculo microeconômico bem sabe como é difícil repassar custos para preços numa economia local estagnada e numa economia internacional cada vez mais aberta e com preços definidos no exterior. Dificilmente um empresário tomará decisão de investir e, sobretudo, de produzir acreditando em cálculo macroeconômico apoiado em hipóteses heroicas e abstratas.

Tudo isso não seria problema se não estivéssemos precisando enfren-

Despesas com assistência à saúde das famílias brasileiras: em % do rendimento por faixa de salário mínimo (2017/2018)



Fonte: IBGE/POF. Elaboração: Thiago Abreu. Nota: *Incluso sem rendimento.

tar uma pandemia e reconstruir a economia e a sociedade justamente com atividades a serem mais atingidas pelo projeto de reforma tributária que está em discussão. Uma máxima teórica (não seguida pela maioria dos países) prevê alíquota única, por consequência, elevada, e nenhuma isenção que, certamente, ensejará tributar vacinas e respiradores.[12] O mundo busca energia renovável e, com a reforma proposta, se arruinaria de vez o etanol sustentado pela menor alíquota do ICMS em São Paulo.[13, 14] Os empreendedores, inclusive digitais, poderiam adquirir insumos mais caros e não aproveitar impostos neles embutidos ou repassar para a frente como no caso de uma grande empresa contra a qual concorrem.

Os futuros sistemas deveriam tributar mais e melhor os negócios nas nuvens e os gigantes da internet, além de redesenhar o custeio dos esquemas públicos de proteção social dos desempregados. Essas são as pautas que mais concentram atenções de organismos e especialistas do mundo. Enquanto eles não chegam a acordo, e diante da pandemia, os governos continuam a reduzir impostos dos pequenos negócios e dos que promovem novos investimentos; nas raras vezes em que agora se aumentou imposto, foram sobre jogos eletrônicos e maconha recreativa.[15]

O Brasil vai na contramão dessa agenda. É tratado como inovador um imposto sobre bens e serviços que, na essência, chegou a ser aprovado em (*sic*) 1987, no início da Assembleia Constituinte, mas abortado pela negativa dos prefeitos em abrir mão de cobrar o seu próprio ISS. Tentativa foi repetida em 1999, a partir de proposta do governo FHC, que nem passou em comissão na Câmara dos Deputados. Os mesmos impasses federativos se alargaram até aqui, com fiscos locais cada vez mais eficientes e autônomos e ainda não se encontraram alternativas consistentes para compensar impactos na receita e, sobretudo, na autonomia de seus próprios tributos. Aos impasses federativos se somam os jurídicos: ampliar ainda mais o espaço na Constituição sobre matéria tributária, já a mais detalhada do mundo, paradoxalmente, aumenta a insegurança jurídica, sobretudo para as fazendas, pois acelerará a judicialização crescente. Governos e parlamentos já cederam ao STF a decisão final sobre o sistema tributário brasileiro.

> Se encarecermos ainda mais os custos de pequenos lojistas, mais espaço poderá ser ocupado por quem vende pela internet – mas gera menos emprego

Não adianta fazer a coisa certa, mas na hora errada. Nunca experimentamos uma recessão tão arrasadora dos serviços como a trazida pela Covid-19, logo, não é o momento de aumentar (e em muito) a carga tributária, sobretudo em cima dessas atividades. Muito menos supor que o aumento de custos poderá ser impunemente repassado para preços em meio à disrupção dos negócios e frágil situação financeira das empresas e consumidores. Se encarecermos ainda mais os custos dos pequenos lojistas de um *shopping center*, por exemplo, mais espaço poderá ser ocupado por quem vende pela internet – mas gera menos emprego, renda e arrecadação. A política tributária não pode agravar as frágeis condições econômicas que a economia vive no contexto da pandemia.

Imposto pode fazer muito mal para a saúde e, pior, para o futuro. O que era certo do passado não serve para a hora terrível do presente. O Brasil tem a vantagem de ter um Congresso com ímpeto de reformar, um governo nacional que promete descentralizar e desestatizar, bem assim como um Judiciário cada vez mais ativo. Falta é ouvir mais a ciência, em todos os ramos, inclusive nas humanidades e na economia, para redirecionar medidas, ações e reformas que respondam à emergência da pandemia e à reconstrução do novo normal.

Enfim, é hora de concentrar esforços no controle da pandemia e retomar a razão e o futuro. Não se pode errar em uma hora tão delicada e muito menos sinalizar contra a retomada dos investimentos e da economia.

[1]Estudo destacado pela *The Economist* mostra o Brasil como o segundo país cuja comunidade cientifica mais discorda e não acredita que os governantes ouviram os aconselhamentos científicos. Rijs, C., Fenter, F. (2020). The academic response to COVID-19. Frontiers in public health, 8, 797. Disponível em: <https://bit.ly/3pQ8Npw>.

Anexo – Alíquotas do IVA – países selecionado

País	Taxa básica	Alíquotas reduzidas	Alíquotas regionais específicas
Canadá	5	0	13.0/14.0/15.0
Suíça	7,7	0.0/2.5/3.7	-
Japão	10	8	-
Austrália	10	0	-
Coréia	10	0	-
Nova Zelândia	15	0	-
México	16	0	8
Israel	17	0	0
Luxemburgo	17	3.0/8.0/14.0	-
Peru	18	1.0/8.0	-
Chile	19	-	-
Alemanha	19	7	-
Áustria	20	10.0/13.0	19
Estônia	20	0.0/9.0	-
França	20	2.1/5.5/10.0	0.9/2.1/10.0/13.0 & 1.05/1.75/2.1/8.5
República Eslovaca	20	10	-
Reino Unido	20	0.0/5.0	-
Bélgica	21	0.0/6.0/12.0	-
República Checa	21	10.0/15.0	-
Letônia	21	5.0/12.0	-
Lituânia	21	5.9/9.0	
Países Baixos	21	9	-
Espanha	21	4.0/10.0	0.0/2.75/3.0/7.0/9.5/13.5/20.0 & 0.5/10.0
Itália	22	4.0/5.0/10.0	-
Eslovenia	22	9,5	-
Irlanda	23	0.0/4.8/9.0/13.5	-
Polônia	23	5.0/8.0	-
Portugal	23	6.0/13.0	4.0/9.0/18.0 & 5.0/12.0/22.0
Finlândia	24	0.0/10.0/14.0	-
Grécia	24	6.0/13.0	4.0/ 9.0/17.0
Islândia	24	0.0/11.0	-
Dinamarca	25	0	-
Noruega	25	0.0/12.0/15.0	-
Suécia	25	0.0/6.0/12.0	-
Hungria	27	5.0/18.0	-

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de OECD (2018), Consumption tax trends 2018:VAT/GST and excise rates, Trends and policy issues, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://bit.ly/33jtlNq>. Nota: Posição de 1/2019 com atualização do Japão.

[2]Sobre a importância de os empreendedores, ver texto de Carlos Melles, Microempreendedores individuais terão papel estratégico na nova economia, *Poder 360*, 20/11/2020. Disponível em: <https://bit.ly/33AqFLF>.

[3]O tema do futuro do trabalho tem sido amplamente estudado no exterior, ver, entre outros, relatório do Fórum Econômico Mundial: The future of jobs report 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pQnGIq>.

[4]Ver também Pandemic speeds labour shift from humans to robots, WEF survey finds. *Reuters*, 20/10/2020. Disponível em: <https://reut.rs/391Ioie>.

[5]The world's most valuable resource is no longer oil, but data. *The Economist*, 6/5/2020. <https://econ.st/35MdkRI>.

[6]Cálculos de Kleber Castro. Fontes primárias: BSPN/STN e Siga Brasil. Dados relativos às despesas empenhadas na respectiva função e subfunção, já excluídas as transferências intergovernamentais.

[7]Tais como os modelos propostos pelas PEC 45/19 e PEC 110/19 em tramitação no Congresso Nacional.

[8]Ver inciso I do artigo 22 do PL nº 3.887/2020.

[9]Disponível em: <https://bit.ly/3q2EADv>.

[10]Vale destacar o trabalho de Wen para o FMI, que cita uma série de alternativas para criar incentivos ao investimento: Wen, Jean-François. Incentivos temporários ao investimento. FMI: *Fiscal Afaris*, maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/30MdK79>.

[11]Digital transformation: powering the great reset. Fórum Econômico Mundial. 17/7/2020. Disponível em: <https://bit.ly/2HhEI0D>.

[12]"Despite the preponderance of expert advice favoring a single standard rate applied to all taxable transactions, most countries do not seem to be listening. The real 'standard' appears to be to have at least two (nonzero) rates (…)" em: Bird, R.; Gendron, P. P. (2007). *The VAT in developing and transitional countries*. Cambridge Books.

[13]O Pacote de Ajuste Fiscal, Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, alterou as alíquotas do ICMS paulista. O Decreto nº 65.253 alterou o regulamento do ICMS e majorou em 1,3% a alíquota do etanol levando-a a 13,3%.

[14]Pamplona, N. ICMS único para combustíveis pode matar a indústria do etanol, diz Fazenda de SP. *Valor Econômico*, set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3nZQ7Ss>.

[15]Para mais detalhes sobre estratégias para enfrentar a mudança social e econômica pós Covid, vale conferir a nova iniciativa do FMI denominada The Great Reset. Disponível em: <https://www.weforum.org/great-reset>.

3AW

fgv.br/mba

FGV EM CASA
COM A QUALIDADE DE SEMPRE



CONHEÇA OS CURSOS

MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

Imposto do futuro? Considerações sobre o ISS e a base de serviços

Kleber Pacheco de Castro
Economista e consultor da Frente Nacional de Prefeitos

Nas tratativas para se tentar promover uma reforma tributária, há uma forte resistência dos municípios em aderir às principais propostas em discussão – em particular, as PECs 45/2019, da Câmara, e 110/2019, do Senado – porque, entre diversas mudanças, extinguem o imposto local sobre serviços com a finalidade de criar um imposto nacional sobre o valor adicionado de bens e serviços. Fator crucial para tal resistência é a percepção dos prefeitos de que o ISS incide sobre uma base que cresceu muito nos últimos anos e que tende a crescer ainda mais com as possibilidades abertas pela economia digital. A partir daí depreende-se o motivo que leva prefeitos a apontar o ISS como "imposto do futuro".

A afirmativa dos prefeitos não é sem motivo: a própria experiência dos gestores locais na administração pública revela que o ISS apresenta, rotineiramente, um desempenho arrecadatório melhor que os demais tributos, levando-os a avaliar que – mantida sua trajetória – este é o "imposto do futuro". Talvez a expressão seja, de fato, inapropriada para um tributo que surgiu em fins da década de 1960 e que apresenta problemas, como cumulatividade e guerra fiscal. Contudo, do ponto de vista fiscal, do objetivo primordial do tributo, que é arrecadar, cabe destacar que, entre os tributos indiretos do Brasil, não há sequer um que chegue perto do potencial expansivo do ISS.

Na esteira do debate da reforma tributária, o economista Sérgio Gobetti publicou um artigo (GOBETTI, 2020)[1] questionando a máxima dos prefeitos de que o ISS é o "imposto do futuro". O autor apresenta alguns dados afim de comprovar que o ISS não tem o alegado desempenho acima da média e que sua base de incidência cresce menos que a base do ICMS.

Este artigo se propõe a tecer alguns comentários sobre o texto de Gobetti, além de chamar atenção para os principais pontos em torno do debate sobre a arrecadação do ISS e sua base de cálculo.

***

Na primeira evidência apresentada, para verificar sua hipótese de que o ISS não é o "imposto do futuro", Gobetti apresenta uma tabela que mostra que o crescimento médio anual do ISS ficou abaixo do crescimento do ICMS entre 2012 e 2019. A primeira questão que surge dessa tabela é: por qual motivo foi escolhido este corte temporal? Por que a série se inicia em 2012 e não em 2011 ou em 2013? Não há, no texto, uma justificativa para essa escolha. O gráfico a seguir mostra o crescimento médio real anual do ISS e do ICMS para diversos intervalos de tempo, desde 2010.

Podemos perceber que a escolha do intervalo muda totalmente a análise em questão, não apenas pela posição do ISS frente ao ICMS, mas também pela intensidade da variação. Mas também podemos notar que, dos oito intervalos apresentados, em apenas dois deles (2019-2014 e 2019-2015) o ISS apresenta uma variação inferior à do ICMS.

O intervalo 2019 *vs*. 2012, ao contrário do que fora apresentado por Gobetti, mostra o ISS com crescimento médio superior ao do ICMS. A divergência dos resultados pode estar relacionada à base de dados utilizada – que no caso do artigo analisado, é apresentada genericamente como "STN/RFB", sem especificar quais publicações destes órgãos foram utilizadas, mas também

ao fato de o autor separar a arrecadação de ISS do Distrito Federal do restante dos municípios. Nesse caso, também não há explicação no texto que abone esse procedimento. Ainda que a incorporação do ISS do Distrito Federal ao dos demais municípios não alterasse significativamente o resultado final,[2] essa escolha também precisa ser justificada.

***

O segundo ponto que merece atenção é a apuração e análise da base de incidência do ICMS e do ISS, feita pelo autor a partir da TRU (Tabela de Recursos e Usos).

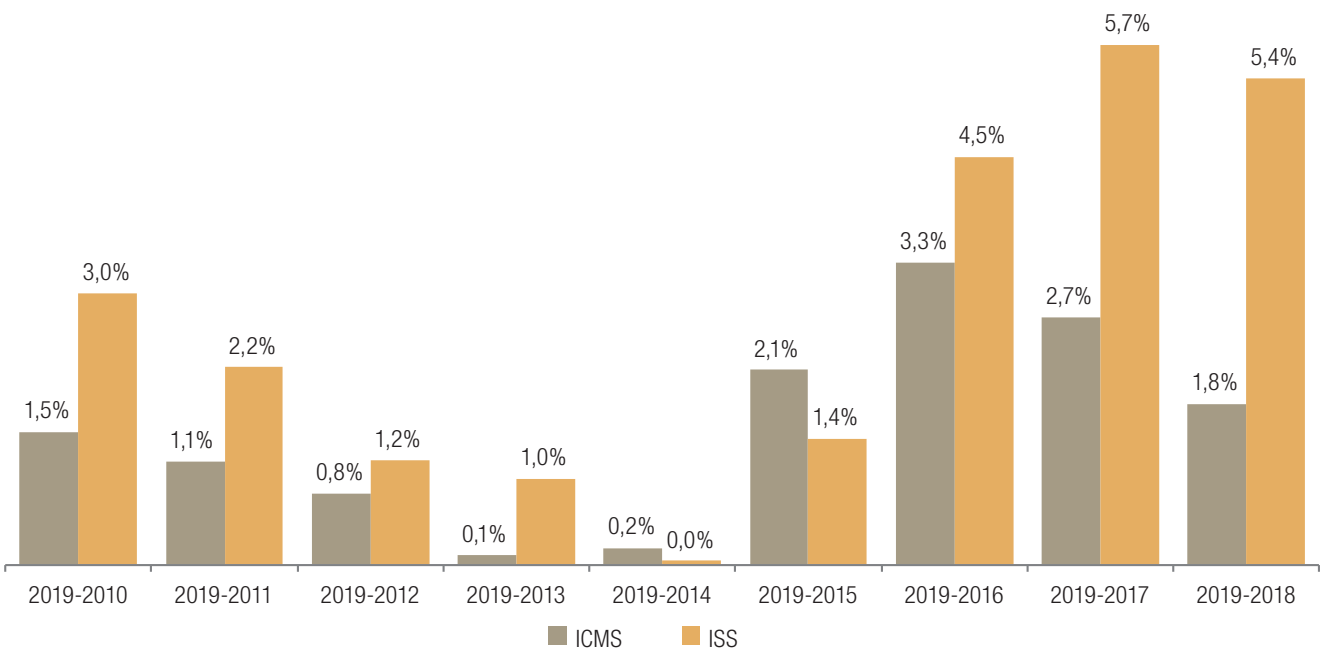
Inicialmente, a estimativa promovida por Gobetti apresenta limitações, que estão direta ou indiretamente relacionadas ao grau de detalhamento da TRU. No caso da estimativa da base do ISS, esta pode ter sido subestimada pois algumas atividades sujeitas ao ISS não foram contempladas, como por exemplo "serviços de artes, cultura, esporte e recreação", ou ainda, "serviços cinematográficos, música, rádio e televisão". A opção, por não incluir tais itens em sua estimativa, provavelmente, deve estar relacionada ao fato de que nem todos os serviços inseridos nessas atividades estão contemplados na lista de serviços da LC 116/2003.[3] Em termos práticos, a questão que se coloca aqui é a seguinte: será que a (abertura da) TRU capta, com precisão, todos os serviços que são tributados pelo ISS? Não se trata aqui de um erro do autor, mas de uma limitação da base de dados. Caso este optasse por incluir tais atividades na base de incidência do ISS, esta deixaria de estar subestimada e passaria a ser superestimada. De qualquer forma, há de se reconhecer a limitação dessa *proxy* construída por Gobetti.

No caso da estimativa da base de incidência do ICMS, o problema não está relacionado às atividades selecionadas, mas com limitação estrita ao valor adicionado dessas atividades, i.e., Gobetti opta por tomar apenas o consumo final como base do ICMS, supondo que este é um IVA perfeito, quando é bem sabido que o ICMS também incide (em escala não desprezível[4]) sobre investimentos e exportações – fato que, deve-se reconhecer – o autor admite e transparece em seu texto. Contudo, mais uma vez, a base parece subestimada, afastando-se de uma *proxy* realmente fidedigna para esta.

Dadas essas limitações, qualquer comparação, seja ela intertemporal ou entre ICMS e ISS, se torna problemática e pouco confiável.

Ainda que esse fator metodológico seja ignorado, a análise das bases de incidência tem outra limitação: a

Crescimento real médio anual do ICMS e do ISS por diferentes intervalos temporais



Elaboração própria. Fontes primárias: Carga Tributária do Governo Geral/STN e IPCA/IBGE.

comparação simples entre dois pontos na série temporal esconde a dinâmica ocorrida neste intervalo. A questão que se coloca a partir dessa análise é: a comparação ponto a ponto revela um comportamento estrutural ou esconde um efeito do ciclo econômico?

Para tentar superar isso, com base na metodologia proposta por Gobetti, as bases do ICMS e do ISS (e, destacadamente, de "comunicação e informação") foram calculadas para todos os anos entre 2010 e 2018, com vistas a observar o comportamento "no meio do caminho". A tabela a seguir resume essa informação.

A estimativa anual das bases de incidência permite observar a taxa de crescimento destas, ano a ano, conferindo um grau de precisão de análise significativamente maior do que observar uma média anual de crescimento. Nesse caso, como é possível notar, fica clara como a dinâmica da base de serviços (ISS) tem um desempenho superior à da base de produtos (ICMS) até o ano de 2013. Em 2014 essa situação se inverte e a base de serviços passa a crescer a taxas muito baixas e entre 2015 e 2017 – fato que ajuda a explicar por que a taxa média de crescimento entre 2010 e 2017, obtida por Gobetti, é maior na base do ICMS do que na base do ISS. Em 2018, nota-se, porém, que a base de serviços retoma à frente da base de produtos novamente.

Não custa rememorar que o Brasil passou por uma severa recessão econômica em 2015/2016 e "andou de lado" em 2017. Natural esperar que a demanda por serviços – muitos deles supérfluos, não essenciais, como produtos, especialmente no caso das famílias – tenda a cair mais do que a média em um cenário como esse. Em outras palavras, pode-se deduzir que a forte queda do desempenho da base de serviços entre 2015 e 2017 está relacionada a um fator conjuntural, não sendo, portanto, elemento determinante do comportamento futuro da base de incidência do ISS. Não se pode, portanto, refutar a tese do "imposto do futuro" com base nesses dados – especialmente se observarmos o comportamento da atividade de "comunicação e informação" sujeita ao ISS, que cresce consistentemente mais do que a atividade de "comunicação e informação" sujeita ao ICMS.

Se desconsiderarmos esse efeito conjuntural e assumirmos como correta a comparação ponto a ponto feita por Gobetti,[5] uma pergunta surge imediatamente: como explicar o melhor desempenho da arrecadação do ISS (frente à do ICMS) no mesmo período? Entre 2010 e 2018 o ISS cresceu em média 2,7% ao ano em termos reais, enquanto no caso do ICMS essa taxa foi de 1,4%. A explicação deve estar relacionada ao esforço e à eficiência dos fiscos municipais – precisamente o contrário do que é afirmado por Gobetti ao apresentar dados que supostamente revelam um pior desempenho do ISS frente ao ICMS: "A resposta pode estar relacionada à ineficiência dos fiscos municipais [...]".

Agregação das atividades econômicas por base de incidência tributária - 2010-2018

Indicador	Base de Incidência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R$ milhões correntes	**ICMS**	**1.471.496**	**1.661.073**	**1.865.708**	**2.064.907**	**2.264.996**	**2.353.019**	**2.434.491**	**2.564.449**	**2.732.796**
	Com&Inf	86.436	94.523	107.459	113.346	115.315	116.724	120.393	125.227	126.778
	ISS	**1.416.582**	**1.614.440**	**1.842.617**	**2.045.444**	**2.237.989**	**2.284.365**	**2.335.568**	**2.388.495**	**2.563.900**
	Com&Inf	77.355	92.813	103.395	119.701	129.868	139.675	145.689	164.228	185.541
Var. % anual	**ICMS**	**-**	**12,9%**	**12,3%**	**10,7%**	**9,7%**	**3,9%**	**3,5%**	**5,3%**	**6,6%**
	Com&Inf	-	9,4%	13,7%	5,5%	1,7%	1,2%	3,1%	4,0%	1,2%
	ISS	**-**	**14,0%**	**14,1%**	**11,0%**	**9,4%**	**2,1%**	**2,2%**	**2,3%**	**7,3%**
	Com&Inf	-	20,0%	11,4%	15,8%	8,5%	7,6%	4,3%	12,7%	13,0%

Elaboração própria. Fontes primárias: Sistema de Contas Nacionais/IBGE e Gobetti (2020).

Cabe destacar também a questão do deflacionamento setorial e da variação real das bases, apresentada por Gobetti como a forma de verificar a tendência estrutural das bases. Aqui, devemos voltar a insistir na compreensão estrita dos impostos (ICMS e ISS) como instrumentos de arrecadação e apenas isso. Novamente, a percepção dos prefeitos de que o ISS é o "imposto do futuro" está diretamente ligada ao fato de que apresenta um desempenho acima da média do ponto de vista da arrecadação.

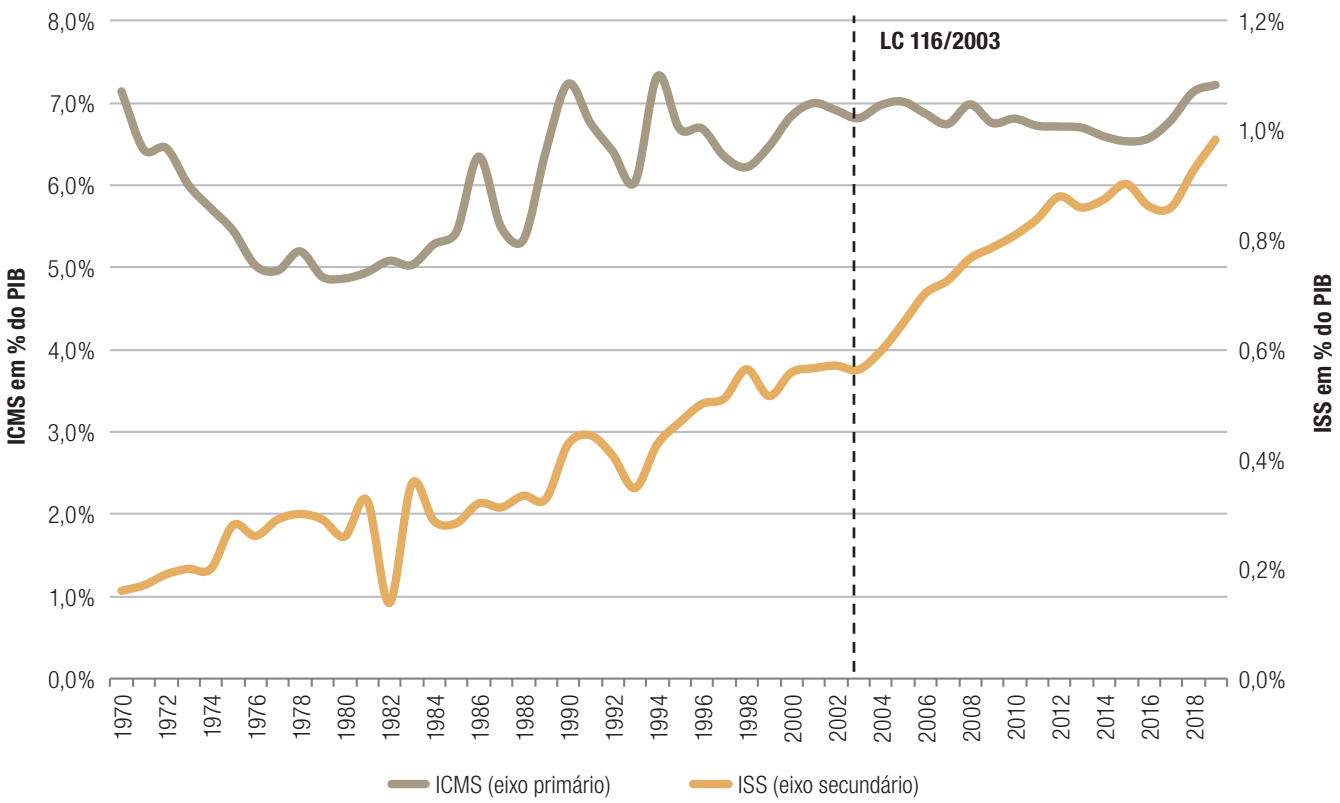
Tendo isso em vista, há pouco sentido em deflacionar a base de incidência do ICMS e do ISS, pois os preços são fatores fundamentais para determinar o sucesso da receita tributária. Se a inflação do setor de serviços é superior à inflação geral (ou à inflação do setor industrial) – o que normalmente é – isso representa uma base de cálculo maior para o ISS e consequentemente maior potencial de arrecadação. Não há problemas com o deflacionamento das bases – o que poderia até servir para outras análises. Neste caso, contudo, que buscamos observar a tendência de arrecadação, este procedimento parece inadequado.

***

Grande parte dessa discussão sobre a tendência das bases de produtos e de serviços está atrelada à percepção do que é ocasional (conjuntural) e do que é estrutural. A tese defendida por prefeitos e por grande parte dos economistas é de que os serviços tendem a dominar a economia moderna e que, por isso, o ISS tem maior potencial de arrecadação (no presente e no futuro) do que o ICMS. Hipótese razoável, tendo em vista o comportamento histórico do setor de serviços no PIB e da arrecadação de ISS frente à do ICMS.

Dessa forma, a observância da tendência estrutural das bases de incidência não pode ser feita em um intervalo de tempo tão curto quanto 10 anos. É preciso olhar o comportamento histórico. Como não é possível retroagir tanto com a estimativa das bases de incidência pela TRU, devemos olhar para a arrecadação propriamente dita e para o comportamento dos grandes setores no PIB.

Evolução histórica do ICMS e do ISS em % do PIB - 1970-2019



Elaboração própria. Fontes primárias: Afonso e Castro (2019),[6] Finbra/STN e Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

O gráfico anterior mostra de forma clara a intensa tendência de crescimento da carga tributária do ISS ao longo do tempo. O comportamento do ICMS, por outro lado, se mostra errático, tendo se acomodado próximo ao patamar de 7% do PIB a partir do século XXI. Como bem observado por Gobetti, a comparação do desempenho do ISS em todo o período histórico pode trazer distorções em função da legislação aprovada em 2003 (LC 116/2003). Dessa forma, podemos segmentar o intervalo de tempo para evitar o problema e, a partir daí, comparar o comportamento dos dois tributos:

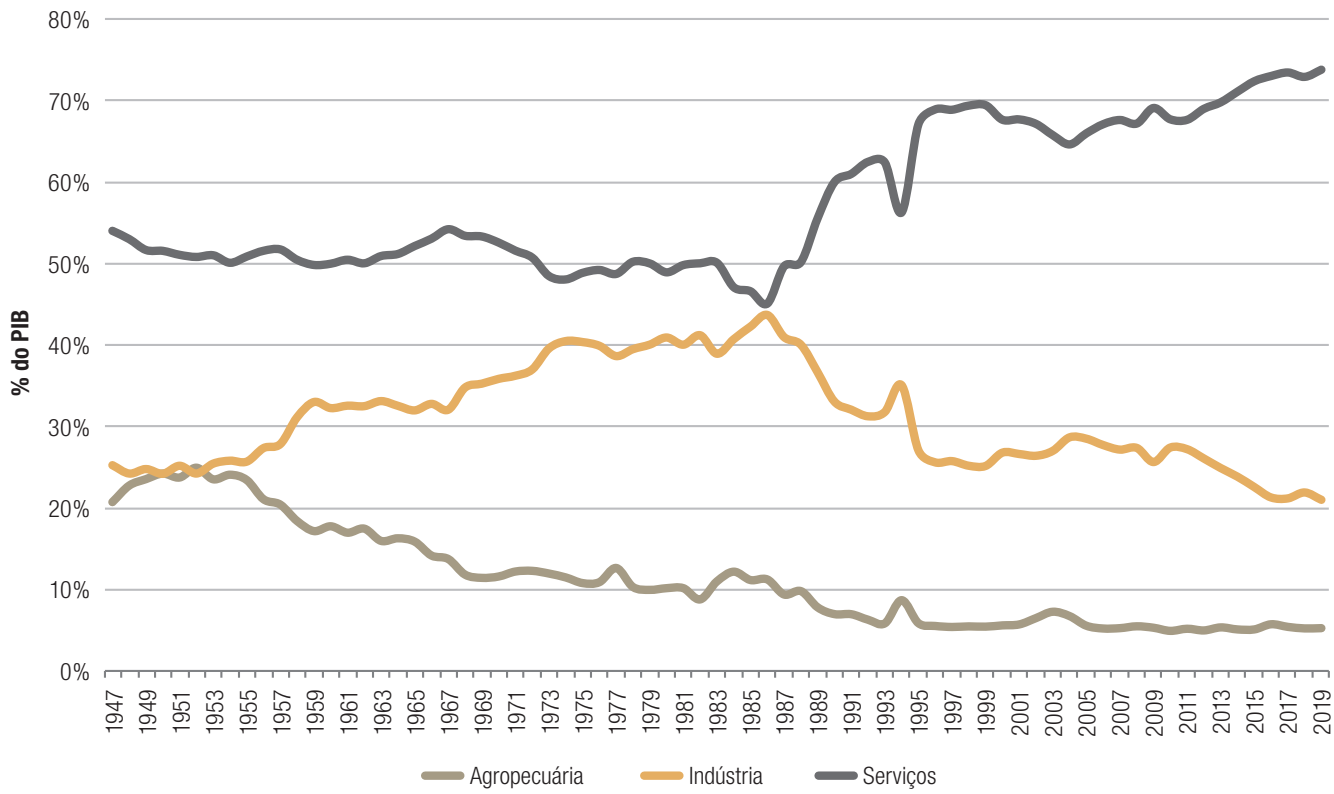
- Entre **1970 e 2003** o **ICMS** cresceu em média (em termos reais) **3,9% a.a.**, enquanto o mesmo indicador para o **ISS** foi de **8,1% a.a.**
- Entre **2004 e 2019** o **ICMS** cresceu em média (em termos reais) **2,3% a.a.**, enquanto o mesmo indicador para o ISS foi de **5,5% a.a.**

A evolução e o volume arrecadado por aqueles impostos – bem como pelo IPI, principalmente – mudaram radicalmente junto com a economia e a sociedade que, como será visto adiante, gera cada vez mais valor na prestação de serviços do que na produção de bens. Em pouco mais de meio século, nenhum imposto cresceu mais do que o ISS. O desempenho comparado dos tributos indiretos é um bom retrato da redistribuição de poder financeiro (e mesmo político) na Federação brasileira, que, no longo prazo, mostra os municípios com papel cada vez mais relevante, em detrimento dos estados e, até mesmo da União, que conseguiu reverter boa parte das perdas que sofreu com a Constituição de 1988 expandindo contribuições, que passaram a incidir cada vez mais sobre serviços e menos sobre bens.

Os dados de arrecadação parecem bem enfáticos, endossando a tese dos prefeitos. Esse comportamento tem relação direta com o crescente domínio do setor de serviços na economia brasileira, que acompanha uma tendência mundial.

Como é possível notar, desde meados dos anos 1980, o setor de ser-

Evolução histórica da participação dos grandes setores no PIB - 1947-2019



Elaboração própria. Fontes primárias: *Estatísticas do século XX*/IBGE e Sistema de Contas Nacionais/IBGE.

viços tem ganhado muito espaço na economia nacional, alcançando 74% do PIB em 2019. Na maior cidade do país, São Paulo, essa participação chegou a 88% em 2018, segundo a Fundação Seade.[7]

***

O trabalho de Gobetti busca ainda fazer outras considerações acerca da qualidade do imposto (ISS) e da concentração da arrecadação deste em poucas localidades. Estes são aspectos importantes e que merecem uma discussão. Entretanto, esta aparece de uma forma um tanto simplista na apresentação do autor.

Afirma-se, por exemplo, que com a implantação do IBS (previsto na PEC 45/2019), os municípios mais pobres triplicariam sua participação na receita do futuro IBS (equivalente ao ISS), enquanto os municípios "ricos" teriam uma queda de 2,4 vezes. A passagem dá a impressão de que a reforma promoveria uma justiça federativa sem precedentes, mas ignora que o financiamento dos municípios depende de outras fontes de receita, que também apresentam uma distribuição muito ruim entre os entes e que sequer estão sendo discutidas, como o FPM e os *royalties* do petróleo (para não falar da Cota-Parte do ICMS, que está no texto original da PEC 45/2019, mas que não deve constar no relatório da comissão da reforma tributária).

A discussão federativa no Brasil se equivoca por olhar para apenas um lado da balança – e, nesse caso, apenas o lado menos pesado, haja vista o tamanho diminuto do ISS frente às receitas de Cota-Parte do ICMS e de FPM. A FNP nunca se opôs a discutir redistribuição de receitas na Federação ou equalização fiscal. Mas a discussão precisa ser ampla, compreendendo não apenas as receitas tributárias próprias, mas também as transferências intergovernamentais e as competências (responsabilidades) dos entes. Afinal, se o ISS é "[...] antiquado, do ponto de vista econômico [...]", o que dizer do nosso "rústico"[8] FPM do ponto de vista distributivo?

***

Este breve texto buscou apresentar evidências que corroboram a hipótese dos prefeitos de que o ISS é o "imposto do futuro", contrapondo, para isso, o artigo de Sérgio Gobetti.

Não se busca aqui fazer uma defesa incondicional do ISS como instrumento arrecadatório, desmerecendo a cumulatividade presente neste e suas consequentes ineficiências econômicas. Também não se busca ignorar a linha tênue – e cada vez mais tênue – entre serviços e mercadorias na economia moderna. Trata-se de uma abordagem pragmática sob a ótica do gestor, que tem uma preocupação imediata (e legítima) com sua capacidade de fazer frente às demandas da população. E sob essa ótica o ISS serve bem como "imposto do futuro" aos prefeitos.

Não se busca aqui fazer uma defesa incondicional do ISS como instrumento arrecadatório, desmerecendo a cumulatividade presente neste e suas consequentes ineficiências econômicas

O tremendo desafio a se vencer na reforma tributária é encontrar um outro imposto, de competência local, à altura do ISS. Condizendo com um regime de responsabilidade fiscal, não só pela lei, mas pela falta de opção de financiamento, os prefeitos não aceitam trocar um imposto que ditam e cobram por conta própria por transferências advindas de outras esferas de governo ou por promessas de ganhos de receita com base em premissas questionáveis.

[1]GOBETTI, Sérgio W. É verdade que o ISS é o "imposto do futuro"? Análise de sua trajetória e base de cálculo em comparação ao ICMS. Observatório de Política Fiscal FGV/IBRE. 1 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/36DDvKT>.

[2]Tomando por base as taxas apresentadas no artigo do Gobetti e considerando que a participação do Distrito Federal na arrecadação total de ISS é de aproximadamente 2,85%, estima-se que a taxa de crescimento médio anual do ISS subiria de 0,3% para 0,34% com a incorporação do Distrito Federal aos demais municípios.

[3]Disponível em: <https://bit.ly/33Ihc4X>.

[4]Há evidências de cumulatividade do ICMS sobre exportações e investimento, ou quando há demora excessiva na devolução do crédito. Ver: https://bit.ly/3qp9Jl3.

[5]No texto de Gobetti a comparação entre 2010 e 2017 revela um crescimento médio anual da base de ICMS superior ao da base do ISS. Aqui, o mesmo exercício foi feito para o período 2010-2018, sendo obtido o mesmo resultado.

[6]AFONSO, José Roberto R.; CASTRO, Kleber P. Carga tributaria brasileña em perspectiva histórica: estadísticas revisadas. *Revista de Administración Tributaria CIAT*, n. 45, set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37y55IJ>.

[7]Disponível em: <https://bit.ly/33LP0hp>.

[8]PRADO, Sérgio (Org.). *Transferências intergovernamentais na Federação brasileira: avaliação e alternativas de reforma*. Brasília: Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, 2006. 323 p. (Caderno Fórum Fiscal n. 6). Disponível em: <https://bit.ly/37DKKBR>.

Relações entre a economia comportamental e os mercados digitais

Pedro Lucas Almeida Nascimento
Mestrando em Direito da Regulação pela FGV Direito Rio

O debate global de *law and economics* sobre as concentrações de poder de mercado na economia digital foi introduzido no Brasil recentemente com o estudo "Concorrência nos mercados digitais: uma revisão dos relatórios especializados",[1] produto da consultoria do Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O documento de trabalho ecoa as recentes preocupações contidas nos estudos de referência dos comitês temáticos do *Stigler Center* da Universidade de Chicago[2] criados para esse fim, e suas conclusões convergiram com dezenas de outros estudos recentes sobre o tema publicados por autoridades de defesa da concorrência e dos direitos do consumidor ao redor do mundo.

Em síntese, as preocupações trazidas concernem à forte propensão de alguns mercados digitais para altas concentrações de poder econômico sob o domínio de algumas poucas *big techs*,[3] e parecem justificadas. Em um universo de cerca de 180 milhões de internautas no Brasil,[4] estima-se uma presença média diária de cerca de 3 horas e 40 minutos para cada brasileiro nas plataformas digitais.[5] Levando-se em conta que o modelo de negócios dessas plataformas se sustenta na assiduidade e frequência dos acessos; na permanência; e no compartilhamento de conteúdo digital pelo maior número possível de usuários, há claros incentivos para que os atores dominantes provoquem concentrações maciças do tráfego desses mercados relevantes em alguns poucos canais controlados por esse grupo reduzido de agentes econômicos, como se vê no cenário atual.

Nesse contexto, entre as hipóteses levantadas nos estudos revisados, está a comportamental, que considera que a posição hegemônica desses poucos atores ultradominantes pudesse estar sendo catalisada por sofisticadas estratégias de exploração das acentuadas assimetrias de informação nesses ambientes, por meio da manipulação das decisões econômicas de seus consumidores, os chamados *phishing*;[6] *nudges for bad*;[7] ou *dark patterns*.[8]

Até então bastante incipiente nos debates regulatórios brasileiros, a crítica às influências comportamentais – como ferramentas anticoncorrenciais nocivas aos mercados – traz completude à teoria comportamental, e é essencial para a compreensão dos argumentos que associam o uso de ferramentas de economia comportamental a distorções significativas em alguns mercados relevantes, a exemplo das plataformas digitais – e pode melhorar a qualidade dos debates que cercam o problema no Brasil, proporcionando uma visão mais completa como subsídio às avaliações prévias de eventuais proposições de intervenções estatais nesses mercados. Assim, a introdução da discussão atual sobre

a defesa da concorrência nos mercados digitais, além de apresentar as análises globais do problema do antitruste digital, representa um marco significativo do avanço dos debates críticos sobre a economia comportamental no Brasil.

Em um contexto amplo, a economia comportamental surgiu predominantemente descritiva, sob o argumento central sobre a reduzida capacidade dos indivíduos de decidir conforme os cânones da racionalidade econômica. Grande parte dos resultados desse programa de pesquisa, iniciado ainda na década de 1950, vinha sendo composta por contribuições de estudos empíricos para um cada vez mais extenso catálogo expositivo das vulnerabilidades cognitivas dos indivíduos médios, e dos gatilhos e formas de acessá-las. No entanto, nas últimas três décadas, Cass Sunstein e Richard Thaler vêm propondo um objetivo normativo para a economia comportamental: uma manipulação desejável das limitações cognitivas de terceiros, para direcioná-los a escolhas pretensamente racionais (no que eles chamaram de *nudges*), dando contornos enviesados e acríticos à teoria. Houve um intenso *marketing* em torno do *best-seller*[9] que expôs a prescrição, o que atraiu inúmeros adeptos, entre formuladores de políticas públicas ao redor do mundo.[10] Seguiu-se que os expressivos resultados positivos das políticas de *nudge*, posteriormente apresentados pelos reguladores que haviam adotado essas novas técnicas regulatórias, pareciam atestar em favor de seus benefícios gerais, minimizando eventuais visões críticas.[11]

> Em um universo de cerca de 180 milhões de internautas no Brasil, estima-se uma presença média diária de cada brasileiro nas plataformas digitais de cerca de 3 horas e 40 minutos

No Brasil, por reflexo da repercussão internacional em torno *dessa* apresentação normativa da teoria comportamental, a discussão fora igualmente introduzida como um salutar conjunto de ferramentas regulatórias à disposição dos agentes públicos para moldar as escolhas dos regulados com a intenção ingênua de incrementar seu bem-estar subjetivo, conforme prescreveu a teoria exposta de forma incompleta na proposição do *nudge*. Ou seja, faltava ao debate brasileiro, até a publicação do documento do DEE/Cade, a constatação crítica – e óbvia – da grande probabilidade de que a extensa lista de heurísticas e vieses da economia comportamental pudesse ser explorada para favorecer alguns poucos agentes, gerando sérios desequilíbrios nos mercados.

É oportuna, portanto, a introdução no Brasil da discussão maior sobre a saúde dos mercados digitais, também porque, ao relacionar a análise crítica da economia comportamental às preocupações recentes com os mercados das plataformas digitais, essa nova perspectiva traz à luz o prisma crítico da manipulação comportamental até então suprimido no debate brasileiro. Considerando que a economia comportamental é parte de uma discussão mais abrangente não restrita ao mercado digital das plataformas, as considerações sobre o tema, contextualizadas nos estudos, poderão servir de insumo para análises e avaliações em diversos outros mercados relevantes.

[1]Disponível em: <http://www.cade.gov.br/noticias/estudo-do-dee-aborda-competicao-em-mercados-digitais>.

[2]Disponível em: <https://www.chicagobooth.edu/research/stigler/news-and-media/committee-on-digital-platforms-final-report>.

[3]Como são chamadas as gigantes da internet que também figuram entre as maiores empresas do mundo. Disponível em: <https://www.macmillandictionary.com/us/dictionary/american/big-tech>.

[4]Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>.

[5]Disponível em: <https://globalwebindex.com>.

[6]AKERLOF, Shiller. *Phishing for phools: The economics of manipulation and deception*. Princeton University Press, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9781400873265>.

[7]Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/11/01/upshot/the-power-of-nudges-for-good-and-bad.html>.

[8]Disponível em: <https://news.uchicago.edu/story/policy-brief-how-rein-power-big-tech>.

[9]Trata-se de do livro *Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness*. 2009.

[10]Um exemplo é a "Nudge Unit" do governo do Reino Unido, criada em 2010 pelo então primeiro-ministro, James Cameron. Disponível em: <https://www.instituteforgovernment.org.uk/explainers/nudge-unit>.

[11]Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0956797617702501>.

Como retomar o crescimento? (2)

Nelson Marconi
Coordenador executivo do Fórum de Economia da FGV e professor da FGV EAESP

Alguns setores da economia brasileira vêm apresentando uma recuperação, notadamente aqueles que independem de contatos pessoais para o desenrolar de suas atividades, mas não se sabe qual o fôlego desse processo. Será que é possível retomarmos o crescimento neste momento? Qual seria a estratégia adequada? Vamos iniciar discutindo o quadro atual para na sequência discorrer sobre as perspectivas dos investimentos.

Os dados relativos ao nível de atividade mostram que a indústria, em seu agregado, zerou as perdas em relação ao período pré-pandemia no mês de setembro; o comércio já estaria acima do patamar de fevereiro (2,9%), enquanto os serviços permaneciam abaixo (-8,7%). Mas o desempenho setorial é bastante desigual; no comércio, os setores ligados aos artigos para residência, reformas, farmacêuticos estão em nível recorde – reflexo da pandemia –, enquanto os outros ainda não recuperaram o patamar prévio, com exceção da alimentação. Na análise sobre os serviços, as perdas dos setores de alimentação e serviços pessoais ainda são elevadas e, em menor grau, dos serviços profissionais e de transportes. Somente outros serviços – academias e cabeleireiros, entre outros – e serviços de informação e comunicação se recuperaram ante o nível de fevereiro. O resultado desagregado da indústria acompanha, em linhas gerais, o comportamento setorial em serviços e comércio, que estimula a demanda e a produção de bens finais específicos, com o reforço dos bens intermediários e de capital necessários.



Por sua vez, as exportações de primários se recuperaram devido à demanda chinesa, mas a de manufaturados caiu, no acumulado em 12 meses até setembro, 17%. Não será por este canal a recuperação da indústria e de setores que dependem dela.

Existem gargalos na produção de insumos que neste momento parecem estar mais associados à desestruturação da produção durante a pandemia que a um crescimento efetivo da demanda; afirmo isso porque a utilização da capacidade instalada na indústria cresceu fortemente após maio e situa-se em 81% em outubro, sendo superior ao nível pré-pandemia (75%) e próxima ao patamar observado em 2014; como a *performance* recente da indústria

não reflete esse avanço, a evolução deste indicador deve ser consequência do fechamento de plantas industriais nos últimos meses. Certamente a redução da capacidade produtiva será um problema mais à frente no tocante ao comportamento dos preços.

Este não será o único problema em relação à evolução dos preços. Por enquanto, a inflação no atacado vem sendo repassada para o varejo apenas no setor de alimentos. Desvalorização da moeda, demanda externa e eliminação de estoques reguladores explicam esse quadro. Mas há outros insumos cujos preços também estão subindo, como químicos, metalúrgicos e têxteis. Em que momento esse movimento se refletirá nos preços dos bens industriais finais, cuja inflação ainda é baixa? E nos preços dos serviços, cuja elevação também tem sido mais lenta, e nos salários?

Os aumentos de preços localizados demorarão a se disseminar por outros setores devido ao comportamento dos indicadores do mercado de trabalho. Como a desocupação e os indicadores de subutilização são recordes, não teremos uma alta inflacionária consistente no futuro próximo. Mas, pelo mesmo motivo (o enfraquecimento do mercado de trabalho), a atual recuperação do nível de atividade deverá ser efêmera e restrita aos níveis pré-pandemia, isso se não passarmos por uma segunda onda da Covid-19.

Soma-se a isso a situação fiscal do governo, que deveria ter financiado os gastos emergenciais com emissão monetária, e a inexistência de estratégias para conter a evolução futura da dívida pública e orientar a retomada do crescimento, e chegamos a um cenário em que o investidor privado que optar por ampliar a capacidade produtiva deveria receber um prêmio especial pela coragem e, ao mesmo tempo, insanidade.

A aplicação criteriosa e a gestão bem-sucedida dos recursos são fundamentais. Além de encorajar a demanda, os investimentos estimulariam nossa competitividade

Assim, resta apenas um fator para estimular a retomada – os investimentos públicos. Novamente, sabemos que o quadro fiscal não ajuda. Mas é fundamental que o governo pense em alternativas imediatas para financiá-lo, do contrário o país não sairá deste atoleiro. A reforma administrativa, por exemplo, não exerceria impacto imediato sobre as despesas e, se considerarmos que 57% da força de trabalho de estados e 51% em municípios são profissionais de educação, saúde e segurança (segundo dados da Pnad), não há como reduzir de forma significativa o quadro de servidores e as despesas com pessoal.

Quais seriam essas alternativas de financiamento? Certamente, um conjunto de medidas para possibilitar a criação de um fundo inicial que poderia ser realimentado com o retorno de tais investimentos e/ou da melhoria da arrecadação: uma combinação de emissão monetária, parte da receita de um eventual tributo sobre lucros e dividendos, a própria receita de outorga das concessões, parcela da receita oriunda da redução de subsídios e um montante equivalente a aproximadamente 5% de nossas reservas cambiais. Os recursos aportados poderiam atingir um valor de 3% do PIB (em torno de R$ 200 bilhões), combinando várias fontes sem pressionar uma única especificamente, e o fundo poderia crescer progressivamente até alcançar 5% do PIB. Seu orçamento deveria ser plurianual, para possibilitar a continuidade de projetos de longo prazo e evitar o seu esvaziamento em momentos de recessão, justamente quando o investimento público se faz mais necessário, e tais despesas necessitariam ser excluídas do teto de gastos.

Certamente deveria ser criado um escritório técnico de projetos para aprovar tais projetos, auxiliar em sua implementação e cobrar pelos resultados. A aplicação criteriosa e a gestão bem-sucedida dos recursos são fundamentais. Além de encorajar a demanda, os investimentos estimulariam nossa competitividade, contribuindo inclusive para reduzir a pressão sobre a inflação futura, e melhorariam nossa infraestrutura social. É a saída para a retomada de nosso crescimento sustentado.

P.S.: Quando fui intitular este artigo, vi que já havia atribuído nome semelhante a outro texto para *Conjuntura Econômica* em 2016. É simbólico de como permanecemos estagnados há anos.

Fórmulas divergentes

Em *webinar*, economistas fazem suas defesas de como recuperar crescimento e renda de forma sustentável

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

No mês de julho, sob a perspectiva de que o pior da pandemia havia passado, analistas econômicos redobravam sua atenção na atividade do Executivo e do Congresso, cientes de que cada medida aprovada no segundo semestre do ano contaria parte do projeto do governo para a recuperação do país. Desde então, uma sequência de planos anunciados, refeitos e frustrados minou expectativas e ampliou o grau de incerteza, empurrando para um espaço exíguo do calendário até votações basilares como a da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, marcada para o dia 16 de dezembro diretamente na plenária do Senado, sem passagem pela Comissão Mista de Orçamento.

Boa parte desse cenário de indefinições é alimentada por dois fatores: dúvidas quanto à capacidade de recuperação da economia e da renda da população sem o pacote de estímulos promovido este ano; e a dificuldade de equacionar a pressão por aumento de gastos dentro de um orçamento apertado e limitado pela regra do teto – farol da responsabilidade com a trajetória da dívida pública, que nos próximos anos deverá chegar a 100% do PIB.

Não é um diagnóstico simples, o que se espelha nas diferenças entre receituários defendidos por especialistas para se chegar ao mesmo objetivo, de retomada econômica sustentável e inclusiva. E que ficaram evidentes no debate entre Samuel Pessôa, pesquisador associado do FGV IBRE, e Laura Carvalho, professora livre-docente da FEA/USP, no *webinar* "Como gerar um novo ciclo de crescimento", promovido dia 26 de novembro pelo FGV IBRE em parceria com a *Folha de S.Paulo*, com moderação do repórter especial do jornal Fernando Canzian.

Para Laura, é preocupante a ausência de uma política que substitua o auxílio emergencial para atender à camada da população que ainda terá dificuldade de restabelecer sua fonte de renda em 2021. "Quando somamos o valor *per capita* do auxílio em cada domicílio na renda do trabalho das pessoas, antes e durante a pandemia, vemos claramente que a desigualdade cai com o auxílio e sobe sem ele. Os efeitos da saída dessa transferência não serão triviais", afirma. Ela ressalta que o choque sanitário se deu sob um terreno que já era desfavorável, marcado desde 2015/16 por um aumento gradual da desigualdade e fragilização do mercado de trabalho.

Pessôa, por sua vez, relativiza o peso do pacote emergencial do governo em termos de sustentação da atividade. Em sua conta, cada ponto percentual (p.p.) de gasto emergencial reduziu a queda do PIB em 0,25 p.p. E é preciso considerar, lembra, que o aumento da dívida pública em relação ao PIB em função desse pacote chegará em torno de 95% este ano. "Para mim, as condições para a atividade econômica voltarem dependem mais de a gente construir um orçamento que caiba no bolso do Estado brasileiro do que renovar um auxílio, que é insustentável do ponto de vista fiscal", ressalta, defendendo prudência no desenho de uma nova política de assistência. "Se fizermos um programa de renda mínima de R$ 400 por pessoa, o Brasil passaria a ter uma desigualdade equivalente à australiana. Mas não conseguimos financiar isso", diz.

O pesquisador do IBRE mostra-se otimista com uma recuperação da economia em "V", para a qual deverá colaborar a poupança acumulada pelo setor privado em 2020 – que no final do primeiro semestre somava

quase R$ 450 bilhões a mais em relação ao mesmo período de 2019.

Ele defende que o melhor caminho a partir de agora é retomar a prudência fiscal e o teto de gastos, evitando uma pressão inflacionária que prejudicaria a população de mais baixa renda. O risco de não o fazer, diz, é estimular a percepção de insolvência pelos mercados financeiros, que desorganiza as expectativas e leva o câmbio a uma maior desvalorização, rebatendo nos preços. "A inflação está acelerando. Por enquanto, são choques, mas em maio do ano que vem contra maio deste ano o IPCA já rondará os 5,5%", diz. "Se não passarmos por processo de consolidação fiscal, entraremos em espiral inflacionária. É um movimento gradual, sem ruptura, mas quando se instala, é difícil combatê-lo, e quem mais perde são os mais pobres", afirma.

Desvalorização do real

Laura, por sua vez, questiona o quadro descrito por Pessôa. "Parece-me que a inflação que está se generalizando vem da desvalorização do real, e não acho que se trate de um fenômeno de descontrole. E desvalorização cambial não é um fenômeno novo no Brasil. Se compararmos de 2001 a 2019, o real é consistentemente a moeda mais volátil – mesmo em momentos em que a dívida estava caindo", diz, ressaltando que, em um contexto em que o aumento de endividamento não é exclusividade brasileira, a cobrança por ajuste pode ser atenuada, e a inflação tende a convergir. A economista afirma que seu foco na redução da desigualdade não é descasado da preocupação com a sustentabilidade da dívida pública e o controle da inflação. Mas defende que a manutenção do atual desenho do teto de gastos é incompatível com a necessária ampliação das políticas sociais para amparar a população vítima dos efeitos mais persistentes do choque de Covid-19, e que este deveria ser reformado. Laura afirma não condenar a existência de uma regra fiscal focada em limitar o gasto público, considerando-a inclusive melhor que a meta de resultado primário, cujo caráter pró-cíclico – de contar com menos recursos quando se cresce menos, e vice-versa – "tende a exacerbar crises e sobreaquecer expansões". Considera que esta deveria se alinhar à experiência internacional, que leva em conta elementos como arrecadação prevista e trajetória da dívida, para determinar uma meta plurianual mais flexível, respeitando a relação dívida/PIB pretendida no período. "O atual desenho do teto de gastos, reajustado pela inflação, não permite que a gente gere uma arrecadação maior – seja com CPMF, ou com a redução de isenções e aumento da alíquota efetiva de tributação da renda, como defendo –, e a converta em mais gasto social. "Quer dizer, o desenho do teto é estático e independente do crescimento da economia, da arrecadação e da própria trajetória da dívida. Sendo reajustado pela inflação, não permite que a gente gere uma arrecadação maior – seja com CPMF, ou com a redução de isenções e aumento da alíquota efetiva de tributação da renda, como defendo –, e a converta em mais gasto social", afirma. "Isso nos deixa numa armadilha, com a Previdência consumindo parte cada vez maior do orçamento, apesar da reforma, reduzindo o espaço para os demais gastos a cada ano", acrescenta, apontando que em 2021 esse quadro se tornará ainda mais nítido.

Para Laura, a insustentabilidade do teto explica o impasse da equipe econômica do governo em propor alternativas de ampliação dos gastos sociais. "As propostas feitas até agora – remanejar recursos de outros programas como BPC e abono salarial, desindexar o salário mínimo da inflação e congelar as aposentadorias



Foto: Bianca Gens

As condições para a atividade econômica voltarem dependem mais de se construir um orçamento que caiba no bolso do Estado brasileiro do que renovar um auxílio

Samuel Pessôa – FGV IBRE



Foto: Divulgação

O desenho do teto de gastos é estático e independente do crescimento da economia, da arrecadação e da própria trajetória da dívida

Laura Carvalho – FEA/USP

por 2 anos –, além de gerarem resultados modestos, em geral retiram ajuda de estratos médios que tampouco têm tido folga nessa crise. Em termos de recuperação econômica e desigualdade, não são planos efetivos", diz, reforçando o diagnóstico feito em seu mais recente livro, *Curto-circuito – o vírus e a volta do Estado*. Ainda que reconheça que ambientes de crise são ruins para discussões de longo prazo, pelo risco de desviá-las de seus objetivos iniciais, Laura considera que insistir em um teto que se mostra de difícil sustentação pode gerar implicações não menos importantes. "O teto está colapsando. A busca de manobras para mantê-lo, como usar fundos extrateto para pagar prorrogação do auxílio, ou prorrogar decreto de calamidade, também gera consequências que se refletem nas expectativas de investidores para o Brasil", afirma. "Como acho que essa discussão terá que vir, preferiria antecipá-la e fazê-la de forma transparente."

Já Pessôa defende que uma revisão do teto não deve ser realizada no contexto de epidemia e saída de um orçamento de guerra. "Primeiro temos que construir um orçamento que faça sentido com a nossa realidade. Teremos redução forte do gasto público, e com juros baixos vamos retomar o crescimento", afirma, colocando essa discussão para um segundo momento. "Aí podemos rediscutir tudo, pois nosso desenho institucional permite", diz, ressaltando que desde a promulgação da Constituição de 1988 são aprovadas, em média, três emendas constitucionais por ano. "Mas primeiro temos que virar a página da epidemia, reconstruir uma normalidade. Aí o câmbio volta um pouquinho, pressões inflacionárias talvez se dissipem, e ficamos em condição de recuperar as perdas de crescimento. E, no ano seguinte, podemos repensar todo o contrato social: o teto de gastos, um programa social mais abrangente, desde que se privilegiem formas de aumento de arrecadação mais do que de gastos, para não perder de vista a redução da dívida pública." No *webinar*, o pesquisador reforçou sua aposta em uma recuperação positiva em 2021, lembrando que as estimativas de retração do PIB para este ano já caíram significativamente. "Como disse, há liquidez acumulada no setor privado para iniciar esse processo. Se voltarmos para uma realidade orçamentária, acho que o câmbio volta, as pressões inflacionárias se desfazem, e vamos manter política monetária frouxa por mais tempo", reitera.

Argumentos apresentados, as decisões sobre o caminho a ser seguido ainda dependerão do fator político, sob um cenário não menos incerto. Ainda que a equipe econômica seja peremptória em demonstrar as restrições de caixa, o auxílio emergencial resgatou a popularidade do presidente da queda livre registrada no início da pandemia, e isso pode não ter saído de seu radar. "O presidente agora terá de lidar com as contradições de seu projeto de governo. Ele foi eleito com medidas liberais que eram uma continuidade do governo Temer e supriam uma demanda do topo da pirâmide, que associava corrupção à crise econômica, e entendia que Estado mínimo controlava a corrupção", descreve Laura, contrapondo essa situação à do presidente na pandemia, quando seu comportamento o fez perder popularidade no topo e ganhar na base. E que hoje culmina, defende a economista, na falta de um projeto de crescimento econômico que transcenda a agenda de reformas – a qual tampouco avançou este ano. "Da forma como caminhamos, precisaremos de duas décadas para recuperar a renda *per capita* de 2014, e o emprego dessa época também. Por isso, para além das diferenças minhas e de Samuel no campo da teoria macroeconômica, o mais crítico hoje é ter uma agenda para a retomada da economia brasileira", defende.

3AW

fgv.br/mba

FGV EM CASA
COM A QUALIDADE DE SEMPRE



CONHEÇA OS CURSOS

MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

Ritmo desigual

Retomada heterogênea na transição da pandemia pode ampliar diferenças entre países – e dentro deles

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

O que há poucos meses parecia improvável para o tempo da ciência, aconteceu. Enquanto a pandemia de Covid-19 varria o globo, fazendo mais de 1,5 milhão de mortos, laboratórios aceleraram pesquisas e testes, abrindo caminho para que ao menos sete países anunciassem o início da vacinação contra o novo coronavírus ainda em 2020. De Rússia e China – que começaram seus programas antes mesmo da conclusão dos testes de seus imunizantes –, à primeira remessa de vacinas da Pfizer que viajou no início de dezembro da Bélgica ao Reino Unido, colocando-o na dianteira do Ocidente nessa estratégia de combate à Covid-19, os sinais de avanço alimentaram a confiança de que o mundo ficou mais perto de virar essa dolorosa página.

Além do alívio a uma crise sanitária sem precedentes, cujo impacto da segunda onda ainda é de difícil dimensão, a corrida pela aquisição de vacinas também revela a capacidade de cada economia de acelerar a construção de seu novo normal. "A tendência é de que muitos países ricos consigam a imunidade coletiva no final do primeiro trimestre de 2021 e cresçam bastante", diz Armando Castelar, coordenador da Economia Aplicada do FGV IBRE. Mesmo representando uma produção bilionária de doses de vacina, esse esforço inicial das fábricas habilitadas ainda não é suficiente para cobrir toda a demanda mundial no ano que vem. De acordo a levantamento do Launch and Scale Speedometer, iniciativa do Duke Global Health Innovation Center patrocinada pela Fundação Bill e Melinda Gates, com a atual capacidade de produção, a cobertura universal da vacina não aconteceria antes de 2023. Algumas nações desenvolvidas já têm contratado um número de doses acima do necessário para imunizar sua população, di-



versificando sua compra entre quatro ou mais fabricantes – levando em conta que nem todas as vacinas necessariamente serão aprovadas e irão a mercado. No início de dezembro, países ricos tinham reservas confirmadas para 3,9 bilhões de doses; os de renda média-alta, 1 bilhão; e os de renda média-baixa, 1,7 bi. Já a Covax, coalizão de 165 países que visa garantir acesso igualitário a uma vacina eficaz, chegava a 700 milhões de doses, que poderão ajudar países de baixa renda.

Quem ficar para o fim da fila terá de conviver por mais tempo com as restrições provocadas pelo vírus que, além de uma grande capacidade de disseminação, também demonstrou seu potencial de acentuar a desigualdade entre países, e dentro de cada país. Nações que não tiveram a robusta ajuda emergencial verificada nas economias ricas – e em algumas em desenvolvimento como o Brasil, onde o auxílio emergencial chegou a ampliar a renda média de parte da população vulnerável comparativamente ao período pré-Covid-19 –, a tendência foi de aumento da pobreza. No início de dezembro, no lançamento do Panorama Global Humanitário para 2021, a ONU divulgou estimar um aumento da população extremamente pobre em 150 milhões de pessoas até o final do ano que vem, 40% a mais que em 2019. O número corrobora estimativas anteriores do Banco Mundial, que indicou que essa alta acumulada entre 2020 e 2021 será a primeira em duas décadas. Outra estimativa, feita por Homi Kharas, *senior fellow* do programa de Economia Global e Desenvolvimento Sustentável da Brookings Institution, aponta que ao menos metade do contingente de novos pobres formado na pandemia não conseguirá se recuperar até 2030, o que em seus cálculos significa em torno de 60 milhões de pessoas. "Hoje vemos uma tendência protecionista nas relações internacionais, mas será preciso reforçar a percepção de que bens públicos como a cooperação são fundamentais, e devem ser priorizados na agenda global. Se não avançarmos na cooperação, o mundo poderá caminhar para um desastre", diz Lia Valls, pesquisadora associada do FGV IBRE.



Livio Ribeiro, também pesquisador do FGV IBRE, lembra que os desequilíbrios gerados pela diferente capacidade das economias de fazer política anticíclica tenderão a se manter ativos por outras frentes, que podem afetar países em diferentes estágios de desenvolvimento. "Uma vez que a imunização for acontecendo, essa regressividade ainda manterá certa inércia, alimentada por diferentes canais, como a sensibilidade do padrão de composição do PIB frente às restrições impostas pela pandemia, ou sua organização fiscal, que lhe permite maior ou menor atração de fluxos de capital em meio à liquidez global", exemplifica. A composição de variáveis presentes em cada país configurará um quadro mais ou menos problemático de recuperação, diz Ribeiro, citando o exemplo da Turquia. "Como grande importador de petróleo, o país obteve certa vantagem com a queda do preço internacional dessa *commodity* em 2020. Mas mesmo numa conjuntura favorável para sua conta-corrente, a Turquia sofreu forte depreciação da moeda, ajudada por sua desorganização institucional, perdeu fluxo de turismo – atividade na lista das mais penalizadas pelo choque sanitário –, o que acabou prejudicando o país."

A configuração regional da qual cada economia faz parte também proverá diferenciais. Países da União Europeia que foram economicamente mais atingidos pela pandemia, por exemplo, ganharam um reforço dos demais sócios para manter suas políticas de sustentação do emprego graças aos *social bonds*, com estimativa de emissões de 100 bilhões de euros até o final de 2021. De outubro a 25 de novembro foram três emissões, somando 39,5 bilhões de euros, com juro negativo. Os termos dos empréstimos a cada país são discutidos e aprovados caso a caso pela Comissão Europeia, e permitirão a

países como Grécia e Espanha terceirizarem o impulso fiscal de que ainda precisam para se reestruturar. Outra medida, entre as mais esperadas do ano, é a aprovação de um fundo de recuperação europeia idealizado por França e Alemanha – inicialmente de 500 bilhões de euros, ampliado para 750 bilhões de euros –, cuja aprovação tem sido barrada por Polônia e Hungria, resistentes à cláusula democrática prevista no acordo. Ao fechamento desta edição, esperava-se uma resolução do impasse, que também comprometia a aprovação do orçamento da União Europeia. "Com essa medida, os países ricos europeus, que já têm experimentado baixo crescimento, demonstraram preocupação com as disparidades regionais, sabem que isso é ruim e estão criando condições para que haja convergência", avalia o economista Affonso Celso Pastore, sócio da AC Pastore. "Eles reconhecem que, para consolidar uma união monetária, precisam criar uma união fiscal."

Por seu potencial de investimento em infraestrutura nos países mais fragilizados pela pandemia, Pastore considera que o projeto do fundo poderá impactar positivamente a produtividade da região. "É o mesmo princípio que se pode ver no acordo entre a China e outros 14 países da Ásia e Oceania", diz, em referência à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), assinada em novembro, que congrega 30% do PIB mundial. "Esse tratado reúne países que já encerraram seu bônus demográfico há décadas, e cujo aumento de renda *per capita* depende basicamente da produtividade do trabalho. Esta, por sua vez, está diretamente relacionada com investimento em capital fixo e inovações tecnológicas, para as quais a abertura comercial colabora, ao estimular o uso eficiente dos fatores", diz Pastore.

O ex-presidente do Banco Central revela certa indignação ao comparar tais exemplos com a situação brasileira. "Esses casos são um puxão de orelha para o Brasil, onde não temos conseguido aprovar nada. Eles mostram preocupação com as gerações futuras, pensam o longo prazo, enquanto aqui o longo prazo são as eleições de 2022", diz. Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro IBRE, compartilha o sentimento de Pastore, ao apontar que o atraso tecnológico e educacional verificado na América Latina, em comparação aos países asiáticos, poderá minar o potencial de crescimento da região, especialmente de crescimento inclusivo. "O alto grau de informalidade observado em economias como Brasil e México contribui para agravar esse quadro, pois joga contra a acumulação de experiência e treinamento dos trabalhadores, especialmente



Corrida pela vacina

Distribuição das doses contratadas, por nível de renda do país

	Número de doses
Alta renda	3.853.200.000
Renda média-baixa	1.747.700.000
Renda média-alta	1.004.600.000
Covax e outras instituições globais	700.000.000

Cobertura populacional com as doses já confirmadas

Países selecionados

	Casos por milhão de habitantes	Cobertura
Canadá	10.592	527%
Reino Unido	24.724	288%
União Europeia	26.705	199%
Estados Unidos	42.060	169%
Austrália	1.096	266%
Turquia	8.694	30%
Índia	6.936	59%
Chile	28.975	223%
Brasil	30.519	46%
Argentina	31.864	52%

Fonte: Launch and Scale Speedometer/Duke Global Healthy Innovation Center.

dos jovens que precisam se qualificar para uma economia cada vez mais demandante de conhecimentos tecnológicos", diz. "Se nada for feito, ao invés de caminhar na direção desse novo normal para o qual a pandemia está levando o mundo, corremos o risco de estagnar no velho normal e ficar definitivamente para trás."

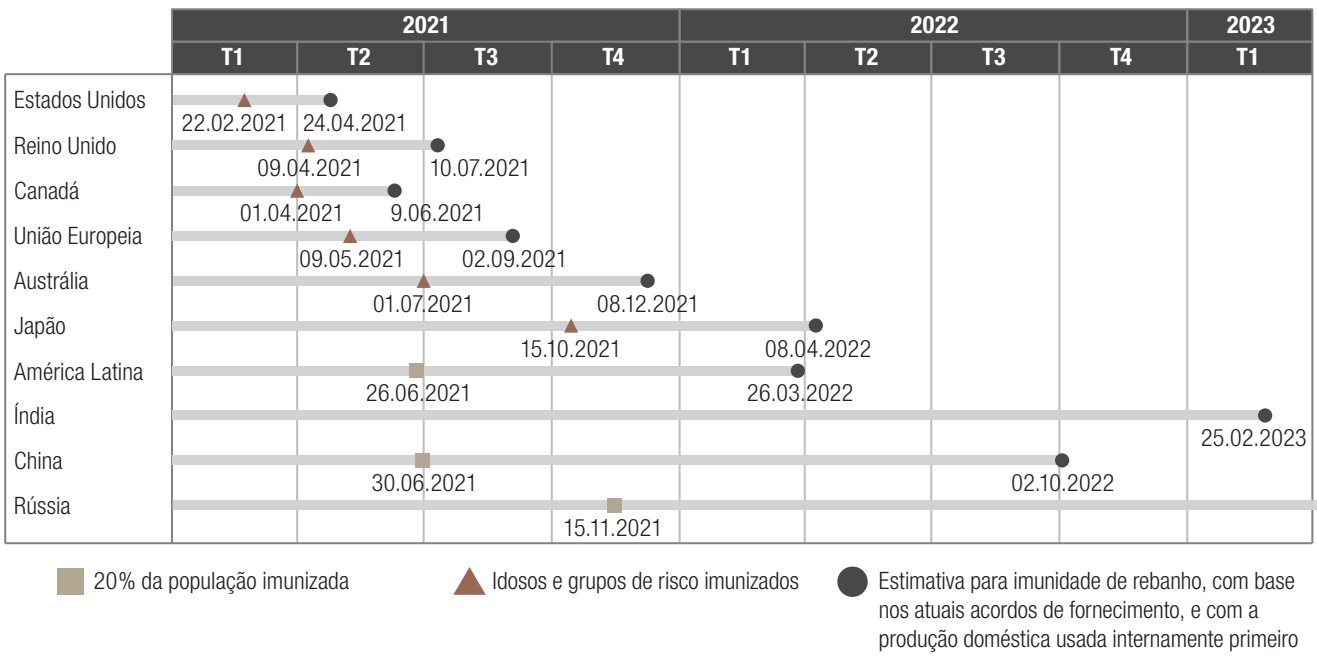
O conjuntural e o estrutural

Para Castelar, do FGV IBRE, o fundamental neste momento é não perder a perspectiva. "Em reunião no Congresso americano no início de dezembro, Jerome Powell, presidente do FED, declarou: 'já vemos a luz no fim do túnel. Agora o desafio é chegar lá'. É uma frase perfeita para a atual conjuntura. A questão que temos que responder neste momento é: será que a gente precisa de alguma coisa para chegar ao fim do túnel?", diz. A resposta dos Estados Unidos já foi dada, e implica um novo pacote de estímulo, depois de o Heroes Act ter injetado US$ 2,4 trilhões na economia americana. Em discussão desde meados do ano, o pacote está em sua terceira revisão, agora com uma proposta bipartidária apoiada pelo futuro presidente Joe Biden, no valor de US$ 908 bilhões. A proposta bipartidária não inclui as transferências diretas a famílias que havia no primeiro plano, mas mantém programas como o adicional no bônus do seguro-desemprego, pela metade do valor anterior; estende o plano de proteção da folha de pagamento para manutenção do emprego, bem como um programa que evita o despejo de locatários inadimplentes. O texto, que estava para ser aprovado no fechamento desta edição, ainda inclui US$ 50 bilhões para testes e distribuição de vacinas. E, de acordo a declarações de Biden, seria o programa de entrada a um futuro pacote mais amplo que o novo presidente pretende apresentar depois de empossado.

Para o Brasil, que no início da pandemia se manteve na dianteira dos emergentes quanto à pujança de seu programa emergencial, o grave cenário fiscal parece não dar outra resposta que não seja a austeridade, reordenando gastos para priorizar determinadas políticas. O alto grau de incerteza sobre a capacidade de recuperação da economia com a retirada de estímulos e seu impacto sobre a pobreza, entretanto, suscita receituários díspares, como mostraram os economistas Samuel Pessôa, do FGV IBRE, e Laura Carvalho, professora livre-docente da FEA-USP, em recente debate virtual (pág. 34).

Linha do tempo

Alcance de imunidade com base nos atuais acordos de fornecimento de vacina



Fonte: Airfinity – 8 de dezembro.

No *webinar* do IV Seminário de Análise Conjuntural do FGV IBRE, promovido dia 7 de dezembro em parceria com o jornal *O Estado de S.Paulo* (https://bit.ly/36SXzcm), Castelar contrariou as análises mais sombrias sobre a recuperação do país. Defendeu que uma carona no otimismo dos mercados financeiros com a vacina – ainda que a definição de um plano de imunização no Brasil gere mais incerteza que esperanças – pode ser favorável para a recuperação brasileira. Superando, em parte, a má avaliação sobre nossa situação política e fiscal. "No ano que vem, o mundo poderá crescer o dobro do que crescia antes da pandemia, com a economia chinesa se expandindo ao menos 10% mais do que em 2019. Isso poderá significar preços de *commodities* em alta, o que é bom para a gente", diz. Castelar também citou a volta, em novembro, do investidor estrangeiro à bolsa brasileira – depois de uma debandada que ainda deixa um saldo negativo de US$ 51 bilhões; a recente apreciação do real, e o panorama de juros baixos nas economias desenvolvidas que ainda se estenderá por um bom tempo. "Poderemos reviver, em menor escala, o contexto internacional do governo Lula, que explicou muito do que aconteceu no país naquele período", afirma. Para Castelar, esse cenário, somado à construção de uma narrativa positiva pelo governo federal, poderia operar bons resultados, permitindo ao país aproveitar essa recuperação cíclica da economia mundial.

Fôlegos diferentes

Estimativa de crescimento do PIB

	2019	2020	2021
Mundo	2,8	-4,4	5,2
Economias avançadas	1,7	-5,8	3,9
Estados Unidos	2,2	-4,3	3,1
Área do euro	1,3	-8,3	3,1
Ásia emergente	5,5	-1,7	8
China	6,1	1,9	8,2
América Latina e Caribe	0	-8,1	3,6
Brasil	**1,1**	**-5,8**	**2,8**
Oriente Médio e Ásia Central	1,4	-4,1	3
África Subsaariana	3,2	-3	3,1

O **Boletim Macro IBRE** prevê **-4,7%** para o PIB brasileiro em 2020 e **3,6%** em 2021

Fonte: FMI, projeções de outubro.

José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV IBRE, também reconhece o bom contexto internacional, mas defende a cautela que, em sua opinião, ainda falta no movimento recente dos mercados. "Ao ver a luz no fim do túnel, eles têm desprezado o longo caminho que ainda é preciso atravessar", diz. Senna lembra que, tal como vários países, o Brasil já enfrentava um contexto de baixo crescimento antes da pandemia, com problemas estruturais no mercado de trabalho, que afirma ser uma de suas principais preocupações.

Daniel Duque, pesquisador do FGV IBRE, ressalta que a composição da retomada do emprego tem se caracterizado por uma reação mais rápida no setor formal que no informal. Este último foi o mais impactado pela crise sanitária – da perda de 13 milhões de postos de trabalho, 7,5 milhões eram informais –, por sua relação estreita com o setor de serviços. "Quando observamos os dados da Pnad-C e da Pnad-Covid, vemos que informais começaram a se recuperar primeiro, mas a partir de setembro recuam, enquanto o setor formal demonstra uma evolução mais consistente", descreve. Uma hipótese para esse recuo, segundo Duque, é a redução pela metade do auxílio emergencial que passou a vigorar nesse mês. ""Famílias mais pobres tendem a comprar de informais, e a queda de seu poder de consumo pode ter se refletido na trajetória do trabalho", diz. Um sinal preocupante, na opinião de Silvia Matos, já que é o setor que sustentou a recuperação do emprego na última recessão, mas também onde se concentra o maior sinal de deterioração da oferta. "Estamos falando de uma tendência que come-

çou lá em 2014, e que não envolve apenas trabalhadores de meia-idade que buscam um complemento de renda. Nesse período, a informalidade acabou se tornando a porta de entrada de muitos jovens no mercado de trabalho. Jovens para os quais a tecnologia serviu para gerar emprego – como serviços de aplicativo – mas não para ser desenvolvida em sua atividade. Teremos mais um período difícil à frente, e precisamos pensar no desafio de alocação dessas pessoas."

A recuperação no setor formal, por sua vez, está alinhada com a evolução da atividade na indústria e no comércio. "Ela se reflete não apenas no saldo de vagas, como no aumento de horas trabalhadas, o que tem ajudado na recuperação da massa salarial", afirma Duque. O pesquisador indica que, na média de abril a setembro, a renda do trabalho aumentou R$ 100 *per capita*. "Se o auxílio acabasse hoje, estaríamos a R$ 30 para compensar a perda devido à pandemia", afirma. O problema, entretanto, é que uma parte desses trabalhadores formais, 9,8 milhões, está sendo beneficiada pelo programa de manutenção do emprego do governo federal (BEm), que acaba em dezembro. E um retrocesso na confiança sobre a recuperação da economia por parte de empresários e consumidores – como já se observou nas Sondagens do FGV IBRE em novembro –, poderia levar os empregadores a romper o vínculo, passado o período de carência do programa, fazendo os números do mercado formal retrocederem. "Há uma alta do desemprego projetada para 2021 referente às pessoas desempregadas que estavam fora do mercado e voltarão a buscar emprego, que já era esperada. A perda de vagas é um agravante", diz. Silvia lembra que as estimativas do Boletim Macro para o PIB brasileiro em 2020 e 2021 – de, respectivamente, -4,7% e 3,6% – contemplam uma desaceleração da atividade no quarto trimestre deste ano, e uma ligeira contração no primeiro trimestre do ano que vem. Esse dado pode ser indicativo de que a retomada do consumo pelas famílias de faixa de renda mais alta, que acumularam poupança durante a fase crítica do isolamento não se dará, imediatamente, na magnitude necessária para recompor a perda de outros estímulos, especialmente o auxílio emergencial, sobretudo se houver persistência no aumento do contágio observado no país no início de dezembro. "Se tudo der certo, no segundo semestre de 2021 é que teremos um desempenho melhor",

> Ao ver a luz no fim do túnel com o surgimento de vacinas, os agentes do mercado têm desprezado o longo caminho que ainda é preciso atravessar
>
> **José Júlio Senna – FGV IBRE**

Otimismo global se reflete na bolsa

Evolução do Ibovespa – base 100



Fonte: XP, com dados do Ibovespa.

afirma, ressaltando que isso ainda dependerá da manutenção da ancoragem fiscal.

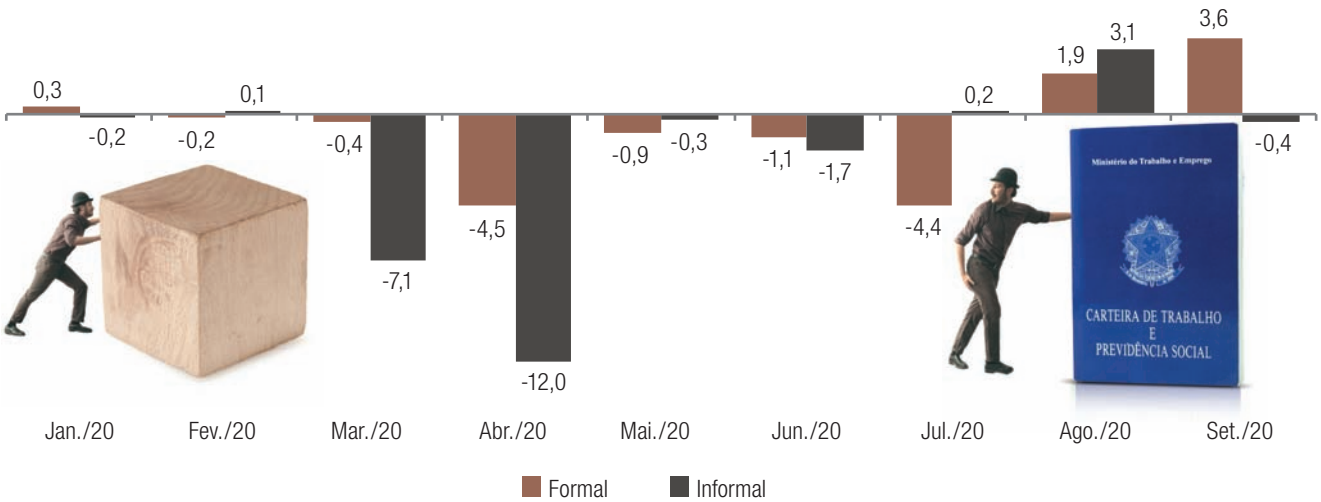
Renato da Fonseca, gerente-executivo de Economia da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), afirma que o início do ano das empresas brasileiras ainda será sensível, e que a retirada das medidas de apoio – seja para a preservação do emprego, seja para o financiamento de sua atividade – será ameaçadora. "Hoje as empresas estão endividadas, estão pagando tributos que foram adiados, e sob um cenário ainda muito incerto. O ideal seria uma prorrogação adicional do BEm – que já teve seu prazo estendido de julho a dezembro –, e das linhas do Pronampe e Peac, que foram as que funcionaram", diz, defendendo que a extensão desses programas de crédito poderia se dar mesmo sem aporte adicional, usando o giro dos recursos e a garantia inicialmente prevista. "O que pedimos é algo temporário, não pensamos em aumento de gastos. Com mais 3 meses, poderíamos ter uma foto um pouco mais clara da normalidade possível em 2021", afirma.

A mesma pressão se repete no caso do auxílio emergencial, que chegou até dezembro sem uma definição sobre qual programa substituiria seu papel de mitigar o aumento da pobreza. Sem espaço fiscal, o desafio esteve em projetar alternativas usando o atual orçamento, partindo da revisão de programas já existentes no sistema de proteção social – o que foi incorporado nas tentativas infrutíferas do governo este ano em emplacar uma nova versão do Bolsa Família.

No início de dezembro, entretanto, o Senado Federal tomou a frente do debate e apresentou uma proposta, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com plano de financiamento acorde ao princípio de remanejamento de recursos orçamentários, e cujo principal diferencial é a criação de um braço dedicado à proteção de trabalhadores informais nos momentos de oscilação de renda. O programa, chamado Lei de Responsabilidade Social, é formado por três benefícios. O primeiro é o Benefício de Renda Mínima (BRM), que prevê uma transferência mensal média de R$ 230 por família – contra R$ 191 do Bolsa Família (BF) –, com um número inicial de famílias atendidas de 13,2 milhões, próximo ao do BF antes da pandemia. O segundo é a Poupança Mais Educação, que prevê o depósito de R$ 20 por estudante da família beneficiária do BRM, desde que matriculado na rede de ensino. A ideia é que os recursos acumulados –estimados no projeto em R$ 3,2 mil – sejam sacados pelo estudante após a conclusão do ensino médio. O terceiro pilar da proposta é a Poupança Seguro Família, formada mediante o depósito mensal, pelo governo federal, de até 15% do valor de rendimento declarado por cada trabalhador da família com renda até R$ 780. Esse seguro só pode ser sacado em caso de queda de rendimento ou casos de calamidade pública. Sua cobertura estimada é de 12,5 milhões de famílias, não necessariamente be-

A recuperação do emprego com carteira assinada superou a de informais

Evolução da população ocupada mensalizada, por categoria de ocupação (em relação ao mês anterior)



Fonte: FGV IBRE.



Um novo Bolsa Família?

Como funciona a Lei de Responsabilidade Social

	Benefício de Renda Mínima	Poupança Mais Educação	Poupança Seguro Família
Para cada pessoa da família	Até R$ 125	Depósito mensal de R$ 20 por estudante de família beneficiária do BRM matriculado na rede de ensino	Depósito mensal de até 15% do valor individual de rendimento, de até R$ 780
Valor médio por família	R$ 230	R$ 33	R$ 39
Número de famílias atendidas	13,2 milhões	R$ 8,7 milhões	12,5 milhões
Custo inicial	**R$ 36,6 bilhões**	**R$ 2,7 bilhões**	**R$ 6,7 bilhões**

Fonte: PL 5343/2020.

neficiárias do BRM. O custo inicial do programa, de R$ 46 bilhões – R$ 36,6 do BRM, R$ 2,7 bi da Poupança Mais Educação, e R$ 6,7 bilhões da Poupança Seguro Família –, seria coberto pelos recursos do Bolsa Família (previstos em R$ 34,8 bilhões para 2021), de remanejamento de emendas parlamentares (entre R$ 4 bi e R$ 6 bilhões), mudanças nas regras de abono salarial (R$ 4 bilhões) e de parte dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal (R$ 2,7 bi).

O desenho inicial do projeto é do Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP) e tem entre seus autores dois pesquisadores do FGV IBRE: Vinicius Botelho (pesquisador associado) e Fernando Veloso, que trabalharam junto com Marcos Mendes (pesquisador associado do Insper), a economista Anaely Machado e a estatística Ana Paula Rodrigues Berçot. Botelho conta que o texto tem sido apresentado e discutido com parlamentares desde setembro, e que se aprovado até fevereiro de 2021, como prevê Jereissati, poderia ter parte de suas medidas implantadas em curto espaço de tempo. "As transferências do BRM seguem o mesmo princípio do Bolsa Família. Mas outros ajustes operacionais podem levar mais tempo, pois a aplicação da Poupança Seguro Família deverá contemplar um grupo de pessoas além das que hoje constam do Cadastro Único, o que demanda uma ampliação do cadastramento", diz.

A proposta também conta com uma definição de metas. Nos três anos após a entrada em vigor, a Lei de Responsabilidade Social deverá reduzir a pobreza (famílias com renda mensal de até R$ 250 por pessoa) de 12,3% (registrados antes da pandemia) para 10%, e a extrema pobreza (famílias com renda mensal de até R$ 120 por pessoa) de 6,4% para 2%. "É um mecanismo que não estava previsto na proposta original, mas que considero positivo, desde que seus parâmetros – metodologia, gatilhos – sejam bem definidos, e compatíveis com a proposta", afirma Botelho. O pesquisador aponta que entre outras vantagens do projeto está o redesenho da rede de proteção social de forma mais ampla que a simples revisão do benefício, e incluir o trabalhador informal sem gerar estímulos distorcidos, dando a este uma natureza de seguro, diferenciada da transferência. "É um sistema que, para o governo, é mais barato que o BF, mas que gera proteção para a família", diz Botelho. Quanto ao fato de a sistemática do seguro ser baseada em renda declarada, ele destaca que o desenho do programa leva em conta a característica até agora apresentada pelos beneficiários do Bolsa Família, mais interessados em ter um programa social do que em manipular o sistema para obter benefício máximo. "Em nossos estudos, com base numa simulação com dados da Pnad Contínua, observamos que se somente a renda do trabalho formal das famílias fosse observada para calcular o valor do Bolsa Família, o programa custaria R$ 55,7 bilhões. Considerando que em 2019 a folha de pagamento efetiva do programa foi de R$ 31,2 bilhões, chegamos à conclusão de que a declaração espontânea dos beneficiários sobre rendimentos fora do trabalho formal gerou uma economia em torno de R$ 20 bilhões", compara Botelho, otimista com o avanço do projeto.

Uma inflação para cada bolso



A ascendente de inflação que poucos esperavam até meados do ano, e que entrou na lista das preocupações dos analistas nos últimos meses, afetou a população brasileira de forma heterogênea. Por se concentrar especialmente nos alimentos, o aumento de preços verificado até novembro atingiu mais a população mais pobre, para a qual o peso desses produtos no total da cesta de consumo é praticamente o dobro do observado no IPCA medido pelo IBGE, que abrange um amplo intervalo de renda, de um a 40 salários mínimos.

"Em um país desigual como o nosso, o IPCA puro nem sempre conversa com a maioria da população. Nos últimos meses, o brasileiro pobre está vivendo uma inflação como há muito tempo não vivia, e que não está refletida nesse índice", diz André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do FGV IBRE. Medida pelo Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, a inflação das famílias de renda muito baixa (menor que R$ 1.650 por mês) foi de 3,5% no acumulado de 2020 até outubro, 2,5 pontos percentuais acima da verificada pelo grupo de renda alta (maior que R$ 16.509 mensais), que registrou 1%. Além do peso diferente dos alimentos no consumo total de cada faixa, também contribuiu para esse resultado a desaceleração de preço de serviços, de maior demanda entre as classes mais altas, e cuja procura se retraiu em função das medidas de isolamento. "A conjuntura da pandemia se tornou uma oportunidade de poupança para esse grupo, especialmente na fase mais aguda das restrições", lembra Braz. Já o Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1) do FGV IBRE, que mede a inflação das famílias com renda mensal entre 1 e 2,5 salários mínimos, aponta uma alta de 0,94% em novembro, contra 0,71% em outubro, acumulando 4,85% no ano e 5,82% em 12 meses.

De janeiro a outubro, a alimentação no domicílio respondeu por 72% da inflação acumulada no ano medida pelo IPCA. Braz aponta que esse resultado foi majoritariamente determinado pelo aumento do preço em dólar de vários insumos. "Veja o caso da soja. De março até meados de novembro, seu preço em dólar subiu 45%", exemplifica. Esse impacto foi percebido no mundo inteiro, mas no Brasil se intensificou devido à desvalorização do real numa magnitude maior do que na maioria das demais moedas frente ao dólar. "Continuando no caso da soja, se somamos o aumento do preço em dólar à desvalorização cambial acumulada até outubro, de cerca de 30%, superamos 70%, que é o aumento de preço do óleo de soja (77,7% de janeiro a outubro) observado no supermercado", diz.

A disparada dos alimentos também foi fortemente sentida no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) – o de maior peso dentro do Índice Geral de Preços, respondendo por 60% do total. "Quando falamos em matérias-primas brutas, costumamos citar muito o minério de ferro, por ter o maior peso no IPA, e pela volatilidade de seu preço em mercado. Desta vez, entretanto, houve um aumento generalizado em produtos agrícolas, como soja – segundo item de maior peso –, milho, trigo e proteínas", diz, indicando que até julho o preço das matérias-primas brutas já havia subido 67,9% na variação de 12 meses, a maior da série histórica. E que manteve sua escalada nos

meses seguintes. "Como por exemplo, trigo e milho acumulavam alta de 20% de março a meados de novembro, além da soja, como citei, de 45%, e do minério de ferro, com 38%", conta.

Esse aumento disseminado também provocou o maior descolamento já registrado entre o IPA e o IPCA, com uma variação, de acordo ao IGP-10 divulgado pelo FGV IBRE em novembro, dez vezes maior do primeiro em relação ao segundo. Tal diferença indica que ainda há margem de repasse de preços ao consumidor em muitos insumos, o que sustentaria a pressão inflacionária desses produtos por mais algum tempo. A tendência, entretanto, é de arrefecimento nos alimentos. Alguns indícios já são observados, conforme aponta o Ipea em seu estudo por faixa de renda. Entre setembro e outubro, a participação do grupo alimentos e bebidas no total da inflação da classe de renda mais baixa caiu de 75% para 60%. Em contrapartida, a recomposição de preço de alguns itens do grupo de transportes em outubro, como passagens aéreas (39,8%) e combustíveis (0,9%) fez a alta renda sentir mais o aumento de preços.

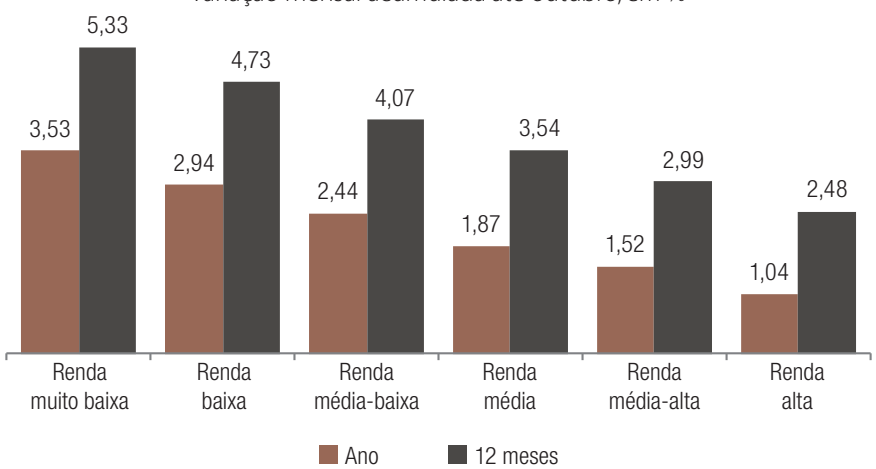
Para o ano que vem, Braz considera que essa diferença na inflação entre classes tende a se reduzir – o que não significa, entretanto, uma acomodação do IPCA. No caso dos alimentos, Braz aponta que uma desvalorização do real similar à deste ano será difícil de repetir, o que frearia uma expansão como a vista em 2020. Mas se o dólar se mantiver no atual nível em relação ao real, continuará garantindo a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros no mercado exportador, o que poderá gerar algum desabastecimento doméstico e tendência inflacionária. Outros fatores que pesarão nessa conta são o comportamento dos preços em dólar, e a robustez das próximas safras. "Comparado a este ano, acho que o balanço tende a ser positivo para o consumidor. Na faixa de renda baixa, acho que o destaque inflacionário deve vir do transporte público. Ainda que o preço dos combustíveis tenha ajudado este ano, uma escalada do diesel poderá desafiar esse setor", afirma.

> A falta de reestruturação, que impediu uma recuperação ainda mais forte da indústria, teve efeito no preço, e agora passa a se disseminar pelo restante da cadeia

No agregado dos preços, a tendência é de que bens duráveis e serviços, que este ano ancoraram a inflação, passem a ser os vilões, afirma o economista do IBRE. No caso dos serviços, a prorrogação do calendário de reajustes observada este ano deverá jogar contra o consumidor. "O caso dos planos de saúde é um exemplo, pois as administradoras já têm contratado um aumento em janeiro, fruto do adiamento de 2020, e o referente a 2021, que pode acontecer ainda no primeiro semestre", diz. O mesmo pode acontecer com as escolas particulares. Apesar de parte dessas instituições ter praticado descontos em 2020, a volta às aulas já vem acompanhada de uma tendência de aumento de preços. "O mesmo poderá acontecer em serviços como hotelaria e outros de lazer, que também buscarão a progressão

Inflação por faixa de renda

Variação mensal acumulada até outubro, em %



Fonte: Dimac/Ipea.

de preços não realizada em 2020", completa Braz.

Para os bens duráveis, cuja variação de preços em 12 meses saltou de 0,03% em agosto para 2,05% em outubro, um dos fatores de pressão é a desmobilização das cadeias produtivas. "As medidas de isolamento do início da pandemia obrigaram comércio e indústria a pararem suas atividades juntos, e praticamente não houve acúmulo de estoque. Como muitas indústrias estavam sem receita, a opção foi vender o que tinha e parar", conta Renato da Fonseca, gerente-executivo de Economia da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Mas a reativação da demanda chegou mais rápido que o esperado, gerando uma disputa acirrada na busca por insumos. "Como muita indústria vende para indústria, basta um elo travar para que dali para frente haja dificuldades", diz Fonseca. Não à toa, levantamento realizado pela CNI junto a empresas da indústria de transformação e extrativa apontou que os segmentos que reportaram um pouco menos de dificuldade na retomada são do começo da cadeia, como de derivados de petróleo e borracha. "No total do levantamento, 75% das empresas disseram ter dificuldade em conseguir matéria-prima. Entre elas, as dos segmentos de móveis, perfumaria e higiene pessoal, calçados e produtos de metal", enumera. "A pesquisa também apontou que os industriais não consideram a possibilidade de que essa questão seja resolvida antes do segundo trimestre de 2021."

Em novembro, o setor de Sondagens do FGV IBRE realizou uma pesquisa especial com 4.153 empresas que indicou percepção semelhante. A dificuldade de compra de insumos foi apontada por 55% das empresas do setor industrial e 51,5% do comércio e da construção. "Em alguns segmentos como vestuário, veículos, petróleo e indústria farmacêutica, a maior escassez declarada se dava entre produtos importados", ressalta Viviane Seda Bittencourt, coordenadora da Superintendência Adjunta de Ciclos Econômicos do FGV IBRE. Entre os insumos apontados como de mais difícil obtenção estão o aço – demandado tanto pelo segmento de bens de capital (no qual 54% dos respondentes apontaram escassez) quanto da construção (53%). Nesta última, o segundo insumo de mais difícil acesso apontado pelos respondentes foi o cimento (30,4%). Na indústria, também destaca-se a escassez de embalagem, com 30,3% das respostas no agregado, e 62,5% no

Inflação se dissemina

(var % 12 meses)

	IPCA	Bens não duráveis	Bens duráveis	Serviços livres	Bens semiduráveis	Monitorados
Jan./20	4,19	5,91	-0,20	3,29	1,09	6,03
Fev./20	4,00	5,44	-0,52	3,58	0,86	5,43
Mar./20	3,30	4,57	-0,77	3,10	0,67	4,41
Abr./20	2,40	4,85	-1,58	3,03	0,52	1,22
Mai./20	1,85	5,60	-1,01	2,68	-0,16	-0,96
Jun./20	2,13	6,20	0	2,06	-0,79	0,11
Jul./20	2,31	6,85	0,27	1,49	-0,83	0,94
Ago./20	2,44	8,59	0,03	0,95	-1,67	1,12
Set./20	3,14	11,28	0,92	1,08	-1,38	1,13
Out./20	3,92	13,32	2,06	1,44	-0,77	1,47
Nov./20*	4,11	11,29	2,78	1,50	-0,6	0,86
Dez./20*	4,17	10,55	3,89	1,12	-0,25	1,15

Fonte: FGV IBRE. *Estimativa.

Desarticulação de cadeias produtivas contribui para escassez de insumos



	A empresa está encontrando dificuldades na compra de insumos/matéria-prima?		Quais os motivos para a dificuldade em obter insumos?	
	Sim	Não	Escassez do produto no mercado interno	Escassez do produto no mercado externo
Varejo ampliado	**51,5**	**48,5**	**77,2**	**29,2**
Veículos, motos e peças	69,1	30,9	76,2	26,8
Material para construção	81,2	18,8	85,1	25,9
Varejo restrito	44,6	55,4	76,2	30,0
Indústria de transformação	**55,5**	**44,5**	**85,1**	**40,6**
Bens duráveis	71,9	28,1	91,1	66,2
Bens intermediários	38,4	61,6	84,8	28,4
Bens de capital	40,5	59,5	82,4	34,1
Bens não duráveis	63,8	36,2	84,4	29,9
Setor da Construção	**51,5**	**48,5**	**80,3**	**10,2**

Fonte: Sondagens FGV IBRE.

setor farmacêutico. Já o tecido foi destaque de menções tanto no segmento comercial quanto industrial, com respectivamente 45% e 55% de menções.

A falta de reestruturação, que impediu uma recuperação ainda mais forte da indústria, teve efeito no preço, e agora passa a se disseminar pelo restante da cadeia. "Esperamos resolver isso sem que essa pressão entre na inflação de forma persistente", afirma Fonseca. Mas o executivo da CNI aponta que isso também dependerá de como evolui a desvalorização cambial. "No Brasil, a indústria ou importa ou exporta, o que torna a maioria dos insumos – da cadeia petroquímica que chega à fiação têxtil, da madeira aos alimentos – dependentes da cotação em dólar."

Braz reitera a importância da questão cambial, devido ao peso desfavorável que a incerteza fiscal do país imprime nessa equação. E que já se reflete em preços como material de construção, em que itens como PVC e cobre são altamente dolarizados, cita. "Mesmo em setores que ainda não tenham retomado sua demanda em pleno, parte dessa incerteza também pode virar inflação, pois pode incentivá-los a evitar novas pressões de custos garantindo uma compra maior do que a que necessita no momento, gerando uma demanda maior que a oferta", afirma.

O espalhamento da inflação já se faz sentir em mais segmentos, chegando a itens como mobiliários e eletroeletrônicos. "Em novembro, o destaque do IPCA 15 do IBGE foi o ar-condicionado, com alta de 11%. É um aumento que claramente supera o efeito sazonal", exemplifica Braz. Para 2020, a estimativa do economista do IBRE é que o IPCA feche em 4,17%, ligeiramente acima da meta de 4% definida pelo Conselho Monetário Nacional, abaixo do teto de tolerância, de 5,5%. Para o ano que vem, o economista do IBRE não descarta nova pressão. Ele estima que em maio a inflação supere os 6% em 12 meses, recue, e feche o ano entre 3,55% e 4,5%, para uma meta de 3,75%. Quais fatores levariam a isso? A não acomodação dos preços de *commodities* agrícolas; impactos negativos de um acirramento da pandemia; demora no restabelecimento das cadeias produtivas, e um agravamento da questão fiscal, com nova rodada de desvalorização cambial. "As pressões acumuladas no IPA não deverão se reduzir rapidamente, até porque não se originaram de um único fator. Por isso, é preciso atenção", conclui. (*S.M.*)

Brasil: o país que já fez a transição energética

Fernanda Delgado
Professora de Geopolítica da Energia e coordenadora de pesquisa da FGV Energia

Luiz Augusto Horta Nogueira
Professor de Sistemas Energéticos da Unifei e pesquisador associado do Nipe/Unicamp

Desde tempos pré-históricos, a sociedade tem evoluído essencialmente de duas maneiras: de forma contínua, aperfeiçoando progressivamente os padrões de produção e acesso a bens e serviços ou de forma mais intensa, alterando significativamente esses padrões, promovendo em menor tempo mudanças mais profundas e de maior impacto, verdadeiras transições de cenários. Foi assim a partir do domínio do fogo, da introdução da agricultura, das grandes navegações e na Revolução Industrial, entre outros exemplos, quando a história humana adotou novos rumos.



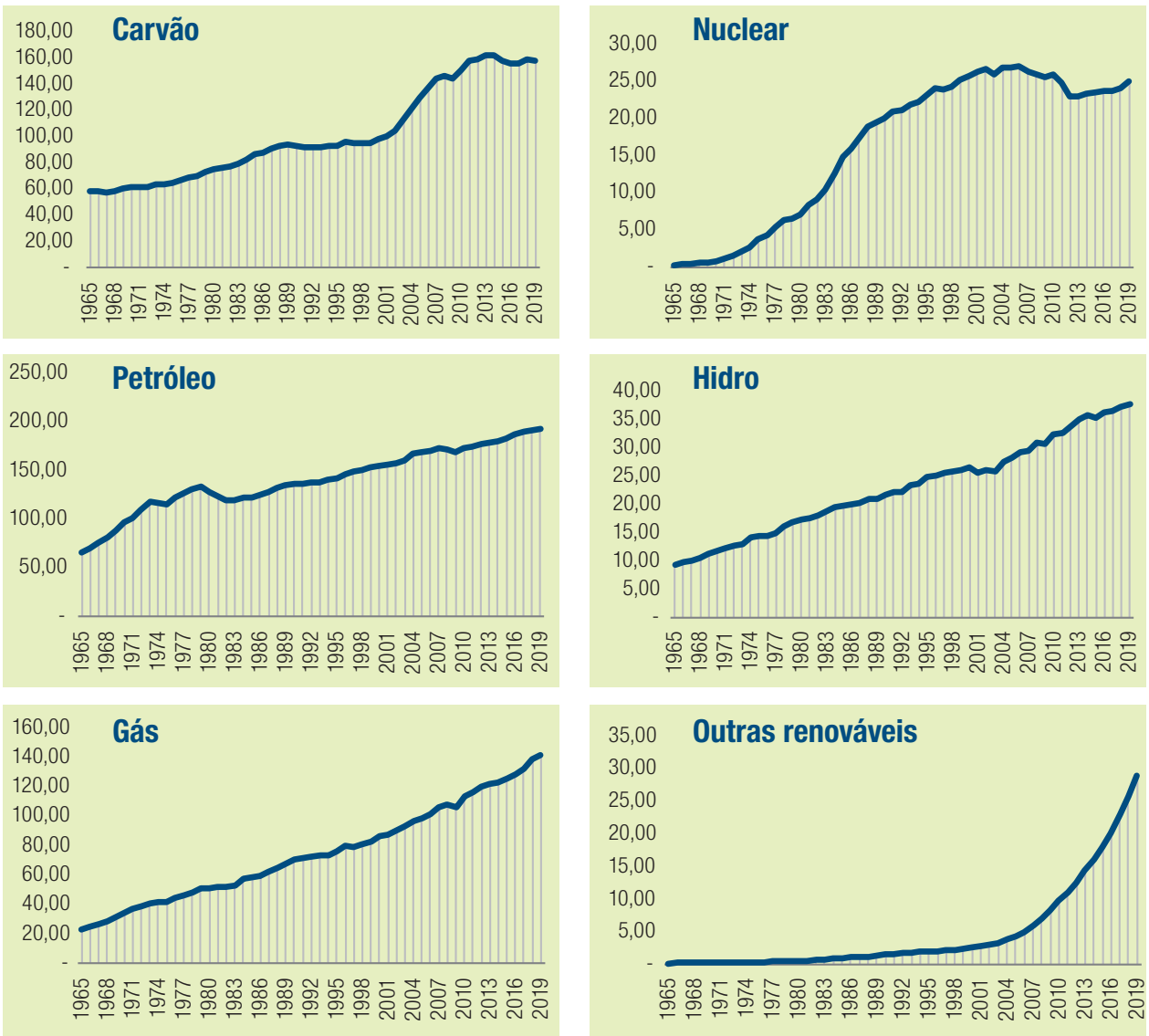
Nos últimos anos passamos a percorrer mais uma transição global importante, abandonando um padrão energético adotado a partir do século XVIII, baseado em estoques de carbono no subsolo, e incrementando o uso das fontes renováveis, com sinais inequívocos da construção de uma nova realidade energética. Um dos marcos desse processo é a política energética implementada na Alemanha a partir de 2010, a Energiewende,[1] que exatamente significa transição energética, orientando decididamente a substituição das fontes fósseis, inclusive a nuclear, por energias renováveis, e valorizando a eficiência energética e a sustentabilidade.

Atualmente, políticas semelhantes vêm sendo adotadas pela maioria dos países e são evidentes os sinais de grandes mudanças no quadro energético mundial. As empresas de petróleo perdem valor rapidamente (no final de outubro de 2020 a plataforma de comunicação Zoom passou a valer mais que a Exxon-Mobil, por exemplo), as empresas energéticas tradicionais mais ágeis redirecionam seus investimentos para energias renováveis (a Shell, junto com a Cosan na Raízen, é a maior produtora de bioenergia no Brasil e a BP está também entre as maiores), os fundos de investimento relevantes adotam critérios depreciando as fontes fósseis frente às novas energias, que percorrem cur-

vas virtuosas de redução de custos, acelerando e consolidando a transição. A cada dia, as projeções do consumo global de petróleo, pelas próprias companhias produtoras, indicam que se aproxima célere o início do encolhimento desse mercado, confirmando o famoso vaticínio do *sheik* Yamani, "a era do petróleo vai acabar antes do petróleo". A eleição de Biden nos EUA foi mais um passo claro nessa direção irreversível, processo que a atual pandemia também reforçou (figura 1).

Nesse contexto, é interessante notar que a transição energética não é uma novidade no Brasil. Por conta da ampla base de recursos naturais renováveis, bem como pela descoberta relativamente tardia de grandes reservas de hidrocarbonetos, o país implantou uma importante capacidade de geração em centrais hidrelétricas, com uma contribuição marginal de termelétricas, e utiliza mandatoriamente biocombustíveis desde 1931, opções intensificadas durante as crises do petróleo nos anos 70. Destarte, por obra da natureza e da visão

Figura 1 **Curva de consumo dos energéticos no mundo, 1965-2019**



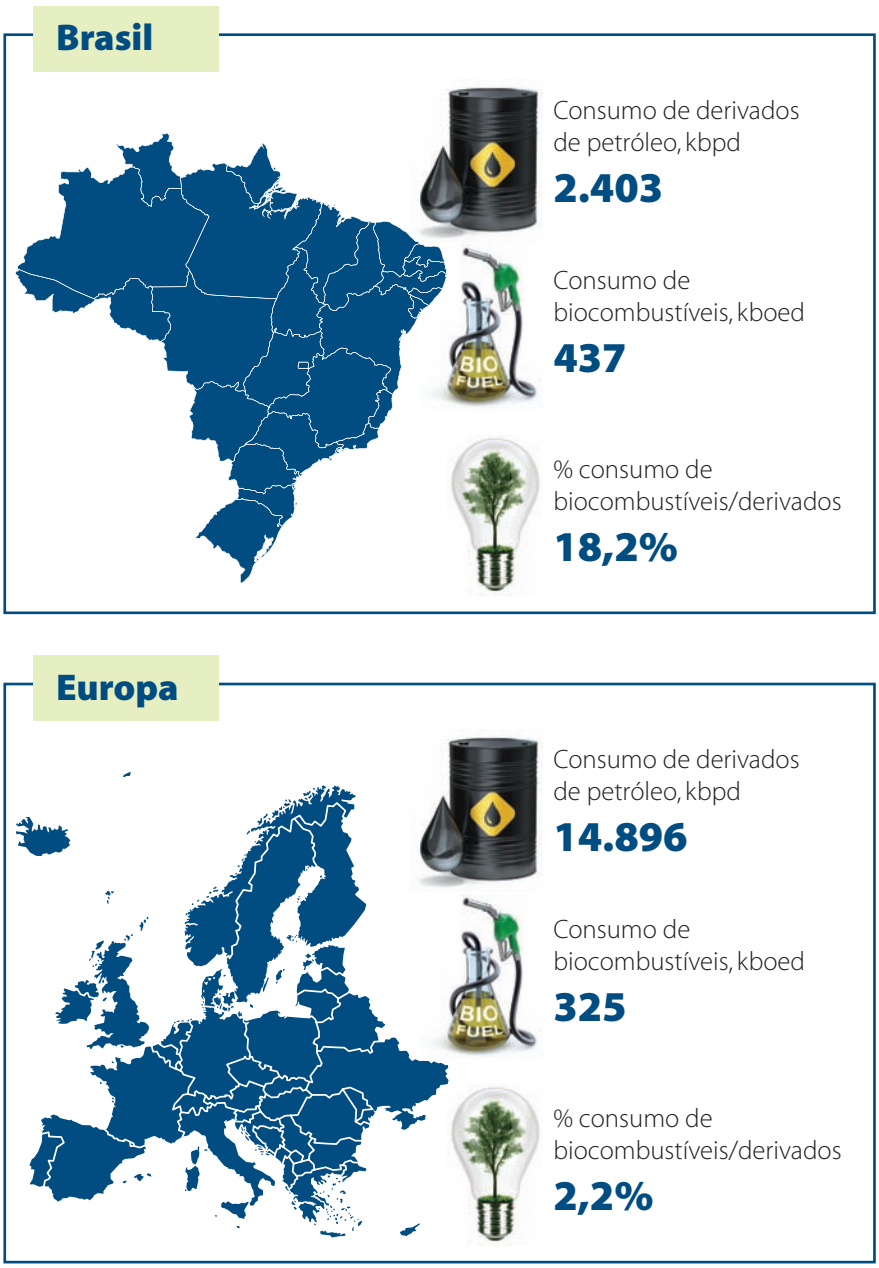
Fonte: BP, 2020, preparado por Marcelo Gauto, 2020.

dos dirigentes, o Brasil apresenta uma matriz energética com elevada participação de energias renováveis, uma quase singularidade. Nesse sentido, já há algum tempo, nosso país é hoje o que os demais países gostariam de ser.

De fato, foi implementada, em boa medida com tecnologia e capitais locais, uma nova realidade até mesmo no setor de transporte, o mais refratário à transição energética nos outros países. Atualmente, cerca de 50% do consumo energético em veículos leves (como etanol puro ou em mistura com a gasolina) e 12% do consumo de caminhões, ônibus e tratores (como biodiesel) no Brasil são atendidos com biocombustíveis líquidos, que poucos meses antes eram apenas gás carbônico atmosférico, água e luz solar (figura 2). Algo que, com razão, o Brasil pode se orgulhar.

E ainda que o país esteja adiantado na transição energética, há espaço para avançar e consolidar melhorias, para manter a liderança. Em geração de energia elétrica, a contribuição da biomassa, das energias solar e eólica, tem amplo potencial e competitividade, que tornam até desafiador encontrar espaços para a energia nuclear e o gás natural. No âmbito do transporte, apresentando robustas vantagens frente aos veículos elétricos com baterias, cujas limitações ficam evidentes no cenário brasileiro, os veículos híbridos com biocombustíveis mostram excelente desempenho energético e ambiental, enquanto novas tecnologias, empregando motores com taxas de compressão variável permitem utilizar a elevada octanagem do etanol, rompendo o falso paradigma dos 70% de consumo específico frente à gasolina. Nessa direção, a Fiat Chrysler desenvolveu, a partir de uma patente brasileira, e deverá produzir no Brasil o motor E4 para etanol, com um rendimento bem maior do que o alcançado pelos motores a gasolina. Por sua vez, a compatibilidade das células de combustível com a bioenergia é

Figura 2 **Derivados de petróleo e biocombustíveis**



Fonte: BP, 2020, preparado por Marcelo Gauto, 2020 .

muito favorável e habilita uma rápida adoção do hidrogênio em aplicações automotivas, na medida em que mediante a reforma catalítica é possível produzir esse gás a partir do etanol nos postos de revenda ou no próprio veículo, como vem sendo testado por montadoras como a Nissan, com grandes vantagens na logística e no custo final.

O aspecto mais carente de atenção para a evolução da matriz energética brasileira na direção da sustentabilidade é certamente o fomento à eficiência energética, que necessita ser priorizado com urgência. O governo brasileiro tem um papel fundamental no desenvolvimento de projetos de infraestrutura e no incentivo de políticas públicas fomentadoras que busquem, se não garantir, pelo menos apontar o caminho na direção a uma matriz energética sustentável. O Plano Decenal de Eficiência Energética se encontra em fase de concepção, mas suas propostas impõem o urgente reforço da base institucional para que possam ser implementadas. O Procel[2] acumula um acervo de realizações no mercado de energia elétrica, mais ainda está aquém das possibilidades e necessidades, e o Conpet,[3] voltado aos combustíveis líquidos, praticamente desapareceu. O Brasil perde em competitividade ao desperdiçar energia, enquanto os demais países têm avançado muito na introdução de tecnologias e padrões de uso mais eficientes. É preciso recuperar o tempo perdido na redução das perdas energéticas.



O **Renovabio** é exemplo de como uma ação governamental bem desenhada e articulada pode trazer ganhos em muitos setores, além da racionalidade energética.

É importante ainda considerar que prosseguir na transição energética traz benefícios socioeconômicos e estratégicos relevantes, como a descentralização, a diversificação e a segurança energética, além de assegurar o protagonismo que confere ao Brasil um espaço privilegiado no mercado de bens e serviços em sistemas energéticos. Em várias tecnologias energéticas inovadoras, o país é um ator respeitado e competitivo, e sua implementação gera empregos e qualidade de vida, como tem sido demonstrado em diversos estudos. O Renovabio[4] é exemplo de como uma ação governamental bem desenhada e articulada pode trazer ganhos em muitos setores, além da racionalidade energética.

Enfim, com políticas corretas, regulação adequada e investimentos bem orientados em pesquisa, desenvolvimento e inovação, é possível e deve-se prosseguir na transição energética em que o país é pioneiro, para um futuro mais sustentável e melhor para todos.

[1]http://www.energiewende-global.com/en/

[2]http://www.procelinfo.com.br/main.asp

[3]O objetivo do Programa Nacional da Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural foi promover o uso racional dos recursos naturais não renováveis (derivados do petróleo e do gás natural) no Brasil, reduzindo as emissões dos gases poluentes na atmosfera e promovendo a eficiência energética no uso final da energia juntamente com pesquisas e desenvolvimento tecnológico.

[4]Instituído em 2017 pela Lei nº 13.576 como Política Nacional de Biocombustíveis, é uma das principais contribuições do setor de transportes para o cumprimento das metas estabelecidas pela NDC brasileira no Acordo de Paris de 2015. Seu funcionamento é influenciado em diversas iniciativas mundiais como o Renewable Energy Directive (RED), da União Europeia, o Renewable Fuel Standard (RFS), dos Estados Unidos, e o Low Carbon Fuel Standard (LCFS), da Califórnia. Possui como objetivos a promoção do uso dos biocombustíveis na matriz energética nacional, tendo em vista a geração de empregos e investimentos no setor, a segurança e a renovabilidade da matriz, assim como assegurar previsibilidade e abastecimento no mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução da pegada de carbono. Além disso, visa melhorar a intensidade de carbono dos biocombustíveis (gCO2e/MJ) em 7% entre os anos de 2017 e 2028.

América Latina na "guerra comercial" entre a China e os Estados Unidos

Lia Baker Valls Pereira
Pesquisadora associada do FGV IBRE e professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj

A China é o principal mercado de exportação do Brasil desde 2009. A importância desse mercado não parou de crescer ao longo dos últimos anos e passou de 13,7% para 28% entre 2009 e 2019. No ano da pandemia, esse percentual aumentou e chegou no acumulado do ano até outubro a 34%. O melhor desempenho da China, a única a registrar variação positiva do PIB entre 2019 e 2020 no grupo das maiores economias do mundo, contribuiu para esse resultado.

A opção de uma política externa com um viés explícito de alinhamento à política do presidente Trump suscita preocupações para o setor exportador agropecuário. Ademais, declarações sobre a criação de uma barreira para a entrada da Huawei nos leilões de 5G cria um ambiente de tensões com o principal parceiro comercial do Brasil.

A eleição de Biden não contribui para alterar a posição da política externa brasileira em relação à China. O conflito entre os Estados Unidos e a China irá permanecer, embora na área comercial possa mudar o eixo da disputa do campo exclusivamente bilateral para o multilateral. Em adição, o diálogo deverá passar a ser conduzido respeitando o jargão diplomático. No entanto, a questão estrutural da tensão entre os dois países permanece: a disputa no campo tecnológico; e o papel do governo chinês nos incentivos ao desenvolvimento dos setores de alta tecnologia. Biden não deverá "cobrar" alinhamento do Brasil, mas não há razão para supor que irá condenar esse alinhamento.

O risco pode advir de um endurecimento da China. Se antes o governo chinês evitou se pronunciar, nos últimos meses com o seu embaixador no Brasil tem feito declarações que repudiam ataques ao papel da China no país. Nesse caso, os setores exportadores brasileiros poderão intensificar as pressões para uma política externa com maior "grau de neutralidade".

A Sondagem Econômica da América Latina do 4º trimestre de 2020, divulgada pelo FGV IBRE, trouxe uma enquete especial sobre o tema da guerra comercial. Foi perguntado aos especialistas econômicos de cada país que respondem à Sondagem qual posição esperam do seu governo, caso a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China se acirre. Ressalta-se que a pergunta se refere à posição do governo e não ao que os especialistas acham que o governo deva fazer (quadro 1).

No grupo dos dez países analisados, cinco apresentam um percentual acima de 50% em relação à opção de se manterem neutros. Nesse grupo destaca-se o Chile, onde 100% dos entrevistados consideram que o governo irá optar pela neutralidade. Em seguida, com percentuais acima de 60%, Peru, Uruguai e Argentina. O Brasil registrou um percentual de 53,3%, o que mostra uma percepção que a neutralidade não é uma opção consolidada no governo e está próximo do resultado da Bolívia de 50%.

As diretrizes da política externa não se esgotam na análise dos interesses comerciais de um país. No entanto, como no caso do Brasil, esse é

um dos argumentos a favor da neutralidade da política externa, comparamos os resultados da enquete da Sondagem com os dados da posição da China e dos Estados Unidos na pauta de exportação dos países.

O quadro 2 mostra a posição da China e dos Estados Unidos na pauta de exportação do país. Observa-se que só foram considerados os cinco principais mercados. Nos países com pautas similares ao Brasil em termos de participação, Chile e Peru, a opção por neutralidade é bem definida, com percentuais acima de 80%. E, no caso do Peru, a segunda opção é o alinhamento com a China. O Brasil difere ao ter percentuais de neutralidade e alinhamento com os Estados Unidos próximos.

Na Argentina, o principal mercado de exportação é o Brasil (18%, em 2018) e as participações dos Estados Unidos e a China são quase iguais. A preferência, em segundo lugar, pelo alinhamento com a China não é uma questão puramente ideológica. A Argentina tem uma carteira de empréstimos contraídos com a China, além de investimentos. No Uruguai, apesar da diferença entre a participação da China e dos Estados Unidos, o governo optaria pelos Estados Unidos.

Os resultados para o México, Colômbia e Equador de alinhamento com os Estados Unidos são condizentes com a pauta de exportações. Na Bolívia e no Paraguai, China e Estados Unidos não estão entre os principais mercados de exportações.

Os resultados apresentados visam reforçar o argumento por uma política externa brasileira com um viés pró neutralidade. Países que apresentam participações similares dos Estados Unidos e da China nas suas pautas de exportações tendem a registrar uma nítida preferência pela neutralidade. O conflito entre os Estados Unidos e a China não reproduz a Guerra Fria, onde a questão ideológica dominava. É um conflito sobre ganhos/perdas econômicas.

Quadro 1 **Qual diretriz diplomática você acha que seu país adotará caso as tensões entre Estados Unidos e China continuem aumentando?**

País	Alinhamento com os EUA (%)	Alinhamento com a China (%)	Manter-se neutro (%)
Chile	0,0	0,0	100,0
Peru	0,0	16,7	83,3
Uruguai	30,0	0,0	70,0
Argentina	0,0	33,3	66,7
Brasil	46,7	0,0	53,3
Bolívia	0,0	50,0	50,0
México	60,0	0,0	40,0
Colômbia	64,7	0,0	35,3
Equador	85,7	0,0	14,3
Paraguai	83,3	16,7	0,0
Média	**42,7**	**5,2**	**52,1**

Fonte: Sondagem Econômica da América Latina, 4º trimestres de 2020. www.portalibre.fgv.

Quadro 2 **Participação (%) da China e dos Estados Unidos nas exportações dos países – 2018**

País	*Ranking*	CHINA (%)	*Ranking*	Estados Unidos (%)
Chile	1º	33,5	2º	13,8
Peru	1º	27,7	2º	16,7
Uruguai	1º	20,0	4º	6,1
Argentina	3º	6,8	2º	6,9
Brasil	1º	27,0	2º	12,0
Bolívia*	1º	Brasil	2º	Argentina
México	4º	1,6	1º	76,5
Colômbia	2º	9,7	1º	27,0
Equador	3º	7,0	1º	31,0
Paraguai*	1º	Brasil	2º	Argentina

Fonte: https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/URY/Year/LTST/Summary. * Nos casos de Bolívia e Paraguai, optou-se por indicar seus principais parceiros comerciais.

FGV IBRE



Agora, a revista de economia mais tradicional do país também é blog

Conheça este novo canal da *Conjuntura Econômica* e acompanhe, a cada semana, matérias e entrevistas que complementam e atualizam as análises que chegam mensalmente aos leitores.

Blog da CONJUNTURA
ECONÔMICA

Disponível em versão mobile e desktop
fgv.br/ibre/blog-da-conjuntura-economica



Índices Econômicos

II	Índices Gerais
II	Índice de Preços ao Produtor Amplo – (IPA-OG-DI)
III	Preços ao Consumidor – Brasil
V	Preços ao Consumidor – Rio de Janeiro
V	Preços ao Consumidor – São Paulo
V	Preços ao Consumidor – Municípios das Capitais
VI	Índice Nacional de Custo da Construção – (INCC-DI)
VI	Custo da construção – Municípios das Capitais
VII	Índice Nacional de Custo da Construção por Estágios
VIII	Índices de Obras Públicas

Notas

As Notas Técnicas sobre os índices FGV estão disponíveis no Portal do IBRE https://portalibre.fgv.br/

Se você tem alguma dúvida sobre o conteúdo desta seção, escreva para o ibre@fgv.br.

Seção fechada com dados disponíveis até o dia 30/11/2020.

Índices Gerais – base: ago. 94 = 100

Período		Índice Geral de Preços		Índice de Preços ao Produtor Amplo-DI		Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) (total - média geral)	IGP-M	IGP-10
		Oferta Global	Disponibilidade Interna	Oferta Global	Estágios de Processamento			
		161392* - Col. 1	161384 - Col. 2	1420484 - Col. 3	1416651 - Col. 4	160868 - Col. 6	200045 - Col. 7	209425 - Col. 8
2020	Mai.	763,649	772,843	845,503	860,827	787,666	780,280	790,079
	Jun.	775,822	785,221	864,292	879,957	790,331	792,429	802,295
	Jul.	793,891	803,584	891,421	907,577	799,589	810,083	817,620
	Ago.	824,492	834,713	939,871	956,905	805,356	832,313	838,311
	Set.	851,592	862,259	981,007	998,786	814,701	868,442	874,658
	Out.	882,791	893,977	1.028,684	1.047,327	828,778	896,505	902,681

*Nota: Código referente à série do site http://portalibre.fgv.br/.

Índice de Preços ao Produtor Amplo-DI – Origem (IPA-OG-DI) - Brasil - base: ago. 94 = 100

Período		Produtos Agropecuários	Produtos Industriais		
			Total	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação
		1420485 - Col. 9	1420515 - Col. 10	1420516 - Col. 11	1420532 - Col. 12
2020	Mai.	1.208,912	723,086	1.817,679	669,974
	Jun.	1.218,715	742,992	1.889,165	687,150
	Jul.	1.263,262	764,898	2.040,211	701,772
	Ago.	1.356,584	800,925	2.358,464	721,692
	Set.	1.472,885	823,177	2.398,900	743,226
	Out.	1.612,943	847,783	2.418,736	768,510

Índice de Preços ao Produtor Amplo-DI – Origem (IPA-OG-DI) – Brasil – base: dez. 07 = 100

Período		Produtos Agropecuários			Produtos Industriais		
					Indústria Extrativa		
		Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Pecuária	Carvão Mineral	Minerais Metálicos	Minerais Metálicos Não-Ferrosos
		1420487 - Col. 13	1420500 - Col. 14	1420509 - Col. 15	1420517 - Col. 16	1420520 - Col. 17	1420523 - Col. 18
2020	Mai.	249,733	214,836	224,045	202,822	482,352	265,600
	Jun.	248,848	201,424	235,446	202,822	502,408	284,157
	Jul.	253,778	209,222	251,450	202,822	544,926	280,139
	Ago.	273,256	226,257	268,255	202,822	634,663	301,824
	Set.	300,582	230,928	288,417	202,822	646,000	312,352
	Out.	339,640	235,154	301,992	202,822	651,471	314,847

Índice de Preços ao Produtor Amplo-DI – Origem (IPA-OG-DI) - Brasil - base: dez. 07 = 100

Período		Indústria de Transformação								
		Produtos Alimentícios* [1]	Bebidas*	Fumo Processado e Produtos do Fumo	Produtos Têxteis	Artigos do Vestuário	Couros, Artigos para Viagem e Calçados	Madeira Desdobrada e Produtos de Madeira	Celulose, Papel e Produtos de Papel	Produtos Derivados do Petróleo e Biocombustíveis
		1420533 - Col. 19A	1420589 - Col. 19B	1420599 - Col. 20	1420604 - Col. 21	1420618 - Col. 22	1420630 - Col 23	1420643 - Col. 24	1420653 - Col. 25	1420669 - Col. 26
2020	Mai.	123,026	213,234	223,595	196,864	168,612	144,316	196,286	205,016	151,058
	Jun.	125,540	214,051	224,392	197,310	168,694	143,902	196,411	208,605	174,645
	Jul.	128,089	213,792	223,573	199,003	168,560	143,944	203,129	204,727	195,375
	Ago.	133,914	212,429	223,730	202,757	170,852	145,571	204,619	206,088	209,575
	Set.	143,320	214,488	224,065	211,309	174,786	147,230	204,766	210,334	204,773
	Out.	152,347	216,244	223,952	215,704	181,987	149,017	210,403	210,745	209,780

*Ver nota técnica. [1]Base: maio de 2016 = 100.

Índice de Preços ao Produtor Amplo-DI – Origem (IPA-OG-DI) - Brasil - base: dez. 07 = 100

Período		Indústria de Transformação					
		Produtos Químicos*[1]	Produtos Farmacêuticos*	Artigos de Borracha e de Material Plástico	Produtos de Minerais Não Metálicos	Metalurgia Básica	Produtos de Metal
		1420683 - Col. 27A	1420737 - Col. 27B	1420741 - Col. 28	1420763 - Col. 29	1420787 - Col. 30	1420817 - Col. 31
2020	Mai.	124,705	181,569	214,632	169,488	213,273	210,434
	Jun.	125,074	186,794	216,003	172,056	220,357	211,258
	Jul.	125,068	189,120	219,082	174,262	223,364	211,266
	Ago.	128,217	189,413	224,081	178,011	231,084	212,780
	Set.	132,940	189,854	232,631	182,233	239,028	219,833
	Out.	135,384	189,943	247,858	185,513	253,572	226,607

*Ver nota técnica. [1]Base: maio de 2016 = 100.

Índice de Preços ao Produtor Amplo-DI – Origem (IPA-OG-DI) – Brasil – base: dez. 07 = 100

Período		Indústria de Transformação					
		Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico	Veículos Automotores, Reboques, Carrocerias e Autopeças	Outros Equipamentos de Transporte	Móveis e Artigos de Mobiliário
		1420877 - Col. 32	1420835 - Col. 33	1420855 - Col. 34	1420909 - Col. 36	1420929 - Col. 37	1420934 - Col. 38
2020	Mai.	172,982	95,025	190,295	147,940	142,412	189,157
	Jun.	174,703	95,716	192,567	149,366	146,678	189,795
	Jul.	176,148	97,943	193,942	151,415	149,720	191,648
	Ago.	177,247	97,694	198,603	152,758	150,248	195,841
	Set.	179,733	99,247	205,336	154,217	153,413	204,420
	Out.	183,496	99,667	207,041	156,326	156,092	217,796

Preços ao Consumidor – Brasil (IPC/BR-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Preços ao Consumidor (Custo de Vida)								
		Total	Alimentação			Habitação				
			Total	Gêneros Alimentícios	Alimentação Fora	Total	Aluguel e Encargos	Serviço Público de Residência	Mobiliário	Roupas de Cama, Mesa e Banho
		1431264 – Col. 5	1431265 – Col. 1	1431266 - Col. 1A	1431414 - Col. 1B	1431428 - Col. 2	1431429 - Col. 2A	1431433 - Col. 2B	1431439 - Col. 2C	1431444 - Col. 2D
2020	Mai.	591,934	563,828	560,452	623,787	757,373	1.020,555	1.113,177	418,907	250,486
	Jun.	594,046	567,050	564,500	625,407	757,402	1.019,777	1.107,063	419,052	251,576
	Jul.	596,930	567,762	564,842	627,037	763,364	1.021,773	1.123,416	416,759	253,591
	Ago.	600,114	572,336	572,082	625,897	767,520	1.025,785	1.132,948	420,853	258,179
	Set.	605,058	582,670	585,912	629,135	771,166	1.029,252	1.138,069	424,168	259,604
	Out.	609,010	592,526	598,869	632,761	773,291	1.033,780	1.139,821	425,728	262,817

Preços ao Consumidor – Brasil (IPC/BR-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Habitação						
		Eletrodomésticos e Equipamentos			Utensílios Diversos	Artigos de Conservação e Reparo		
		Total	Eletrodomésticos	Equipamentos Eletrônicos		Total	Material	
							Limpeza	Hidráulico
		1431447 - Col. 2E	1431448 - Col. 2EA	1431455 - Col. 2EB	1431460 - Col. 2F	1431468 - Col. 2G	1431469 - Col. 2GA	1431477- Col. 2GC
2020	Mai.	116,361	217,543	56,148	297,439	474,548	542,009	385,334
	Jun.	117,901	221,939	56,718	298,831	475,618	541,921	387,848
	Jul.	120,157	226,169	57,806	301,033	479,089	545,489	385,760
	Ago.	120,437	227,537	57,845	301,415	484,243	547,924	387,271
	Set.	121,391	228,856	58,359	304,145	489,856	556,665	393,300
	Out.	121,348	230,415	58,150	304,106	494,899	560,448	402,299

Preços ao Consumidor – Brasil (IPC/BR-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Habitação		Vestuário				
		Material Elétrico	Serviços de Residência	Total	Roupas	Calçados	Acessórios do Vestuário	Serviços de Vestuário
		1431479 - Col. 2GD	1431484 - Col. 2H	1431492 - Col. 3	1431493 - Col. 3A	1431515 - Col. 3B	1431525 - Col. 3C	1431534 - Col. 3E
2020	Mai.	323,940	836,026	227,680	209,202	206,952	344,678	611,246
	Jun.	327,519	836,243	227,872	209,504	206,100	347,487	610,463
	Jul.	328,842	836,685	226,841	208,275	205,813	346,403	614,431
	Ago.	329,024	836,968	225,809	207,031	205,491	345,846	614,371
	Set.	333,360	836,953	225,820	206,971	205,280	347,529	614,697
	Out.	334,688	837,354	226,284	207,314	205,941	348,404	613,384

Preços ao Consumidor – Brasil (IPC/BR-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Saúde e Cuidados Pessoais							
		Total	Serviços de Saúde			Produtos Médicos e Odontológicos			Cuidados Pessoais
			Total	Hospitais e Laboratórios	Médico, Dentista e Outros	Total	Medicamentos	Aparelhos Médicos e Odontológicos	
		1431537 - Col. 4	1431538 - Col. 4A	1431539 - Col. 4AA	1431543 - Col. 4AB	1431549 - Col. 4B	1431550 - Col. 4BA	1431563 - Col. 4BB	1431566 - Col. 4C
2020	Mai.	677,049	1.051,519	411,298	1.092,558	501,034	523,179	391,224	448,985
	Jun.	678,291	1.055,987	411,815	1.097,575	504,910	527,774	391,303	446,512
	Jul.	682,228	1.061,046	412,045	1.103,364	508,970	532,457	392,090	448,878
	Ago.	685,854	1.066,412	412,573	1.109,417	510,748	534,342	393,327	452,032
	Set.	682,238	1.048,882	413,276	1.088,903	511,250	534,744	394,377	453,504
	Out.	682,409	1.049,046	413,697	1.088,965	510,629	533,710	395,962	454,177

Preços ao Consumidor – Brasil (IPC/BR-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Educação, Leitura e Recreação							Transporte	
		Total	Educação				Leitura	Recreação	Total	Público
			Total	Cursos Formais	Cursos Não Formais	Material Escolar e Livros em Geral				
		1431582 - Col. 5	1431583 - Col. 5A	1431584 - Col. 5AA	1431592 - Col. 5AB	1431596 - Col. 5AC	1431600 - Col. 5B	1431604 - Col. 5C	1431623 - Col. 6	1431624 - Col. 6A
2020	Mai.	778,343	936,424	1.142,294	774,705	446,711	587,063	535,485	531,451	970,508
	Jun.	775,228	930,092	1.132,107	775,054	447,467	587,063	535,707	537,044	971,024
	Jul.	770,553	918,631	1.114,695	773,083	447,495	587,910	537,872	543,606	970,826
	Ago.	770,909	916,656	1.112,034	771,841	447,097	592,205	540,244	547,976	967,861
	Set.	795,533	916,950	1.112,034	771,859	448,681	592,205	585,833	552,235	967,738
	Out.	809,962	917,097	1.112,034	772,738	448,725	592,987	612,540	554,450	968,477

Preços ao Consumidor – Brasil (IPC/BR-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Transporte (Próprio)					Despesas Diversas			
		Total	Veículos	Peças e Acessórios	Combustíveis e Lubrificantes	Serviços de Oficina	Total	Fumo	Outras Despesas Diversas	Comunicação (base: jan. 2012 = 100)
		1431636 - Col. 6B	1431637 - Col. 6BA	1431641 - Col. 6BB	1431644 - Col. 6BC	1431650 - Col. 6BD	1431659 - Col. 7	1431660 - Col. 7A	1431663 - Col. 7B	1431678 - Col.7C
2020	Mai.	392,263	85,750	353,659	698,161	470,169	597,139	717,692	526,290	119,216
	Jun.	397,097	86,299	355,563	719,874	470,662	598,287	714,164	527,733	120,261
	Jul.	402,827	86,735	357,971	744,840	476,161	599,581	717,168	528,746	120,912
	Ago.	406,850	87,194	360,619	762,741	476,389	602,608	724,741	531,068	121,127
	Set.	410,569	87,532	361,800	779,814	476,633	604,079	725,333	532,468	121,168
	Out.	412,445	88,106	364,861	785,168	477,090	604,287	720,512	533,098	121,270

Preços ao Consumidor – Rio de Janeiro – (IPC/RJ-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Preços ao Consumidor								
		Total	Alimentação	Habitação	Vestuário	Saúde e Cuidados Pessoais	Educação, Leitura e Recreação	Transportes	Despesas Diversas	Comunicação (base: jan. 2012 = 100)
		1439877 - Col. 8	1439878 - Col. 8A	1440004 - Col. 8B	1440062 - Col. 8C	1440095 - Col. 8D	1440140 - Col. 8E	1440178 - Col. 8F	1440211 - Col. 8G	1440228 - Col.8H
2020	Mai.	659,030	582,603	828,899	298,115	776,192	739,118	756,778	544,747	118,915
	Jun.	661,318	587,297	829,959	297,567	777,873	737,463	759,396	545,719	120,554
	Jul.	662,360	583,674	833,622	295,599	782,537	736,350	760,010	547,639	122,279
	Ago.	664,784	589,287	834,272	295,227	786,988	738,103	762,059	548,876	122,289
	Set.	670,172	600,208	836,452	297,029	782,093	769,193	765,646	551,523	122,321
	Out.	673,508	605,947	838,529	296,710	783,775	784,824	767,230	550,779	122,597

Preços ao Consumidor – São Paulo – (IPC/SP-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Preços ao Consumidor								
		Total	Alimentação	Habitação	Vestuário	Saúde e Cuidados Pessoais	Educação, Leitura e Recreação	Transportes	Despesas Diversas	Comunicação (base: jan. 2012 = 100)
		1444108 - Col. 9	1444109 - Col. 9A	1444241 - Col. 9B	1444298 - Col. 9C	1444331 - Col. 9D	1444376 - Col. 9E	1444413 - Col. 9F	1444447 - Col. 9G	1444466 - Col. 9H
2020	Mai.	549,301	533,954	689,165	200,525	627,173	791,705	451,499	688,936	109,195
	Jun.	550,266	535,352	687,839	201,182	627,417	788,752	455,838	690,637	109,195
	Jul.	553,775	535,569	695,743	200,081	632,161	786,462	461,532	692,549	110,396
	Ago.	557,780	541,914	702,150	200,796	635,206	787,234	464,796	696,913	110,958
	Set.	563,173	552,416	707,171	201,201	632,400	812,900	468,616	699,242	110,990
	Out.	566,977	561,858	707,621	203,048	632,248	829,231	471,013	700,079	111,050

Preços ao Consumidor – Municípios das Capitais – base: dez. 2000 = 100

Período		Preço ao Consumidor - Total				
		Belo Horizonte	Brasília	Porto Alegre	Recife	Salvador
		1435763 - Col. 11	1433720 - Col. 12	1442021 - Col. 17	1437797 - Col. 18	1429061 - Col. 19
2020	Mai.	302,043	291,609	315,315	317,463	302,995
	Jun.	302,755	294,259	316,703	318,635	304,223
	Jul.	303,061	295,426	318,348	320,599	306,328
	Ago.	304,717	297,394	319,647	322,532	306,794
	Set.	307,682	300,027	321,796	325,152	308,176
	Out.	310,583	302,017	323,843	327,431	309,547

NOTA: Informamos que os códigos dos índices de preços ao consumidor da FGV foram alterados a partir de janeiro de 2020. A estrutura de ponderação dos índice foi atualizada com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) mais recente (2017/2018). A exemplo de revisões anteriores do índice, fez-se novamente o maior número possível de encadeamentos de séries, tanto de produtos como de grupos. Os grupos Produtos Farmacêuticos e Material para Pintura foram descontinuados. Essa revisão de pesos é feita periodicamente para que o índice reflita da maneira mais fiel possível os hábitos de consumo das famílias. A Nota Técnica referente à essa revisão está armazenada no Portal IBRE – https://portalibre.fgv.br/

Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) – base: ago. 94 = 100

Período		Índice Nacional de Custo da Construção						
		Média	Mão de Obra	Materiais, Equipamentos e Serviços	H1 (1 e 2 Pavimentos)	H4 (3, 4, 5 e 6 Pavimentos)	H12 (10 e mais Pavimentos)	Índice de Custo de Edificações - Total - Média Geral
		160868 - Col. 6	160906 - Col. 1	160914 - Col. 2	160876 - Col. 3	160884 - Col. 4	160892 - Col. 5	159428 - Col. 35
2020	Mai.	787,666	1.048,476	600,832	781,149	799,062	787,696	787,666
	Jun.	790,331	1.048,476	605,258	783,321	801,995	790,420	790,331
	Jul.	799,589	1.062,879	610,917	793,116	810,481	800,280	799,589
	Ago.	805,356	1.064,172	619,622	799,470	816,165	805,807	805,356
	Set.	814,701	1.064,172	635,143	807,512	826,510	815,005	814,701
	Out.	828,778	1.066,932	656,662	820,491	841,676	828,749	828,778

Nota: O INCC médio e o Índice de Custo de Edificações são iguais, eles são publicados separadamente por questões contratuais antigas.

Custo da Construção – Municípios das Capitais – Rio de Janeiro – base: ago. 94 = 100

Período		Índice de Custo da Construção Civil					
		Média	H1 (1 e 2 Pavimentos)	H4 (3, 4, 5 e 6 Pavimentos)	H12 (10 e mais Pavimentos)	Mão de Obra	Materiais, Equipamentos e Serviços
		159363 - Col. 6	159371 - Col. 7	159381- Col. 8	159398 - Col. 9	159401 - Col. 10	159411 - Col. 11
2020	Mai.	761,655	753,348	764,838	762,805	1.065,994	560,343
	Jun.	764,396	756,326	767,607	765,405	1.065,994	564,609
	Jul.	783,303	776,638	785,967	784,129	1.106,023	570,564
	Ago.	788,772	782,237	791,456	789,515	1.106,023	579,074
	Set.	796,986	788,736	799,931	798,330	1.106,023	591,857
	Out.	808,355	796,130	812,764	810,297	1.106,023	609,551

Custo da Construção – Municípios das Capitais – base: ago. 94 = 100

Período		Belo Horizonte			Brasília		
		Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra
		160957 - Col. 15	160965 - Col. 16	160973 - Col. 17	160981 - Col. 18	160991 - Col. 19	161007 - Col. 20
2020	Mai.	868,714	610,134	1.220,210	725,678	571,469	926,038
	Jun.	871,837	615,210	1.220,210	727,910	575,289	926,038
	Jul.	877,845	624,976	1.220,210	730,536	579,784	926,038
	Ago.	886,894	639,685	1.220,210	735,460	588,211	926,038
	Set.	899,895	660,819	1.220,210	741,884	599,207	926,038
	Out.	914,316	684,261	1.220,210	760,164	613,863	949,006

Custo da Construção – Municípios das Capitais – base: ago. 94 = 100

Período		Porto Alegre			Recife			Salvador			São Paulo		
		Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra	Total	Materiais, Equipamentos e Serviços	Mão de Obra
		161252 - Col. 36	161260 - Col. 37	161279 - Col. 38	161287 - Col. 48	161295 - Col. 49	161309 - Col. 50	161317 - Col. 51	161325 - Col. 52	161333 - Col. 53	161341 - Col. 54	161351 - Col. 55	161368 - Col. 56
2020	Mai.	846,364	697,386	1.019,337	854,781	597,391	1.202,195	824,686	542,656	1.236,283	763,131	615,086	952,566
	Jun.	849,007	701,839	1.019,337	860,621	606,122	1.202,195	826,923	546,160	1.236,283	765,535	619,272	952,566
	Jul.	851,544	706,113	1.019,337	866,361	614,702	1.202,195	831,323	553,051	1.236,283	777,994	623,937	975,296
	Ago.	855,831	713,336	1.019,337	884,655	625,909	1.230,713	837,842	563,260	1.236,283	782,132	631,127	975,314
	Set.	868,132	734,059	1.019,337	898,214	646,178	1.230,713	845,285	574,916	1.236,283	790,894	646,382	975,314
	Out.	879,242	752,775	1.019,337	913,581	669,150	1.230,713	857,328	593,777	1.236,283	805,360	671,568	975,314

Índice Nacional de Custo da Construção por Estágios - DI

Período		Todos os Itens (base : ago. 94=100)	INCC por Estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços								
			Materiais, Equipamentos e Serviços (base: ago. 94=100)	Materiais e Equipamentos (base: jun. 96=100)	Materiais para Estrutura				Materiais para Instalação		
					Materiais para Estrutura (base: jun. 96=100)	Material Metálico (base: jun. 96=100)	Material de Madeira (base: jun. 96=100)	Material à Base de Minerais Não Metálicos (base: jun. 96=100)	Materiais para Instalação (base: jun. 96=100)	Instalação Hidráulica (base: jun. 96=100)	Instalação Elétrica (base: jun. 96=100)
		1004888 - Col. 47A	1006972 - Col. 48A	1004889 - Col. 49A	1004896 - Col. 50A	1004899 - Col. 51A	1004900 - Col. 52A	1004901 - Col. 53A	1004897 - Col. 54A	1004903 - Col. 55A	1004904 - Col. 56A
2020	Mai.	787,666	600,832	479,274	526,984	579,062	450,759	493,486	442,620	455,637	406,612
	Jun.	790,331	605,258	483,432	529,683	577,503	451,170	498,389	451,945	464,235	416,708
	Jul.	799,589	610,917	488,850	537,445	585,504	453,615	507,169	460,855	472,288	426,603
	Ago.	805,356	619,622	497,471	548,904	597,550	457,427	519,975	471,282	478,067	443,756
	Set.	814,701	635,143	512,776	566,366	628,995	464,339	533,988	499,245	509,771	464,983
	Out.	828,778	656,662	534,065	592,617	688,267	476,522	549,767	535,071	552,942	488,278

Índice Nacional de Custo da Construção por Estágios - DI

Período		INCC por Estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços							
		Materiais para Acabamento							Equipamentos para Transporte de Pessoas (base: fev. 09=100)
		Materiais para Acabamento (base: jun. 96=100)	Produtos Químicos (base: fev. 09=100)	Revestimentos, Louças e Pisos (base: jun. 96=100)	Esquadrias e Ferragens (base: jun. 96=100)	Material para Pintura (base: jun. 96=100)	Madeira para Acabamento (base: jun. 96=100)	Pedras Ornamentais para Construção (base: fev. 09=100)	
		1004898 - Col. 57A	1006987 - Col. 58A	1004905 - Col. 59A	1004906 - Col. 60A	1004907 - Col. 61A	1004909- Col. 62A	1006990 - Col. 63A	1006993 - Col. 64A
2020	Mai.	418,592	189,560	346,344	444,056	399,265	467,536	155,215	158,105
	Jun.	419,877	189,774	346,899	445,140	402,146	469,221	155,157	161,211
	Jul.	420,946	189,655	347,599	446,675	403,822	469,691	155,585	161,385
	Ago.	423,951	189,943	348,719	452,639	405,059	472,770	155,836	164,099
	Set.	432,409	190,822	352,179	470,863	408,290	478,014	156,576	164,327
	Out.	442,879	191,912	355,254	494,235	412,445	483,618	158,268	164,838

Índice Nacional de Custo da Construção por Estágios – DI

Período		INCC por Estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços				INCC por Estágios - DI - Mão de Obra			
		Serviços				Mão de Obra			
		Serviços (base: jun. 96=100)	Aluguéis e Taxas (base: jun. 96=100)	Serviços Pessoais (base: jun. 96=100)	Serviços Técnicos (base: fev. 09=100)	Mão de Obra (base: ago. 94=100)	Auxiliar (base: jun. 96=100)	Técnico (base: jun. 96=100)	Especializado (base: jun. 96=100)
		1004890 - Col. 65A	1004910 - Col. 66A	1004911 - Col. 67A	1006996 - Col. 68A	1004894 - Col. 69A	1004912 - Col. 70A	1004913 - Col. 71A	1004914 - Col. 72A
2020	Mai.	434,660	307,657	529,636	184,379	1.048,476	605,809	592,443	585,587
	Jun.	435,676	308,762	531,214	184,426	1.048,476	605,809	592,443	585,587
	Jul.	436,615	308,908	531,914	185,336	1.062,879	614,364	600,886	591,790
	Ago.	437,064	309,310	532,096	185,589	1.064,172	615,167	601,564	592,495
	Set.	438,097	310,008	533,355	186,051	1.064,172	615,167	601,564	592,495
	Out.	439,288	311,199	534,118	186,541	1.066,932	616,833	603,054	594,020

Índices de Obras Públicas – por tipo de obras – base: dez. 2000 = 100

Período		Obras Rodoviárias								
		Obras de Artes Especiais	Pavimentação	Terraplenagem	Consultoria (Supervisão e Projetos)	Drenagem	Sinalização Horizontal	Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	Conservação Rodoviária	Ligantes Betuminosos
		157964 - Col. 36	157972 - Col. 37	157956 - Col. 38	157980 - Col. 39	1002385 - Col. 39A	1002386 - Col. 39B	1002387 - Col. 39C	1002388 - Col. 39D	1002389 - Col. 39E
2020	Mai.	320,423	352,829	312,263	239,395	315,552	309,141	269,719	308,686	620,740
	Jun.	321,289	355,750	313,598	240,003	317,268	309,735	272,785	309,802	619,965
	Jul.	325,265	358,399	319,143	240,929	320,281	311,640	276,833	311,797	623,158
	Ago.	331,696	361,831	324,343	242,103	323,713	313,041	281,085	313,375	654,126
	Set.	337,454	365,257	327,207	243,718	328,216	316,249	288,380	315,249	655,111
	Out.	344,785	368,376	329,019	244,381	332,771	316,719	292,606	316,659	655,897

Índices de Obras Públicas – por tipo de obras – base: ago. 94 = 100

Período		Obras Portuárias						
		Estruturas e Obras em Concreto Armado	Estruturas e Fundações Metálicas	Dragagem	Enrocamento	Redes de Energia Elétrica e Sinalização Ferroviária	Linhas Férreas	Obras Complementares
		159665 - Col. 40	159673 - Col. 41	159681 - Col. 42	159691 - Col. 43	159703 - Col. 44	159711 - Col. 45	159721 - Col. 46
2020	Mai.	557,351	676,848	807,047	489,792	1.151,088	462,922	538,347
	Jun.	559,640	679,066	815,457	493,672	1.148,101	473,052	539,983
	Jul.	567,449	686,345	842,541	502,157	1.173,643	474,473	544,608
	Ago.	580,123	698,476	869,898	510,744	1.207,274	475,360	551,633
	Set.	592,385	709,125	893,173	515,885	1.233,441	477,535	562,887
	Out.	603,818	732,488	899,632	518,100	1.261,853	488,886	570,887

NOTAS:

O FGV IBRE elabora os índices setoriais de obras portuárias e rodoviárias em parceria com o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT.

A Revista conjuntura econômica é um canal de distribuição desses índices. A atualização de uma nova observação, no entanto, depende da liberação do DNIT, o que ocorre, normalmente, 20 dias após o fechamento do mês de referência.



Conjuntura Estatística

X	Índices de Preços
XII	Preços ao Consumidor – Indicadores Industriais – Sondagem Industrial (FGV/IBRE)
XIII	Indicadores Industriais – Produção Física
XV	Setor Externo
XVI	Emprego e Renda

Seção fechada com dados disponíveis até o dia 30/11/2020.

Notas

As séries da FGV tem como fonte o banco de dados FGVDADOS, exclusivo para assinantes. Mas as séries podem ser consultadas também no Portalibre.fgv.br/índices institucionais.

Além dos índices gerais de preços produzidos pelo IBRE, esta seção reúnde um conjunto de indicadores sobre a economia brasileira que são coletados nos sites oficiais.
Fontes: IBGE: ibge.gov.br, FIPE: fipe.org.br, DIEESE: dieese.org.br, BACEN: bcb.gov.br.

Nessa seção, os dados são publicados conforme divulgados mensalmente pelas fontes oficiais, estando sujeitos à alterações, de acordo com a política de revisão de cada fonte. Os índices da FGV não são revisados. Os índices divulgados em cada mês são definitivos.

O uso de quaisquer informações através deste serviço é de exclusiva respondabilidade do usuário.

Se você tem alguma dúvida sobre o conteúdo dessa seção, escreva para ibre@fgv.br.

Índices Gerais de Preços – base: ago. 94 = 100

Período	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI)				Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)				Índice de Preços ao Produtor Amplo Estágios de Processamento (IPA-EP-DI)				Índice Nacional do Custo da Construção (INCC-DI)			
	Índices[1]	Variação (%)			Índices[1]	Variação (%)			Índices[1]	Variação (%)			Índices[1]	Variação (%)		
		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]
2005	330,481	–	5,97	1,22	335,033	–	6,35	1,21	358,487	–	5,57	-0,97	319,618	–	9,40	6,84
2006	336,182	–	1,73	3,79	340,797	–	1,72	3,83	361,387	–	0,81	4,29	336,387	–	5,25	5,04
2007	353,265	–	5,08	7,89	357,577	–	4,92	7,75	381,621	–	5,60	9,44	354,535	–	5,39	6,15
2008	392,943	–	11,23	9,10	398,102	–	11,33	9,81	433,925	–	13,71	9,80	388,197	–	9,49	11,87
2009	399,983	–	1,79	-1,43	406,424	–	2,09	-1,72	433,027	–	-0,21	-4,08	415,634	–	7,07	3,25
2010	422,292	–	5,58	11,30	428,273	–	5,38	11,32	457,805	–	5,72	13,85	440,836	–	6,06	7,77
2011	458,279	–	8,52	5,00	465,334	–	8,65	5,10	501,043	–	9,44	4,12	474,705	–	7,68	7,49
2012	485,675	–	5,98	8,10	492,172	–	5,77	7,82	530,540	–	5,89	9,13	510,038	–	7,44	7,12
2013	515,214	–	6,08	5,52	522,310	–	6,12	5,51	561,981	–	5,93	5,07	549,224	–	7,68	8,09
2014	542,836	–	5,36	3,78	550,408	–	5,38	3,69	587,803	–	4,59	2,15	590,197	–	7,46	6,95
2015	580,297	–	6,90	10,70	586,426	–	6,54	10,54	623,152	–	6,01	11,31	631,947	–	7,07	7,48
2016	639,431	–	10,19	7,18	647,435	–	10,40	7,17	694,489	–	11,45	7,73	673,014	–	6,50	6,13
2017	645,589	–	0,96	-0,42	654,338	–	1,07	-0,52	689,344	–	-0,74	-2,52	706,729	–	5,01	4,25
2018																
Jan.	654,968	0,58	0,58	-0,28	662,826	0,76	0,76	-0,41	697,677	0,58	0,58	-2,29	720,495	0,31	0,31	4,15
Fev.	655,975	0,15	0,73	-0,19	663,311	0,07	0,83	-0,42	698,745	0,15	0,73	-2,02	721,414	0,13	0,44	3,60
Mar.	659,665	0,56	1,30	0,76	667,524	0,64	1,47	0,20	704,131	0,77	1,51	-0,48	723,163	0,24	0,68	3,69
Abr.	665,770	0,93	2,24	2,97	671,327	0,57	2,05	1,89	713,036	1,26	2,79	2,79	725,245	0,29	0,97	4,02
Mai.	676,695	1,64	3,91	5,20	680,579	1,38	3,45	4,26	729,825	2,35	5,21	6,38	726,923	0,23	1,20	3,60
Jun.	686,696	1,48	5,45	7,79	693,287	1,87	5,39	6,92	742,027	1,67	6,97	9,85	733,984	0,97	2,19	3,64
Jul.	689,746	0,44	5,92	8,59	696,800	0,51	5,92	8,24	745,887	0,52	7,53	11,16	738,487	0,61	2,81	3,96
Ago.	694,414	0,68	6,63	9,06	701,677	0,70	6,66	8,89	753,275	0,99	8,59	11,97	739,583	0,15	2,97	3,75
Set.	706,834	1,79	8,54	10,33	712,373	1,52	8,29	10,04	772,436	2,54	11,36	13,71	741,305	0,23	3,21	3,92
Out.	708,694	0,26	8,83	10,51	718,684	0,89	9,25	10,79	773,767	0,17	11,55	13,94	743,866	0,35	3,56	3,96
Nov.	700,601	-1,14	7,58	8,38	715,166	-0,49	8,71	9,68	760,599	-1,70	9,65	10,82	744,865	0,13	3,70	3,78
Dez.	697,446	-0,45	7,10	7,10	707,441	-1,08	7,54	7,54	754,367	-0,82	8,75	8,75	745,856	0,13	3,84	3,84
2019																
Jan.	697,923	0,07	0,07	6,56	707,488	0,01	0,01	6,74	752,945	-0,19	-0,19	7,92	749,517	0,49	0,49	4,03
Fev.	706,660	1,25	1,32	7,73	713,747	0,88	0,89	7,60	766,402	1,79	1,60	9,68	750,180	0,09	0,58	3,99
Mar.	714,243	1,07	2,41	8,27	722,707	1,26	2,16	8,27	776,783	1,35	2,97	10,32	752,524	0,31	0,89	4,06
Abr.	720,695	0,90	3,33	8,25	729,346	0,92	3,10	8,64	785,250	1,09	4,09	10,13	755,373	0,38	1,28	4,15
Mai.	723,577	0,40	3,75	6,93	732,595	0,45	3,56	7,64	789,371	0,52	4,64	8,16	755,625	0,03	1,31	3,95
Jun.	728,142	0,63	4,40	6,04	738,421	0,80	4,38	6,51	795,938	0,83	5,51	7,27	762,304	0,88	2,21	3,86
Jul.	728,084	-0,01	4,39	5,56	741,346	0,40	4,79	6,39	794,214	-0,22	5,28	6,48	766,699	0,58	2,79	3,82
Ago.	724,395	-0,51	3,86	4,32	736,402	-0,67	4,09	4,95	787,038	-0,90	4,33	4,48	769,951	0,42	3,23	4,11
Set.	728,040	0,50	4,39	3,00	736,362	-0,01	4,09	3,37	792,508	0,70	5,06	2,60	773,520	0,46	3,71	4,35
Out.	732,041	0,55	4,96	3,29	741,333	0,68	4,79	3,15	799,190	0,84	5,94	3,29	774,939	0,18	3,90	4,18
Nov.	738,264	0,85	5,85	5,38	743,558	0,30	5,11	3,97	808,097	1,11	7,12	6,24	775,225	0,04	3,94	4,08
Dez.	751,121	1,74	7,70	7,70	759,112	2,09	7,30	7,30	827,005	2,34	9,63	9,63	776,839	0,21	4,15	4,15
2020																
Jan.	751,820	0,09	0,09	7,72	762,733	0,48	0,48	7,81	825,952	-0,13	-0,13	9,70	779,766	0,38	0,38	4,04
Fev.	751,910	0,01	0,11	6,40	762,423	-0,04	0,44	6,82	825,694	-0,03	-0,16	7,74	782,336	0,33	0,71	4,29
Mar.	764,276	1,64	1,75	7,01	771,908	1,24	1,69	6,81	844,960	2,33	2,17	8,78	784,338	0,26	0,97	4,23
Abr.	764,656	0,05	1,80	6,10	778,101	0,80	2,50	6,68	845,850	0,11	2,28	7,72	786,070	0,22	1,19	4,06
Mai.	772,843	1,07	2,89	6,81	780,280	0,28	2,79	6,51	860,827	1,77	4,09	9,05	787,666	0,20	1,39	4,24
Jun.	785,221	1,60	4,54	7,84	792,429	1,56	4,39	7,31	879,957	2,22	6,40	10,56	790,331	0,34	1,74	3,68
Jul.	803,584	2,34	6,98	10,37	810,083	2,23	6,71	9,27	907,577	3,14	9,74	14,27	799,589	1,17	2,93	4,29
Ago.	834,713	3,87	11,13	15,23	832,313	2,74	9,64	13,02	956,905	5,44	15,71	21,58	805,356	0,72	3,67	4,60
Set.	862,259	3,30	14,80	18,44	868,442	4,34	14,40	17,94	998,786	4,38	20,77	26,03	814,701	1,16	4,87	5,32
Out.	893,977	3,68	19,02	22,12	896,505	3,23	18,10	20,93	1.047,327	4,86	26,64	31,05	828,778	1,73	6,69	6,95

Notas: [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. Fonte: FGV IBRE.

Índices de Preços ao Consumidor

Período	IPC-BR -DI (FGV)							INPC (IBGE)[4]				IPCA (IBGE)[4]			
	Índice[1] (Base: Ago. 94 = 100)	Variação (%)			Bens Comercializáveis	Bens Não Comercializáveis		Índice[1] (Base: Dez. 93 = 100)	Variação (%)			Índice[1] (Base: Dez. 93 = 100)	Variação (%)		
						Total	Tarifas Públicas								
		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	Índices (Base: Ago. 94 = 100)[1]				no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]
2005	278,090	–	5,72	4,93	213,075	366,316	516,588	2.535,05	–	5,76	5,05	2.477,39	–	6,87	5,69
2006	285,702	–	2,74	2,05	214,250	383,603	541,110	2.617,66	–	3,26	2,81	2.581,03	–	4,18	3,14
2007	296,130	–	3,65	4,60	221,671	398,224	555,760	2.724,60	–	4,09	5,16	2.675,02	–	3,64	4,46
2008	312,562	–	5,55	6,07	237,626	414,628	566,226	2.903,70	–	6,57	6,48	2.826,92	–	5,68	5,90
2009	328,676	–	5,16	3,95	248,933	437,467	586,686	3.050,17	–	5,04	4,11	2.965,10	–	4,89	4,31
2010	345,084	–	4,99	6,24	259,913	461,563	616,750	3.206,17	–	5,11	6,47	3.114,50	–	5,04	5,91
2011	367,273	–	6,43	6,36	276,329	491,701	649,082	3.417,78	–	6,60	6,08	3.321,20	–	6,64	6,50
2012	387,826	–	5,60	5,74	288,330	523,340	677,423	3.603,52	–	5,43	6,20	3.500,66	–	5,40	5,84
2013	410,345	–	5,81	5,63	306,436	552,479	687,317	3.833,10	–	6,37	5,56	3.717,85	–	6,20	5,91
2014	437,113	–	6,52	6,87	325,906	588,990	717,813	4.064,50	–	6,04	6,23	3.953,15	–	6,33	6,41
2015	477,370	–	9,21	10,53	346,126	652,174	812,236	4.443,94	–	9,34	11,28	4.310,12	–	9,03	10,67
2016	518,122	–	8,54	6,18	377,175	706,476	886,816	4.858,19	–	9,32	6,58	4.686,79	–	8,74	6,29
2017	537,700	–	3,78	3,23	387,717	736,560	930,899	5.002,44	–	2,97	2,07	4.848,31	–	3,45	2,95
2018															
Jan.	547,707	0,69	0,69	3,22	389,469	755,258	962,326	5.054,52	0,23	0,23	1,87	4.930,72	0,29	0,29	2,86
Fev.	548,623	0,17	0,85	3,07	388,251	758,228	969,236	5.063,62	0,18	0,41	1,81	4.946,50	0,32	0,61	2,84
Mar.	549,566	0,17	1,03	2,76	387,454	760,868	971,644	5.067,16	0,07	0,48	1,56	4.950,95	0,09	0,70	2,68
Abr.	551,414	0,34	1,37	2,98	387,626	764,459	976,168	5.077,80	0,21	0,69	1,69	4.961,84	0,22	0,92	2,76
Mai.	553,692	0,41	1,79	2,87	387,690	769,020	986,806	5.099,63	0,43	1,12	1,76	4.981,69	0,40	1,33	2,86
Jun.	560,272	1,19	3,00	4,43	393,341	777,207	1008,343	5.172,55	1,43	2,57	3,53	5.044,46	1,26	2,60	4,39
Jul.	561,218	0,17	3,17	4,22	394,769	777,822	1019,819	5.185,48	0,25	2,83	3,61	5.061,11	0,33	2,94	4,48
Ago.	561,635	0,07	3,25	4,15	395,440	778,055	1020,362	5.185,48	0,00	2,83	3,64	5.056,56	-0,09	2,85	4,19
Set.	564,138	0,45	3,71	4,64	397,496	781,254	1028,251	5.201,04	0,30	3,14	3,97	5.080,83	0,48	3,34	4,53
Out.	566,824	0,48	4,20	4,80	398,957	785,368	1032,285	5.221,84	0,40	3,55	4,00	5.103,69	0,45	3,81	4,56
Nov.	565,851	-0,17	4,02	4,24	397,861	784,395	1023,049	5.208,79	-0,25	3,29	3,56	5.092,97	-0,21	3,59	4,05
Dez.	567,468	0,29	4,32	4,32	399,011	786,625	1021,004	5.216,08	0,14	3,43	3,43	5.100,61	0,15	3,75	3,75
2019															
Jan.	570,680	0,57	0,57	4,19	399,568	792,632	1024,510	5.234,86	0,36	0,36	3,57	5.116,93	0,32	0,32	3,78
Fev.	572,670	0,35	0,92	4,38	400,253	796,043	1026,661	5.263,13	0,54	0,90	3,94	5.138,93	0,43	0,75	3,89
Mar.	576,401	0,65	1,57	4,88	401,406	802,558	1034,150	5.303,66	0,77	1,68	4,67	5.177,47	0,75	1,51	4,58
Abr.	580,025	0,63	2,21	5,19	402,981	808,471	1044,304	5.335,48	0,60	2,29	5,07	5.206,98	0,57	2,09	4,94
Mai.	581,305	0,22	2,44	4,99	403,712	810,400	1053,074	5.343,48	0,15	2,44	4,78	5.213,75	0,13	2,22	4,66
Jun.	581,163	-0,02	2,41	3,73	403,592	810,221	1051,444	5.344,01	0,01	2,45	3,31	5.214,27	0,01	2,23	3,37
Jul.	582,952	0,31	2,73	3,87	404,039	813,442	1057,725	5.349,35	0,10	2,55	3,16	5.224,18	0,19	2,42	3,22
Ago.	583,925	0,17	2,90	3,97	404,921	814,611	1064,110	5.355,77	0,12	2,68	3,28	5.229,93	0,11	2,54	3,43
Set.	583,944	0,00	2,90	3,51	405,346	814,261	1066,635	5.353,09	-0,05	2,63	2,92	5.227,84	-0,04	2,49	2,89
Out.	583,443	-0,09	2,82	2,93	405,970	812,676	1064,112	5.355,23	0,04	2,67	2,55	5.233,07	0,10	2,60	2,54
Nov.	586,276	0,49	3,31	3,61	408,470	816,140	1075,755	5.384,15	0,54	3,22	3,37	5.259,76	0,51	3,12	3,27
Dez.	590,781	0,77	4,11	4,11	416,090	818,319	1076,472	5.449,84	1,22	4,48	4,48	5.320,25	1,15	4,31	4,31
2020															
Jan.	594,240	0,59	0,59	4,13	416,895	824,351	1081,801	5.460,19	0,19	0,19	4,30	5.331,42	0,21	0,21	4,19
Fev	594,200	-0,01	0,58	3,76	417,326	823,940	1075,251	5.469,47	0,17	0,36	3,92	5.344,75	0,25	0,46	4,01
Mar	596,222	0,34	0,92	3,44	419,081	826,485	1074,724	5.479,32	0,18	0,54	3,31	5.348,49	0,07	0,53	3,30
Abr.	595,129	-0,18	0,74	2,60	419,013	824,433	1062,414	5.466,72	-0,23	0,31	2,46	5.331,91	-0,31	0,22	2,40
Mai.	591,934	-0,54	0,20	1,83	418,295	818,840	1044,348	5.453,05	-0,25	0,06	2,05	5.311,65	-0,38	-0,16	1,88
Jun.	594,046	0,36	0,55	2,22	420,631	821,124	1050,879	5.469,41	0,30	0,36	2,35	5.325,46	0,26	0,10	2,13
Jul.	596,930	0,49	1,04	2,40	423,538	824,457	1064,053	5.493,48	0,44	0,80	2,69	5.344,63	0,36	0,46	2,31
Ago.	600,114	0,53	1,58	2,77	427,238	827,761	1072,980	5.513,26	0,36	1,16	2,94	5.357,46	0,24	0,70	2,44
Set.	605,058	0,82	2,42	3,62	432,697	833,109	1085,003	5.561,23	0,87	2,04	3,89	5.391,75	0,64	1,34	3,14
Out.	609,010	0,65	3,09	4,38	437,456	837,083	1092,462	5.610,72	0,89	2,95	4,77	5.438,12	0,86	2,22	3,92

Notas: [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. [4]A partir de Janeiro/2012 índices calculados pela nova estrutura de ponderação/classificação (POF 2008/2009) dos produtos e serviços e pesos regionais atualizados. Os indicadores IPC-BR-DI Bens Comercializáveis e IPC-BR-DI Bens Não Comercializáveis não foram disponibilizados até o fechamento desta edição. Fontes: FGV IBRE e IBGE.

Índices de Preços ao Consumidor

Período	IPC (FIPE)				Custo de Vida (DIEESE)	Valor da Cesta Básica (DIEESE)	
	Índice[1] (Base: Jun. 94 = 100)	Variação (%)			Variação (%)	Valor Nominal[1]	
		no Mês	no Ano[2]	em 12 Meses[3]	no Mês	RJ	SP
2005	261,083	–	6,12	4,53	–	169,81	178,75
2006	267,581	–	2,49	2,54	–	168,27	176,99
2007	278,582	–	4,11	4,38	–	183,99	193,37
2008	294,216	–	5,61	6,16	–	221,86	235,87
2009	308,217	–	4,76	3,65	–	220,09	229,82
2010	323,932	–	5,10	6,40	–	229,76	247,90
2011	344,173	–	6,25	5,81	–	254,59	268,57
2012	359,852	–	4,56	5,10	–	276,20	292,84
2013	377,599	–	4,93	3,88	–	310,39	328,43
2014	396,680	–	5,05	5,20	–	332,72	344,90
2015	430,162	–	8,44	11,07	–	370,42	389,15
2016	469,422	–	9,13	6,54	–	444,41	456,48
2017	483,489	–	3,00	2,27	–	425,07	434,88
2018							
Jan.	491,670	0,46	0,46	2,41	0,95	443,81	439,20
Fev.	489,621	-0,42	0,04	2,07	0,05	438,36	437,33
Mar.	489,637	0,00	0,05	1,93	0,03	441,19	437,84
Abr.	489,510	-0,03	0,02	1,29	0,04	440,06	434,80
Mai.	490,463	0,19	0,22	1,54	0,07	446,03	441,16
Jun.	495,417	1,01	1,23	2,51	1,38	445,58	451,63
Jul.	496,548	0,23	1,46	2,76	0,14	421,89	437,42
Ago.	498,595	0,41	1,88	3,08	-0,09	417,05	432,81
Set.	500,523	0,39	2,27	3,46	0,55	418,48	432,83
Out.	502,929	0,48	2,76	3,63	0,58	443,69	446,02
Nov.	503,706	0,15	2,92	3,49	0,32	460,24	471,37
Dez.	504,177	0,09	3,02	3,02	-0,21	466,75	471,44
2019							
Jan.	507,094	0,58	0,58	3,14	0,43	460,46	467,65
Fev.	509,850	0,54	1,13	4,13	0,35	464,47	482,40
Mar.	512,454	0,51	1,64	4,66	0,54	496,33	509,11
Abr.	513,925	0,29	1,93	4,99	0,32	515,58	522,05
Mai.	513,836	-0,02	1,92	4,77	0,20	492,93	507,70
Jun.	514,631	0,15	2,07	3,88	-0,21	498,67	501,68
Jul.	515,371	0,14	2,22	3,79	0,17	479,28	493,16
Ago.	517,073	0,33	2,56	3,71	0,13	462,24	481,44
Set.	517,081	0,00	2,56	3,31	-0,11	458,21	473,85
Out.	517,931	0,16	2,73	2,98	-0,04	462,57	473,59
Nov.	521,464	0,68	3,43	3,53	0,46	455,37	465,81
Dez.	526,364	0,94	4,40	4,40	1,09	516,91	506,50
2020							
Jan.	527,874	0,29	0,29	4,10	0,64	507,13	517,51
Fev.	528,434	0,11	0,39	3,64	0,12	505,55	519,76
Mar.	528,970	0,10	0,50	3,22	-	533,65	518,50
Abr.	527,362	-0,30	0,19	2,61	-	544,34	556,25
Mai.	526,085	-0,24	-0,05	2,38	-	558,81	556,36
Jun.	528,134	0,39	0,34	2,62	-	512,84	547,03
Jul.	529,429	0,25	0,58	2,73	-	505,72	524,74
Ago.	533,554	0,78	1,37	3,19	-	529,76	539,95
Set.	539,531	1,12	2,50	4,34	-	563,75	563,35
Out.	545,957	1,19	3,72	5,41	-	563,75	563,35

Indicadores Industriais

Período	Sondagem Industrial (FGV/IBRE)[1]				
	Índice de Confiança da Indústria (CNAE 2.0)[2]				Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%) Sem Ajuste Sazonal (CNAE 2.0)[2]
	Sem Ajuste Sazonal	Com Ajuste Sazonal	Situação Atual Sem Ajuste Sazonal	Expectativas Sem Ajuste Sazonal	
2005	99,0	99,1	97,2	100,9	81,5
2006	101,3	101,3	100,9	101,6	81,5
2007	111,5	111,4	113,4	108,7	83,6
2008	106,5	106,5	108,2	104,2	84,3
2009	94,2	94,6	92,9	96,0	79,1
2010	113,9	114,1	114,4	112,3	83,7
2011	106,2	106,3	105,7	106,3	82,8
2012	102,7	102,9	102,0	103,2	82,3
2013	103,1	103,1	103,3	102,6	82,5
2014	91,3	91,2	91,2	92,1	81,2
2015	77,8	77,6	77,9	79,4	76,4
2016	82,2	82,2	82,1	83,6	73,9
2017	92,5	92,6	90,7	95,0	74,4
2018					
Jan.	96,8	100,3	100,0	93,6	73,3
Fev.	99,3	100,5	100,3	98,4	75,2
Mar.	102,8	101,4	101,2	104,3	75,1
Abr.	102,2	100,5	100,5	103,8	75,5
Mai.	101,3	100,2	99,7	102,9	75,9
Jun.	98,5	98,2	93,7	103,5	75,6
Jul.	100,8	99,6	97,5	104,0	75,1
Ago.	101,0	99,3	96,8	105,3	76,0
Set.	98,7	96,4	96,4	101,2	77,7
Out.	95,7	95,2	94,0	97,7	77,9
Nov.	94,9	96,3	96,2	93,9	77,3
Dez.	92,0	95,5	96,8	87,5	75,7
2019					
Jan.	94,6	97,7	96,4	93,3	72,7
Fev.	97,6	98,2	99,3	96,0	74,1
Mar.	98,0	97,1	98,0	98,2	73,6
Abr.	99,8	97,7	99,0	100,7	73,5
Mai.	97,7	96,6	97,7	97,7	74,8
Jun.	96,0	95,5	95,9	96,5	74,5
Jul.	96,2	95,1	92,9	99,9	74,9
Ago.	97,7	95,9	94,8	100,8	75,9
Set.	97,9	95,9	96,3	99,9	76,5
Out.	95,6	95,4	95,7	95,9	77,5
Nov.	95,1	96,9	97,1	93,3	77,3
Dez.	95,3	99,4	100,3	90,2	76,0
2020					
Jan.	97,5	100,9	99,8	95,2	74,0
Fev.	99,7	101,4	100,6	98,7	75,6
Mar.	99,0	97,5	100,4	97,5	74,2
Abr.	62,4	58,2	68,6	58,6	56,5
Mai.	64,1	61,4	69,5	61,2	59,9
Jun.	77,9	77,6	78,4	79,1	66,1
Jul.	90,5	89,8	87,4	94,5	71,8
Ago.	100,5	98,7	97,6	103,6	75,5
Set.	108,6	106,7	107,3	109,1	79,3
Out.	112,0	111,2	114,0	108,8	81,7

Notas: Índices de preços - [1]De 1995 a 2016, média do ano. [2]De 1995 a 2016, média sobre média. [3]De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. Indicadores Industriais - Sondagem Industrial / FGV - [1]De 2001 a 2016, média do ano.[2] Seguindo as melhores práticas estatísticas internacionais, a partir de novembro de 2015 a classificação setorial de empresas e produtos/serviços das sondagens empresariais produzidas pelo IBRE/FGV será atualizada para o sistema da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em sua versão 2.0. Informamos que, a partir do mês de março e enquanto durar o período de isolamento social devido à pandemia da COVID-19, o DIEESE suspendeu a pesquisa do Índice de Custo de Vida na Cidade de São Paulo. Fontes: Fipe e Dieese (Índices de preços), FGV IBRE (Sondagem Industrial).

Indicadores Industriais – Produção Física[1]

Período	Indústria Geral				Indústria Extrativa Mineral[2]			
	Variação (%)		(Base: Média 2012 = 100)		Variação (%)		(Base: Média 2012 = 100)	
	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses	Base Fixa[2]	Base Fixa Dessazonalizada	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses[1]	Base Fixa[2]	Base Fixa Dessazonalizada
2006	2,70	–	91,21	–	7,38	–	86,53	–
2007	5,92	–	96,61	–	5,89	–	91,63	–
2008	3,08	–	99,58	–	3,83	–	95,13	–
2009	-7,12	–	92,49	–	-8,86	–	86,70	–
2010	10,22	–	101,94	–	13,47	–	98,38	–
2011	0,41	–	102,36	–	2,15	–	100,49	–
2012	-2,30	–	100,00	–	-0,50	–	99,99	–
2013	2,07	–	102,08	–	-3,63	–	96,36	–
2014	-3,02	–	98,99	–	6,79	–	102,90	–
2015	-8,25	–	90,83	–	3,87	–	106,88	–
2016	-6,41	–	85,00	–	-9,44	–	96,79	–
2017								
Nov.	2,30	2,13	90,60	88,50	5,32	5,47	100,50	100,40
Dez.	2,50	2,50	81,00	91,50	4,53	4,53	101,70	98,20
2018								
Jan.	5,65	2,77	82,30	89,20	-0,20	3,41	101,70	102,20
Fev.	3,77	2,90	77,30	89,00	-2,77	2,42	88,00	96,60
Mar.	2,76	2,80	86,20	89,40	-2,75	1,45	96,50	100,90
Abr.	4,33	3,88	86,50	89,80	-2,38	0,84	95,30	100,20
Mai.	1,98	2,94	84,40	80,20	-1,76	0,43	104,10	103,30
Jun.	2,17	3,13	91,10	90,30	-1,46	-0,09	102,50	101,80
Jul.	2,46	3,24	95,80	89,70	-1,08	-0,28	105,50	101,60
Ago.	2,33	3,02	98,20	88,80	-0,94	-0,48	104,20	100,40
Set.	1,76	2,57	90,70	86,60	-0,99	-0,75	100,90	99,60
Out.	1,65	2,15	95,80	87,20	-0,64	-0,74	106,70	102,10
Nov.	1,38	1,64	89,50	87,60	-0,45	-0,71	102,00	101,60
Dez.	0,99	0,99	78,00	88,20	0,01	0,01	106,80	103,00
2019								
Jan.	-2,07	0,40	80,60	87,40	1,38	0,14	103,10	103,60
Fev.	0,06	0,44	79,10	87,80	-3,58	-0,11	79,80	87,60
Mar.	-2,07	-0,13	81,00	86,80	-6,88	-0,95	83,60	86,70
Abr.	-2,47	-1,10	83,40	87,10	-10,85	-2,66	73,60	78,30
Mai.	-0,38	0,06	91,00	87,40	-12,11	-4,15	86,70	86,40
Jun.	-1,36	-0,70	85,80	86,60	-12,55	-5,39	87,50	86,80
Jul.	-1,52	-1,26	93,50	85,60	-11,97	-6,24	96,30	92,50
Ago.	-1,60	-1,59	96,20	86,80	-10,64	-6,40	102,30	98,60
Set.	-1,27	-1,27	91,80	87,10	-9,76	-6,52	98,10	96,90
Out.	-1,00	-1,23	97,00	88,20	-9,50	-7,36	98,90	94,30
Nov.	-1,06	-1,27	88,00	87,00	-9,49	-8,27	92,40	92,00
Dez.	-1,09	-1,09	76,90	86,40	-9,72	-9,72	93,90	90,50
2020								
Jan.	-0,87	-1,00	79,90	87,30	-14,84	-11,08	87,80	88,30
Fev.	-0,56	-1,18	78,90	88,20	-8,20	-10,45	80,10	88,00
Mar.	-1,66	-0,99	77,90	79,90	-5,78	-9,52	83,20	86,40
Abr.	-8,33	-2,89	60,40	64,30	-2,41	-7,23	80,80	86,00
Mai.	-11,30	-5,39	71,10	69,90	-3,09	-6,27	81,70	81,70
Jun.	-10,86	-5,62	78,30	76,60	-2,76	-5,12	86,50	85,80
Jul.	-9,59	-5,67	90,90	83,20	-2,11	-4,23	97,60	93,70
Ago.	-8,59	-5,71	93,90	86,20	-2,08	-4,24	100,40	96,60
Set.	-7,18	-5,51	94,90	88,40	-2,32	-4,36	94,10	93,00

Notas: [1]Indicadores industriais - A partir de maio de 2014, dados referentes à nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF reformulada. [2]De 2002 a 2015, média do ano. A série reformulada tem início em janeiro de 2002. Fonte: IBGE - (Indicadores industriais).

Indicadores Industriais – Produção Física[1]

Período	Indústria de Transformação				Por Gêneros Industriais[2]						Por Categoria de Uso[2]			
	Variação (%)		Base Fixa[2]	Base Fixa Com Ajustamento Sazonal	Meta-lurgia	Fabricação de Máquinas e Equipamentos	Fabricação de Produtos Têxteis	Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	Fabricação de Bebidas	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	Bens de Capital	Bens Inter-Mediários	Bens de Consumo Duráveis	Bens de Consumo Semi e Não Duráveis
	Acumulado no Ano[1]	Acumulado em 12 Meses	(Base: Média 2012 = 100)		Índices de Base Fixa Com Ajustamento Sazonal (Base: Média 2012=100)						Índices de Base Fixa Sem Ajustamento (Sazonal Base: Média 2012=100)			
2006	2,37	–	91,47	91,64	97,99	85,62	130,77	91,72	78,73	89,33	76,48	94,30	83,94	92,62
2007	5,98	–	96,93	96,88	104,58	101,25	132,83	94,38	82,70	90,09	91,13	98,48	93,07	95,93
2008	3,03	–	99,87	99,57	107,66	109,57	128,04	94,83	82,79	94,72	105,86	100,03	96,28	97,32
2009	-7,03	–	92,84	92,72	88,99	79,54	119,75	94,06	88,71	92,98	88,41	92,03	93,64	94,53
2010	10,04	–	102,16	102,23	104,88	105,93	124,79	94,84	99,06	97,13	107,23	101,60	104,52	99,78
2011	0,29	–	102,46	102,66	104,48	105,91	105,10	95,37	98,63	98,52	112,59	101,63	101,40	100,21
2012	-2,39	–	100,01	99,80	99,93	100,28	99,90	100,01	99,79	99,98	100,01	100,02	100,01	100,01
2013	2,80	–	102,81	102,74	100,13	104,09	100,24	106,62	98,09	99,41	112,20	100,39	104,42	102,05
2014	-4,17	–	98,52	98,65	92,73	98,16	93,57	108,95	99,46	98,38	101,73	97,97	94,93	101,93
2015	-9,84	–	88,83	88,98	84,90	83,88	79,46	102,51	94,48	97,76	75,97	92,86	77,38	95,09
2016	-5,99	–	83,50	83,38	79,55	74,11	75,63	94,18	91,52	100,09	68,21	86,84	66,24	92,09
2017														
Nov.	1,92	1,69	89,40	87,20	87,80	76,80	81,10	91,20	94,30	106,10	77,90	89,90	85,50	98,80
Dez.	2,25	2,25	78,40	91,10	93,20	79,60	83,40	88,00	95,40	111,20	66,50	81,80	71,80	86,10
2018														
Jan.	6,54	2,70	79,80	88,00	88,10	82,00	81,70	86,70	96,00	108,70	68,40	83,40	73,40	86,20
Fev.	4,78	3,00	75,90	86,90	87,10	78,50	78,40	83,70	93,60	108,20	70,50	77,00	76,10	80,60
Mar.	3,62	3,03	85,00	87,90	87,20	81,20	79,50	87,00	90,70	107,20	82,90	84,50	90,50	90,20
Abr.	5,36	4,36	85,40	88,30	87,00	77,70	78,10	91,90	94,00	107,70	79,30	85,90	86,10	90,20
Mai.	2,54	3,34	81,90	77,70	83,70	75,20	75,50	95,30	79,00	93,00	71,20	87,30	70,80	85,10
Jun.	2,68	3,62	89,60	88,50	85,40	81,00	77,40	96,20	102,60	111,50	80,60	92,90	77,90	94,10
Jul.	2,96	3,77	94,60	88,00	85,60	80,20	80,40	98,40	104,50	112,60	79,20	98,50	84,70	98,20
Ago.	2,80	3,55	97,50	87,50	84,90	82,90	78,80	90,40	95,50	113,80	89,00	98,10	96,10	102,60
Set.	2,16	3,08	89,50	85,80	90,10	74,00	78,80	88,50	86,00	111,00	78,60	91,40	78,10	97,40
Out.	1,97	2,58	94,40	85,80	87,80	78,90	79,30	89,20	92,70	110,90	88,00	94,10	91,40	104,30
Nov.	1,63	1,97	87,90	85,90	88,10	76,60	78,00	89,20	91,10	110,30	79,90	88,20	83,40	98,10
Dez.	1,10	1,10	74,30	86,20	88,60	77,10	73,70	88,80	92,50	107,80	63,30	79,30	62,30	84,40
2019														
Jan.	-2,51	0,43	77,80	85,80	85,90	74,80	77,50	87,50	97,40	104,70	63,40	82,70	70,20	84,60
Fev.	0,71	0,51	79,00	87,10	86,20	77,10	77,40	91,00	98,50	104,90	75,30	76,90	85,80	83,40
Mar.	-1,33	-0,03	80,70	86,40	86,00	78,60	75,50	89,30	98,00	105,80	73,40	80,90	76,50	85,60
Abr.	-1,23	-0,89	84,60	87,80	87,30	85,70	80,10	88,50	100,30	106,80	79,40	81,10	86,90	89,60
Mai.	1,37	0,66	91,50	87,10	88,50	86,50	77,80	92,20	98,00	106,40	86,20	90,20	90,80	95,30
Jun.	0,32	-0,01	85,60	86,10	85,80	78,40	76,80	92,10	97,50	100,10	76,60	87,30	73,40	89,70
Jul.	0,02	-0,54	93,10	85,00	84,50	81,10	76,90	92,60	93,20	102,60	84,10	93,40	86,00	99,80
Ago.	-0,28	-0,90	95,50	85,90	84,20	79,70	77,30	94,50	91,80	104,70	85,40	96,20	91,20	102,40
Set.	-0,05	-0,54	91,00	86,40	83,20	77,40	78,90	93,50	94,90	103,10	79,70	91,50	84,90	99,30
Out.	0,23	-0,35	96,80	87,90	81,10	79,20	78,20	92,40	97,00	106,00	86,00	94,30	98,00	108,20
Nov.	0,16	-0,25	87,40	86,40	80,40	78,00	79,20	94,20	98,50	104,10	77,20	85,80	84,50	99,20
Dez.	0,19	0,19	74,80	86,00	78,80	71,00	79,80	98,20	98,90	104,90	59,30	77,70	63,30	85,20
2020														
Jan.	1,54	0,50	79,00	87,60	83,70	79,10	80,00	100,30	98,00	106,80	66,00	81,50	71,80	83,90
Fev.	0,57	0,17	78,70	87,60	84,50	79,90	81,30	98,70	98,80	109,30	71,50	79,00	76,80	82,00
Mar.	-1,05	0,26	77,30	78,60	82,00	73,20	63,70	98,50	78,90	108,90	69,80	79,70	69,00	79,40
Abr.	-9,10	-2,26	57,80	60,20	58,00	50,00	38,20	80,30	49,20	107,60	37,50	66,80	13,10	66,80
Mai.	-12,33	-5,24	69,80	68,20	64,20	56,60	42,00	93,80	84,40	98,50	52,20	77,00	27,50	77,10
Jun.	-11,90	-5,69	77,20	75,30	63,60	63,40	57,00	91,30	101,50	99,90	59,10	82,30	47,90	85,20
Jul.	-10,54	-5,84	90,10	82,30	75,40	73,10	72,60	96,40	107,70	103,60	70,70	95,10	71,80	95,10
Ago.	-9,44	-5,90	93,00	85,30	77,90	74,10	79,60	99,70	104,90	104,70	72,70	98,10	82,10	96,10
Set.	-7,82	-5,65	95,00	88,60	80,60	83,40	84,50	100,70	107,40	108,60	78,10	96,50	86,70	101,10

Indicadores industriais - [1]A partir de maio de 2014, dados referentes à nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF reformulada. A série reformulada tem início em janeiro de 2002.[2]De 2002 a 2015, média do ano. Fonte: IBGE - (Indicadores industriais).

Setor Externo (US$ milhões)

Período	Taxa de Câmbio Real[1] (Índice-Base: Jan. 99 = 100)		Dados mensais e anuais (US$ milhões)										
			Balança Comercial			Balanço de Pagamentos (BPM6)*							
	R$/US$[2]	Efetiva[2]	Total de Exportação	Total de Importação	Saldo	Transações Correntes (Saldo)	Balança Comercial e Serviços	Serviços	Renda Primária	Renda Secundária	Conta Capital	Conta Financeira	Erros e Omissões
jan/17	59,78	51,05	14.908	12.198	2.710	-6.716	-317	-2.763	-6.587	188	38	-6.468	210
fev/17	58,17	49,76	15.469	10.913	4.555	-276	1.602	-2.772	-2.030	152	60	848	1.064
mar/17	58,59	49,98	20.074	12.938	7.136	711	4.058	-2.857	-3.471	124	23	78	-657
abr/17	60,17	51,12	17.680	10.717	6.963	-168	3.886	-2.854	-4.157	102	11	235	392
mai/17	62,11	53,01	19.790	12.129	7.661	2.471	4.598	-2.811	-2.298	171	12	2.799	316
jun/17	64,69	55,29	19.779	12.595	7.184	431	3.419	-3.532	-3.147	159	37	998	531
jul/17	63,65	54,81	18.759	12.473	6.285	-3.416	2.698	-3.347	-6.196	81	50	-2.557	809
ago/17	62,93	54,75	19.471	13.879	5.592	-173	2.077	-3.250	-2.347	98	52	186	307
set/17	62,53	54,80	18.659	13.488	5.171	-705	1.708	-3.219	-2.743	330	45	816	1.476
out/17	63,65	55,11	18.872	13.679	5.193	-1.494	1.876	-3.044	-3.521	151	46	-1.778	-330
nov/17	65,26	56,39	16.683	13.143	3.541	-2.983	-229	-3.464	-2.810	55	1	-2.044	938
dez/17	65,07	57,03	17.595	12.598	4.998	-2.697	656	-4.014	-3.866	512	6	-3.038	-347
Acum. Ano/17	62,22	53,59	217.739	150.750	66.989	-15.015	26.032	-37.927	-43.170	2.123	379	-9.926	4.709
jan/18	63,17	57,50	17.027	14.203	2.825	-6.778	-377	-2.847	-6.541	140	41	-5.711	1.027
fev/18	63,82	58,13	17.410	14.411	2.999	-5.020	21	-2.689	-5.177	136	34	-4.856	130
mar/18	64,22	57,90	20.229	13.809	6.420	-2.269	3.248	-2.834	-4.828	-690	35	-2.428	-194
abr/18	66,20	59,51	19.713	13.792	5.921	-1.638	2.482	-2.805	-4.299	179	42	-1.414	182
mai/18	69,78	60,12	19.325	13.261	6.064	-861	2.811	-2.837	-3.854	183	26	-1.738	-903
jun/18	70,84	59,78	20.114	14.325	5.789	-1.450	2.322	-3.088	-3.882	110	15	-1.097	339
jul/18	71,66	59,79	22.525	18.651	3.874	-7.447	245	-3.268	-6.965	-727	104	-6.976	367
ago/18	72,86	59,72	21.553	18.778	2.775	-3.617	-900	-3.226	-2.899	181	51	-4.544	-978
set/18	74,61	59,87	19.187	14.116	5.071	-1.327	2.209	-2.488	-3.613	77	33	-1.762	-468
out/18	67,90	53,86	21.898	16.106	5.792	-1.965	2.026	-3.321	-4.133	142	22	-3.691	-1.748
nov/18	68,50	54,59	20.939	16.862	4.077	-3.052	694	-2.883	-3.909	163	15	-2.153	884
dez/18	71,09	57,03	19.345	12.917	6.428	-6.116	2.530	-3.447	-8.725	79	23	-6.053	39
Acum. Ano/18	68,72	58,15	239.265	181.231	58.035	-41.540	17.313	-35.734	-58.825	-28	440	-42.422	-1.322
jan/19	68,21	57,49	18.002	16.388	1.614	-8.247	-1.810	-2.866	-6.218	-219	34	-6.445	1.768
fev/19	67,33	56,16	15.737	12.622	3.116	-1.739	259	-2.380	-1.807	-192	15	-2.711	-986
mar/19	69,18	56,45	17.429	13.133	4.296	-2.564	1.430	-2.373	-3.912	-82	50	-1.136	1.378
abr/19	69,67	56,12	19.282	13.629	5.653	-1.682	1.906	-3.193	-3.790	202	29	-2.146	-493
mai/19	71,13	56,20	20.592	14.968	5.624	-2.144	1.822	-3.161	-4.338	372	17	-3.621	-1.494
jun/19	67,45	53,53	18.406	13.029	5.377	-1.631	1.229	-3.448	-2.990	129	4	-3.058	-1.431
jul/19	66,02	52,53	20.151	17.759	2.391	-10.297	-1.785	-3.439	-8.673	161	73	-10.454	-230
ago/19	70,79	54,48	19.670	15.570	4.100	-3.853	1.325	-2.228	-5.502	325	68	-5.656	-1.871
set/19	72,54	55,17	20.298	16.495	3.803	-2.730	725	-2.506	-3.735	280	25	-2.987	-282
out/19	71,62	53,88	19.577	17.027	2.550	-8.052	-1.850	-3.653	-6.331	129	18	-7.533	501
nov/19	72,91	54,89	17.737	14.172	3.565	-3.106	612	-2.279	-3.879	161	17	-4.440	-1.350
dez/19	70,35	53,42	18.503	12.556	5.947	-4.653	1.545	-3.541	-6.098	-99	22	162	4.794
Acum. Ano/19	69,77	55,03	225.384	177.348	48.036	-50.697	5.407	-35.066	-57.272	1.168	369	-50.024	304
jan/20	70,58	56,69	14.498	16.177	-1.679	-10.401	-4.932	-2.451	-5.600	131	59	-10.774	-431
fev/20	73,34	58,14	15.582	13.257	2.325	-4.685	-542	-2.303	-4.325	182	34	-3.304	1.347
mar/20	80,18	63,15	18.348	14.516	3.833	-3.033	1.652	-1.672	-4.860	175	31	-4.074	-1.073
abr/20	83,45	65,93	17.600	11.611	5.989	1.015	4.590	-1.109	-3.804	228	26	1.963	922
mai/20	89,97	68,70	17.544	13.391	4.153	15	2.161	-1.639	-2.348	203	22	458	421
jun/20	81,02	62,52	17.512	10.449	7.063	3.041	5.228	-1.269	-2.408	221	18	2.901	-158
jul/20	80,52	62,67	19.453	11.507	7.946	-11	5.293	-1.975	-5.515	211	38	-1.058	-1.085
ago/20	80,24	63,12	17.490	11.133	6.357	2.728	4.354	-1.357	-1.921	295	26	3.119	365
set/20	75,05	59,12	18.264	12.296	5.968	2.270	3.515	-1.633	-1.457	212	60	2.262	-67
out/20	75,03	59,05	17.855	12.383	5.473	1.473	3.177	-1.637	-1.859	155	33	1.446	-61

Notas: Para dados anuais, apresenta-se o valor acumulado no ano / [1]Para dados anuais, dá-se a média do ano. [2] Deflacionada pelo IPA; A partir da edição de out/02, a base da série passa a ser janeiro de 1999, e a cesta de moedas e seus respectivos pesos no cálculo da taxa efetiva passam a ser: euro (0,465094), dólar norte-americano (0,270294), o iene japonês (0,103379), o peso argentino (0,097698), e libra esterlina (0,063535). *Em abril de 2015, o Banco Central do Brasil passou a divulgar as estatísticas de setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI).
Fontes: FGV IBRE, Banco Central e SECEX.

*Emprego e Renda - PNADc

Período	Taxas (em Pontos Percentuais)			Rendimento Médio Real Habitual (em reais)							Massa de Rendimento Médio Real Habitual de Pessoas Ocupadas (todos os trabalhos) em milhões de Reais
					Posição na Ocupação (trabalho principal)						
	Taxa de Desocupação	Nível da Ocupação	Taxa de Participação na Força de Trabalho	Pessoas Ocupadas (todos os trabalhos)	Empregado no Setor Privado Com Carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	Empregado no Setor Privado Sem Carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	Trabalhador Doméstico	Empregado no Setor Público (inclusive servidor estatutário e militar)	Empregador	Conta Própria	
Jan/17	12,6	53,7	61,4	2.062	1.966	1.197	821	3.309	5.170	1.524	179.879
Fev/17	13,2	53,4	61,4	2.074	1.985	1.217	828	3.346	5.152	1.531	179.863
Mar/17	13,7	53,1	61,6	2.092	2.004	1.223	841	3.345	5.156	1.552	180.653
Abr/17	13,6	53,2	61,6	2.088	2.008	1.195	845	3.295	5.191	1.547	180.912
Mai/17	13,3	53,4	61,6	2.090	2.013	1.195	847	3.296	5.104	1.552	182.045
Jun/17	13,0	53,7	61,7	2.084	2.017	1.205	844	3.292	5.019	1.539	182.618
Jul/17	12,8	53,9	61,8	2.087	2.016	1.199	839	3.267	5.086	1.544	183.669
Ago/17	12,6	54,0	61,8	2.085	2.025	1.208	838	3.262	5.115	1.534	184.316
Set/17	12,4	54,1	61,8	2.100	2.037	1.233	840	3.273	5.170	1.540	186.101
Out/17	12,2	54,3	61,8	2.112	2.050	1.230	844	3.290	5.204	1.543	187.769
Nov/17	12,0	54,4	61,9	2.126	2.074	1.214	848	3.325	5.153	1.554	189.846
Dez/17	11,8	54,5	61,8	2.134	2.084	1.181	854	3.335	5.190	1.569	190.941
2018											
Jan.	12,2	54,2	61,7	2.149	2.090	1.204	859	3.397	5.213	1.586	191.414
Fev.	12,6	53,9	61,6	2.166	2.090	1.210	869	3.453	5.266	1.596	191.679
Mar.	13,1	53,6	61,7	2.171	2.076	1.234	882	3.485	5.348	1.596	191.015
Abr.	12,9	53,6	61,5	2.184	2.091	1.261	885	3.477	5.387	1.589	192.547
Mai.	12,7	53,6	61,4	2.189	2.091	1.275	883	3.485	5.457	1.593	193.448
Jun.	12,4	53,7	61,4	2.200	2.101	1.316	874	3.477	5.322	1.612	195.212
Jul.	12,3	53,9	61,5	2.207	2.110	1.309	870	3.500	5.333	1.622	196.770
Ago.	12,1	54,1	61,6	2.227	2.123	1.328	868	3.493	5.589	1.626	199.438
Set.	11,9	54,4	61,7	2.224	2.136	1.330	869	3.514	5.611	1.604	200.265
Out.	11,7	54,5	61,8	2.232	2.134	1.343	872	3.529	5.616	1.608	201.564
Nov.	11,6	54,7	61,8	2.240	2.135	1.355	876	3.552	5.521	1.637	203.039
Dez.	11,6	54,5	61,7	2.256	2.131	1.374	881	3.595	5.466	1.673	204.169
2019											
Jan.	12,0	54,2	61,6	2.271	2.136	1.371	892	3.673	5.489	1.682	204.563
Fev.	12,4	53,9	61,6	2.286	2.142	1.369	902	3.696	5.635	1.687	204.944
Mar.	12,7	53,9	61,7	2.289	2.165	1.350	909	3.706	5.661	1.671	205.156
Abr.	12,5	54,2	61,9	2.292	2.172	1.364	902	3.691	5.754	1.667	206.544
Mai.	12,3	54,5	62,1	2.286	2.169	1.372	899	3.660	5.715	1.666	207.294
Jun.	12,0	54,6	62,1	2.290	2.166	1.399	901	3.661	5.785	1.662	208.435
Jul.	11,8	54,7	62,1	2.286	2.169	1.427	902	3.649	5.665	1.667	208.627
Ago.	11,8	54,7	62,1	2.298	2.184	1.432	905	3.674	5.718	1.668	209.893
Set.	11,8	54,8	62,1	2.298	2.183	1.407	897	3.659	5.852	1.676	210.424
Out.	11,6	54,9	62,1	2.317	2.185	1.391	898	3.693	5.997	1.693	212.808
Nov.	11,2	55,1	62,0	2.332	2.197	1.428	897	3.716	6.014	1.695	215.104
Dez.	11,0	55,1	61,9	2.340	2.197	1.442	904	3.758	5.977	1.711	216.262
2020											
Jan.	11,2	54,8	61,7	2.361	2.213	1.470	911	3.778	6.047	1.734	217.399
Fev.	11,6	54,5	61,7	2.375	2.252	1.481	916	3.798	6.032	1.736	217.631
Mar.	12,2	53,5	61,0	2.398	2.276	1.504	920	3.763	5.945	1.754	216.290
Abr.	12,6	51,6	59,0	2.425	2.300	1.539	925	3.716	5.980	1.768	211.628
Mai.	12,9	49,5	56,8	2.460	2.309	1.597	930	3.722	6.014	1.769	206.623
Jun.	13,3	47,9	55,3	2.500	2.294	1.585	932	3.776	6.297	1.792	203.519
Jul.	13,8	47,1	54,7	2.535	2.301	1.671	930	3.842	6.399	1.819	203.016
Ago.	14,4	46,8	54,7	2.542	2.312	1.657	921	3.889	6.490	1.819	202.478
Set.	14,6	47,1	55,1	2.554	2.317	1.670	914	3.951	6.762	1.805	205.305

Nota: *A divulgação fornece aos usuários da pesquisa dados sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil, atualizados mensalmente através de trimestres móveis. Assim, a cada mês serão divulgadas informações referentes ao último trimestre móvel. Fonte: IBGE.

CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE

BIBLIOTECA VIRTUAL

São 130 mil páginas escritas pelos maiores especialistas de cada época, com a visão técnica e analítica do momento. Cada palavra foi indexada - inclusive pelos mecanismos de busca - para que você encontre, em segundos, o que pesquisa, via desktop e mobile.

- JUSCELINO KUBITSCHEK: 50 anos em 5?
- O MILAGRE ECONÔMICO: Conheça sua evolução.
- HIPERINFLAÇÃO: 100% ao mês? Como sobrevivemos? O que deu certo e o que deu errado? Como chegamos a ela? Como saímos dela?
- PRIVATIZAÇÃO DA TELECOMUNICAÇÃO: O que mudou?
- LICITAÇÕES DO PETRÓLEO: Como foram na época? O que podemos inferir para as atuais?
- BREXIT: Impactos na estabilidade da União Européia?

ESTÁ TUDO AQUI. SÃO MAIS DE 12 MIL ACESSOS POR MÊS. VISITE, PESQUISE E TENHA UMA NOVA VISÃO DO PASSADO.

ACESSE AGORA E PESQUISE EM TODO O CONTEÚDO DA REVISTA.

fgv.br/ibre/bibliotecavirtual

Selecione pontualmente ou pesquise em todas as 7 décadas de uma só vez.



VOCÊ PODE TER ESTES RECURSOS EM SEUS DOCUMENTOS!

Acesse agora www.docpro.com.br e veja como é simples e rápido encontrar a informação que precisa, dentro dos seus documentos. A gestão do conhecimento Docpro é eficaz tanto para impressos (atas,relatórios, contratos, revistas, etc) bem como para materiais digitais (doc, pdf, fotos, WhatsApp, planilhas, etc). Acessível para consulta no computador, tablet ou smartphone.

Tecnologia: docpro.com.br

tecnologiadocpro

3AW

fgv.br/mba

FGV EM CASA
COM A QUALIDADE DE SEMPRE



CONHEÇA OS CURSOS

MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.